

ROSANA BAENINGER

"ESPAÇO E TEMPO EM CAMPINAS: Migrantes e a Expansão do Pólo Industrial Paulista".

Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento de
Sociologia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual
de Campinas.

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
___/___/1992.

Orientador: *Prof^a. Dr^a. Neide Lopes Patarra*

JANEIRO / 1992

B144e

16368/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

*"Nós Viajamos
não apenas para chegar
mas para viver
enquanto estamos viajando"*

GOETHE

AGRADECIMENTOS

À amiga e Professora Neide Patarra pela confiança, incentivo, sensibilidade nos momentos difíceis e por ensinar que temos que passar a tocha adiante.

Aos pesquisadores do Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP, em particular, à Dra Elza Berquó, Prof. Daniel Hogan, José Marcos P. da Cunha, Suzana Cavenaghi, Elisabete Bilac, Maria Isabel B. da Rocha e Mayra Garcia Tamburo, pelo apoio e sugestões.

Aos técnicos da Fundação SEADE, especialmente à Márcia Cunha, Cida Teixeira, Eliana Monteiro e à Equipe de Migração: Lúcia Bógus, Lília Montali, Carla Andréa Soares, Paulo Borlina, Valmir Aranha, Sonia Perillo e Cláudia Elias, agradeço as importantes contribuições.

À amiga Marta Rovey de Souza pela solidariedade, estimável colaboração na revisão final e pelas agradáveis discussões.

À Cida Gama e Renato Sbizzera pelo suporte na parte computacional no NEPO - UNICAMP.

À Lurdinha e Esmeralda da Secretaria de Pós-Graduação do IFCH/UNICAMP que sempre nos receberam com enorme carinho e empenho nas resoluções de nossos problemas acadêmicos.

Ao apoio da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP/FUNDAÇÃO FORD- pela concessão da bolsa de pesquisa e pelas ricas contribuições advindas do Seminário.

Ao Júnior pela excelente digitação e colaboração.

À Elvira, nossa secretária no NEPO, pela enorme atenção e ajuda na montagem do trabalho.

Ao Alexandre Morales pela revisão e ótimas sugestões.

A amiga Alice Miyashiro, pela imensa solidariedade e boas conversas de boteco.

Ao Luciano, que compartilhou de todos os momentos desta trajetória, estando sempre presente com seu carinho.

Esta dissertação é fruto do esforço coletivo da pesquisa: "Migração no Interior do Estado de São Paulo" desenvolvida na DAEP-Fundação SEADE e no Núcleo de Estudos de População - NEPO/UNICAMP, embora o presente texto, tratando-se de uma dissertação de mestrado, consistiu em elaboração e responsabilidade individual.

INTRODUÇÃO

Campinas merece destaque dentre os municípios do Estado de São Paulo tanto por sua localização geográfica estratégica - próxima ao centro industrial e comercial do Estado - quanto pelas próprias características que assumiu no decorrer do processo de desenvolvimento econômico paulista. Além disso, a localização desta Universidade no Município despertou o interesse pelo estudo, uma vez que se passou a vivenciar os problemas de uma metrópole emergente.

O acompanhamento da evolução de sua população, desde final do século passado até os nossos dias, possibilitou evidenciar a importância dos movimentos migratórios na configuração do Município de Campinas, bem como na constituição do espaço urbano-metropolitano que hoje a região apresenta.

A preocupação com a reconstrução histórica permitiu observar tipos e características dos movimentos migratórios relacionados a etapas da economia e apreender momentos em que a migração contribuiu para a constituição da população "necessária", outros que passou a ser considerada população "excedente", e como a visão ideológica a respeito dos migrantes foi se alterando nas diferentes etapas.

Embora não se possa estabelecer relação mecânica entre tipos de movimentos migratórios e etapas da economia, observou-se

simultaneidade nesses processos; no limite, essas dinâmicas articulam-se num mesmo processo. A separação, apenas analítica, entre essas ordens de fenômenos, no entanto, permite vislumbrar reciprocidades da dinâmica econômica sobre os movimentos migratórios e, por outro lado, dos movimentos migratórios com relação ao evoluer da economia.

Os movimentos migratórios apresentaram características distintas em cada uma das etapas, uma vez que, embora migração seja sempre definida como mudança de residência, envolve sentidos, direções, causas, consequências etc. bastante variadas. Desse modo, determinado tipo de movimento migratório teve sua expressão num momento; esse mesmo tipo pode ter significado diferente noutra etapa. O que se pretendeu foi explorar as dimensões explicativas do fenômeno, definido em abstrato, em cada situação histórica concreta; na verdade, não é possível compreender movimentos tão diversos e com significados tão distintos com o mesmo elenco de variáveis. Assim, o próprio papel do Estado, bem como o espaço geográfico foram se alterando, ao longo do tempo, em relação aos movimentos observados.

Os capítulos desta dissertação reproduzem as tendências históricas do crescimento de Campinas. O capítulo 1 traz os principais aspectos econômicos e populacionais do Estado de São Paulo, ao longo do período em estudo, apontando o papel do Município no processo de desenvolvimento estadual.

No segundo capítulo acompanhou-se a trajetória econômica e populacional do Município de Campinas, destacando-se a importância do componente migratório e de tipos de movimentos nas distintas etapas econômicas.

Ao final deste século, Campinas emerge como nova área metropolitana no Estado de São Paulo. Procurou-se ressaltar, no terceiro capítulo, a importância do componente migratório no processo de metropolização em curso na Região. A estruturação da área, a distribuição espacial da população e o processo de crescimento, expansão e ocupação do novo espaço metropolitano não podem ser entendidos sem as análises do fenômeno migratório. Se, de um lado, a configuração metropolitana da Região reforça seu papel de centralidade no Estado, de outro, a ausência ou ineficácia das políticas sociais vem acentuando, cada vez mais, a deterioração das condições de vida da população. É nesse contexto que se reforça o preconceito frente ao migrante.

Para o acompanhamento da trajetória econômico-populacional do Município utilizou-se informações da Prefeitura Municipal de Campinas, do Centro de Memória-UNICAMP, do Instituto de Economia-UNICAMP, da Fundação SEADE e do Escritório Regional de Planejamento (CAR-SEPLAN), bem como os dados dos Censos Demográficos, Industriais, Agrícolas e de Serviços, da Hospedaria dos Imigrantes, dos Almanaches da Província de São Paulo, e dos estudos realizados sobre o Município e Região presentes na bibliografia especializada. Foram úteis também as informações coletadas na imprensa local. Para o conhecimento das tendências

recentes na área, particularmente dos movimentos migratórios, utilizou-se o levantamento de campo realizado pela pesquisa " Migração no Interior do Estado de São Paulo", no qual foram entrevistados agentes institucionais e migrantes da Região.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

viii-xi

CAPÍTULO 1

PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICO-ESPACIAL PAULISTA

Principais Aspectos Econômicos e Populacionais 1

O Município de Campinas no Contexto Estadual 10

CAPÍTULO 2

DINÂMICA ECONÔMICA, POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM CAMPINAS

Ciclo do Açúcar: "Capital da Escravaria" 16

Período Cafeeiro: "Princesa D'Oeste" 24

Avanço da Industrialização: "Cidade-Modelo" 49

Anos 70: "Capital do Interior" 67

CAPÍTULO 3

A EMERGÊNCIA DA NOVA ÁREA METROPOLITANA

Regionalização e Políticas Governamentais de
Desconcentração Industrial 87

	vii
Novas Características do Processo de Urbanização e de Redistribuição Populacional no Estado	95
. Movimentos Migratórios para a Região de Governo de Campinas na Década de 70	108
Migração e Metropolização	
. Reorganização da População no Espaço Metropolitano	131
. Anos 90: sem tempo e sem espaço	162
CONSIDERAÇÕES FINAIS	177
BIBLIOGRAFIA	180
ANEXOS	200

CAPÍTULO 1

PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO ECONÔMICO-ESPACIAL PAULISTA

Principais Aspectos Econômicos e Populacionais

O Estado de São Paulo apresenta uma diversidade interna bastante acentuada tanto em termos da localização das atividades econômicas quanto da distribuição de sua população. Característica marcante dessa diversidade refere-se ao processo de ocupação de seu território.

A maneira pela qual se organizou e estruturou o espaço representado pelo Estado de São Paulo resulta, em grande parte, do processo histórico de seu desenvolvimento econômico, baseado em sucessivas e diferentes etapas e ênfases setoriais. As estruturas econômico-espaciais que foram sendo produzidas refletem fases distintas desse desenvolvimento, correspondendo aos grandes momentos econômicos que caracterizam a história do País.

O Estado de São Paulo, já em meados do século passado, apresentava expressivo dinamismo econômico e populacional. A implantação da cultura cafeeira, sem desconsiderar os ciclos econômicos anteriores, impulsionou o desenvolvimento do Estado

e do Interior, constituindo-se na matriz do sistema urbano paulista (CANO, 1977).

Na virada do século, o Estado contava com 161 municípios e uma população de 2.225.968 habitantes (Tabela 1). A migração estrangeira e a instalação do complexo cafeeiro foram os fatores decisivos para a ocupação rural e urbana de São Paulo.

A dinâmica de reprodução da economia cafeeira, exigindo um segmento urbano para complementar e dar suporte às atividades rurais, induziu o crescimento e expansão das atividades urbanas, tais como indústrias, bancos, escritórios e oficinas de estrada de ferro, comércio atacadista, comércio de exportação e importação e o próprio aparelho do Estado. Ao mesmo tempo, outras atividades diretamente vinculadas ao incipiente processo de urbanização também foram surgindo, como o comércio varejista, transportes urbanos, comunicações, energia elétrica e construção civil, entre outros (OLIVEIRA, 1988; NEGRI *et alii*, 1988).

A década de 20 constituiu um momento particular na história econômica de São Paulo. A acumulação cafeeira permitiu o avanço econômico do Estado, indicando as potencialidades da economia urbano-industrial e do mundo agrário. Em 1920, a população paulista já era o dobro da registrada no início do século, representando 16,6% da população nacional. Em 1929, São Paulo já apresentava um total de 245 municípios (frente aos citados 161 da virada do século); tais desmembramentos refletiam a própria expansão do café no território paulista e, também, a

diversificação das atividades agrícolas, em função das crises cafeeiras. Essa diversificação na agricultura contribuiu para o surgimento de indústrias de beneficiamento e transformação da produção, concentradas especialmente na Capital e dispersas em alguns pontos do Interior, como Campinas e Ribeirão Preto ^{1/}.

De acordo com Negri et alii (1988), "em 1920, a marcha cafeeira já tinha incorporado mais da metade do Estado, com inúmeros espaços abertos pela ferrovia, que já alcançava o Rio Paraná" (p.7).

O avanço da cultura cafeeira no Estado, no entanto, reforçou e estruturou uma acentuada heterogeneidade regional, processo este que já emergia nos anos 60 do século passado (CANO, 1977; SEMEGHINI, 1988). As áreas cafeicultoras tornaram-se privilegiadas com a instalação da rede ferroviária, que permitiu a ligação com outros centros urbanos e, particularmente, com o Município de São Paulo. Assim, as indústrias de beneficiamento e transformação do produto foram se instalando em áreas onde a rede urbana, ramificada e com relativa concentração populacional, propiciou a expansão das atividades de comércio e prestação de serviços, fazendo a ponte entre a capital e o interior do Estado.

^{1/}

Para uma análise detalhada do processo de interiorização da indústria, veja-se Fundação SEADE (1988a).

Tabela 1
Evolução Populacional
Estado de São Paulo, Capital e Interior
1900-1980

Ano	Estado de São Paulo		Capital		Interior (1)		Participação Relativa	
	População Total	Taxa de Cresc. a.a. (%)	População total	Taxa de Cresc. a.a. (%)	População Total	Taxa de Cresc. a.a. (%)	Estado/ Brasil (%)	Capital/ Estado (%)
1900	2225968		224654		2001314		12.23	10.09
1920	4565059	3.66	574724	4.81	3990335	3.51	16.60	12.59
1940	7180316	2.29	1326261	4.27	5836492	1.92	17.41	18.47
1950	9134423	2.44	2198096	5.18	6943915	1.75	17.58	24.06
1960	12979049	3.57	3709274 (*)4965598	5.37	9117825 (**)8013451	2.76	18.51	28.57
1970	17771948	3.19	5924615 (*)8384949	4.79 (*)5.38	11596278 (**)9386999	2.43 (**)1.59	19.08	33.34
1980	25204836	3.55	8533292 (*)12588645	3.72 (*)4.15	16671544 (**)12616091	3.70 (**)3.00	21.02	33.86

Fonte: Fundação SEADE. Arquivo Demográfico, São Paulo, 1900

Fundação IBGE. Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1920 a 1980.

(1) Até 1950, considera-se Interior do Estado subtraindo-se apenas a Capital, a partir de então o Interior passou a representar os municípios o Estado sem os da Região da Grande São Paulo.

(*) Região Metropolitana

(**) Subtraindo-se do Estado a Região Metropolitana

São Paulo, nos anos 20, já contava com o implante de importantes segmentos das indústrias química, metalúrgica, de papel e celulose, mecânica e de material de transporte, embora a indústria têxtil tivesse maior peso na produção industrial. No interior do Estado estabeleceram-se predominantemente as indústrias ligadas à proximidade da fonte de produção das matérias-primas. Desse modo, "concentrou-se na Capital e no seu entorno a indústria mais complexa e mais maquinizada que pôde instalar-se no centro da acumulação, dispondo da concentração de

mão-de-obra e de serviços que aí se encontravam" (NEGRI et alii, 1988:14).

Posteriormente, com o processo de industrialização via substituição de importações, houve expansão significativa da indústria paulista, com profundas implicações no mercado e na organização do trabalho, na urbanização e nos movimentos migratórios. O Estado iniciou tal período com uma população de 5,7 milhões de habitantes, passando a 11 milhões ao seu término.

A partir do suporte agrícola que se desenvolveu na década anterior, com a constituição da rede urbana e a configuração da própria divisão territorial do trabalho no Estado, a economia paulista teve condições para atravessar a crise de 29 com novas características e capacidade para acompanhar a nova etapa do desenvolvimento econômico.

A herança econômica e urbana deixada pelo café contribuiu decisivamente para a montagem da estrutura básica da rede urbana paulista. Em sua expansão para o oeste, a economia cafeeira estruturou centros urbanos articulados pela ferrovia, sendo que esta articulação, posteriormente, foi reforçada pela malha rodoviária. Entre 1920 e 1950 implantou-se a rede rodoviária e pavimentaram-se as vias Anchieta, Dutra e Anhangüera. A criação de mais de 180 municípios no Estado, totalizando 425 em 1956, foi expressão desse processo. Além disso, este período já retrata a formação de grandes centros urbanos regionais e a configuração da Região Metropolitana de São

Paulo, criada oficialmente em 1967. Em 1950, mais da metade da população do Estado (53%) encontrava-se residindo nas áreas urbanas de seus municípios.

Como apontam Negri et alii (1988), "a década de 50 é caracterizada, basicamente, por um reajustamento da indústria paulista, em trânsito de uma industrialização restringida para uma industrialização pesada (...) a elevada concentração industrial na metrópole paulista constituía crescentemente um poderoso foco de atração para a migração, tanto originária do resto do país como oriunda do êxodo rural no próprio Estado que, na década de 50, começou a se acentuar" (p.39). De fato, em 1940 a população natural de outros estados representava 10,4% do total populacional de São Paulo; em 1950, elevou-se para 11,8%.

As mudanças ocorridas na estrutura produtiva do Estado, a partir de 1960, implicaram, de um lado, subordinação da agricultura à indústria, introduzindo no mundo agrícola novas tecnologias e modernização no padrão de produção (MÜLLER, 1985) e, de outro, desenvolvimento mais acentuado do setor secundário, com a industrialização pesada constituindo um parque produtor diversificado, em que os ramos tradicionais foram perdendo peso relativo. Esse processo, então, gerou a expansão do setor terciário da economia, tanto pela modernização agrícola como pela expansão industrial.

O Estado apresentava, em 1960, uma população de 13 milhões de habitantes. A criação de outros 147 municípios

completou 571 municípios até 1980 ^{2/}. O Estado chegou à marca de 25 milhões de habitantes, praticamente divididos entre a Região Metropolitana de São Paulo (12.588.745 habitantes) e o Interior (12.616.091 habitantes).

Entre 1960 e 1980, a economia passou por fases de expansão e desaceleração, fazendo oscilar o padrão de urbanização no Estado. Numa primeira etapa, a estruturação da Região Metropolitana de São Paulo canalizou e reforçou a instalação de indústrias nessa área, "desprestigiando" a significativa rede de cidades que se articulavam em torno da ferrovia (FURTADO, 1986). No entanto, as cidades médias tradicionalmente industrializadas do interior paulista, mesmo não contando ainda com um forte setor industrial químico-metalúrgico, apresentavam importantes indústrias de caráter local e regional, processando um desenvolvimento que seria reforçado na etapa posterior.

As transformações na estrutura econômica paulista criaram condições para uma desconcentração relativa das atividades industriais (NEGRI, 1988). "A partir de 1975 já é possível vislumbrar as tendências mais recentes do processo de desconcentração industrial" (FURTADO, 1986:19).

Nesse contexto, o "Velho Oeste", abrigando os centros econômicos mais avançados do Estado, outra vez se beneficiou, já

^{2/}

A Lei n.º 3.198/81 aprovou a criação do Município de Vargem Grande Paulista em 1983, e a Lei n.º 631/89 aprovou a criação de mais 11 municípios no interior paulista, passando o Estado a contar com 583 municípios em 1990. Em 30/12/91 foi aprovada a emancipação de mais 35 distritos no Estado, totalizando 618 municípios em 1992 (FOLHA DE SÃO PAULO, 1/1/92).

que estes apresentavam condições para a instalação de indústrias e para a integração do mercado de trabalho rural e urbano. Esse processo reforçou e consolidou a integração territorial e do mercado regional graças à significativa rede de cidades do Interior. O implante industrial "interiorizado" ^{3/} propiciou ao conjunto das cidades médias do Estado lugar de destaque no cenário do processo nacional de industrialização.

No bojo dessas transformações, a ampliação e pavimentação da Via Anhangüera, a reciclagem do sistema viário, articulando melhor o Interior e a Região Metropolitana.- através de novas auto-estradas como a Castelo Branco e Bandeirantes, entre outras -, além do adensamento da rede de estradas vicinais, contribuíram para a configuração de verdadeiros corredores de circulação, tanto de atividades econômicas como populacionais.

Os anos 70 marcaram o reflorescimento do interior paulista, que passou a se caracterizar como a segunda área de concentração industrial do Brasil. Pela primeira vez, ao longo deste século, o Interior passou a registrar taxa de crescimento (3,0% a.a.) bem próxima à da Capital, 3,7% a.a. (Tabela 1). A relativa desconcentração industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo propiciou movimentos migratórios expressivos em direção ao Interior (CUNHA, 1987b).

^{3/} Veja-se, sobre este conceito, Negri *et alii*, 1986.

No decorrer desse processo, a Região Metropolitana de São Paulo perdeu, gradualmente, seu papel de único pólo econômico e de atração populacional no Estado, passando a dividi-lo com outras áreas cujo potencial de atração e retenção de força de trabalho e de capital vinha sendo cada vez mais expressivo.

O acentuado desenvolvimento do Interior, como já destacado, não ocorreu de forma homogênea, coexistindo, num mesmo espaço, regiões muito dinâmicas e outras que chegaram a apresentar perdas de população e até estagnação econômica ^{4/}. A taxa de crescimento da população do Município de Campinas, por exemplo, apresentou-se muito acima da média interiorana, chegando a registrar 5,86% a.a. na década de 70.

As especificidades dos processos de urbanização e industrialização no interior paulista acirraram ainda mais as heterogeneidades regionais já existentes, estabelecendo uma divisão do trabalho que se refletiu fortemente na espacialização das atividades econômicas, na redistribuição da população e na configuração de pólos econômico-populacionais na região interiorana (PATARRA & BAENINGER, 1989).

Nesse cenário de dinamismo crescente, a migração assumiu grande importância. Esse fenômeno, de um lado, refletiu a própria espacialização desigual das atividades econômicas, de

^{4/}

A respeito da dinâmica populacional das Regiões de Governo do Estado de São Paulo, veja-se Relatório Parcial I da Pesquisa: "Migração no Interior do Estado de São Paulo". FSEADE/NEPO-UNICAMP, 1989.

emprego e de renda. De outro, a esses movimentos migratórios somam-se as novas características urbanas, com a freqüente sobreposição de crescimento populacional e pobreza.

As transformações observadas no Estado de São Paulo e, particularmente, no Interior - no que diz respeito à sua configuração econômico-espacial, com a consolidação de um grande número de municípios-pólo na década de 70 e mudanças importantes no conjunto dos municípios em relação ao seu tamanho populacional e suas taxas de crescimento e urbanização - não podem ser explicadas sem a referência ao fenômeno migratório (BÓGUS & BAENINGER, 1989). E isto, principalmente, considerando o quadro recente das tendências demográficas no Brasil - e especialmente em São Paulo -, onde as diminuições nas taxas de fecundidade e de mortalidade explicitam a importância dos movimentos migratórios nas maiores variações da dinâmica populacional observada nos municípios e no meio rural-urbano das diferentes regiões do Estado ^{5/}.

O Município de Campinas no Contexto Estadual

Desde fins do século XVIII, Campinas destaca-se no contexto estadual em função de seu dinamismo econômico. Sua posição geográfica privilegiada permitiu-lhe, em diferentes

^{5/}

Veja-se Fundação SEADE (1990a); Bógus & Cunha (1989).

momentos da história, servir de ligação entre o Interior e a Capital.

Fundada em 1797, a partir de um dos desmembramentos do Município de Jundiaí, Campinas teve também vários de seus distritos transformados em municípios em diferentes etapas do desenvolvimento econômico do Estado, como se pode observar no quadro abaixo.

Quadro 1
Desmembramentos de Municípios
Campinas
1797 - 1991

		Americana (1924): Nova Odessa (1959)
		Cosmópolis (1924): Holambra (1991)
Jundiaí	Campinas	Sumaré (1954): Hortolândia (1991)
(1655)	(1797)	Valinhos (1954)
		Paulínia (1964)

Fonte: Fundação SEADE, 1981.
Folha de São Paulo, 01/01/1992.

A liderança econômica do Município, no âmbito do Interior, acentuou-se com a implantação da cultura do café no oeste paulista, a partir do último quartel do século XIX. O desenvolvimento do complexo cafeeiro deu o impulso necessário para que o processo de urbanização lançasse suas bases no Estado, gerando a configuração de uma rede de cidades em seu interior. Nesse contexto, em 1860, Campinas já se constituía em importante pólo regional de comércio e prestação de serviços (BRITO, 1969).

Campinas foi uma das regiões cafeicultoras que mais se beneficiou com a instalação da rede ferroviária. Na verdade, uma das funções do Município nessa etapa era seu importante papel de centro ferroviário paulista, potencializando "a antiga função do nó de transporte que caracterizava Campinas" (SEMEGHINI, 1988:55).

Apesar da crise do café, em 1929, o acentuado dinamismo da cidade de Campinas foi capaz de reorientar sua estrutura produtiva em cada uma das etapas do desenvolvimento econômico em curso no País ^{6/}. Com a herança deixada pelo complexo cafeeiro, o processo de industrialização se consolidou, enquanto a crescente urbanização transformava o espaço campineiro.

A partir de 1960, e principalmente nos anos 70, Campinas tornou-se um dos eixos da expansão industrial do Estado. A desconcentração relativa da atividade industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo conduziu o Município a um acelerado crescimento econômico e populacional. Além disso, a integração do mercado de trabalho, com a subordinação da agricultura à indústria, contribuiu para que novos incentivos governamentais beneficiassem a região.

Nesse contexto, a instalação de indústrias e agroindústrias na região intensificou a conurbação de municípios e a tendência a um processo de metropolização. A política de

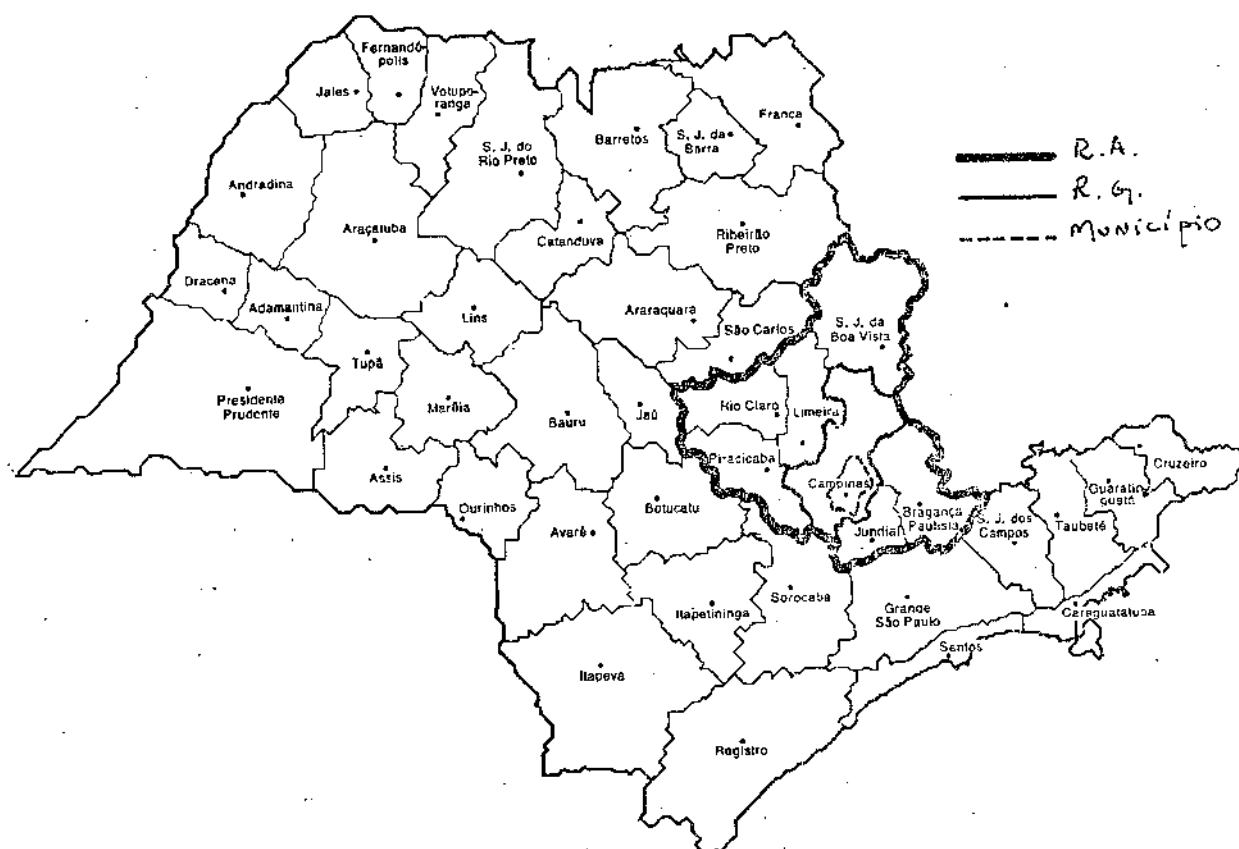
^{6/} A respeito da formação econômica de Campinas veja-se o rico estudo de Semeghini(1988).

abertura de novas estradas e recuperação e melhoria das já existentes, além da localização do Aeroporto de Viracopos, contribuiu para a expansão da mancha urbana do Município, com a instalação de indústrias nas principais rodovias (Anhangüera, Bandeirantes, D. Pedro I, Santos Dumont, Campinas-Mogi-Mirim). Esse processo gerou um padrão de crescimento físico com áreas intermediárias vazias e horizontalização com grande ação especulativa dos capitais mercantis.

Distante apenas 98 Km da sede da Região Metropolitana de São Paulo (Mapa 1), o Município de Campinas é, hoje, a capital regional mais industrializada, mais urbanizada e de maior atração de população no interior do Estado de São Paulo. Sua região administrativa - composta por 83 municípios (Anexo 1) - é a segunda mais desenvolvida do Estado, a terceira concentração industrial do País, a sétima produção agropecuária. Além disso, o Município abriga a maior praça bancária e a quinta maior base de tributação federal (ZIMMERMANN, 1988).

Todas essas características, aliadas ao seu processo de urbanização, levam alguns dos municípios da Região de Governo de Campinas (Anexo 2) a compor a segunda metrópole do Estado de São Paulo. A própria integração do mercado regional; o intenso processo de urbanização, com o surgimento de "municípios-dormitório"; a deterioração das condições de vida de sua população; os problemas urbanos de expansão de periferia, violência, pobreza e infra-estrutura deficiente são expressões características do fenômeno.

Mapa 1
Região de Campinas
Estado de São Paulo



As transformações econômico-sociais por que passou o interior paulista, e particularmente Campinas, geraram a reprodução do padrão periférico urbano, anteriormente peculiar

às grandes concentrações metropolitanas, "tanto pelos baixos níveis de remuneração da classe trabalhadora, reforçando a relação capital-trabalho, como pela carência de políticas sociais" (PATARRA, 1989b:28).

É importante enfatizar que, nesse processo, a urbanização de Campinas não constituiu fenômeno periférico a uma "macrometrópole": refletiu, na verdade, o tipo de desenvolvimento ali processado ao longo de cem anos, como poder-se-á acompanhar a seguir.

CAPÍTULO 2

DINÂMICA ECONÔMICA, POPULAÇÃO E URBANIZAÇÃO EM CAMPINAS

Ciclo do Açúcar: "Capital da Escravaria"

As origens de Campinas estão relacionadas à função que desempenhava como passagem para o caminho de Goiás. O processo de ocupação de seu território teve início com uma agricultura de subsistência bastante rudimentar e um comércio voltado para as tropas que vinham de Santos e se dirigiam para Minas Gerais, Goiás e Cuiabá (ZALUAR, 1976). "Campinas então aparecerá dos impulsos e refluxos da economia mineira, tendo sido a primeira das povoações originadas pelo Caminho dos Goíases, por isto também chamada de 'boca do sertão'" (FIGUEIRA DE MELLO, 1991:16).

Em 1767, o bairro de Campinas do Mato Grosso de Jundiá contava com "uma população de 38 fogos com 185 habitantes, sendo 113 maiores de dez anos e 72 de dez anos ou menos (...) gente que tinha, entre si, muitos laços de parentesco e se originava de poucas vilas da capitania, brancos na sua quase totalidade" (PUPO, 1969:28).

Com a decadência do ciclo da mineração, a agricultura começava a ocupar seu lugar no Estado de São Paulo com a

implantação da cultura da cana-de-açúcar. Em 1774, o bairro tornou-se Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá. "Índios, caboclos e ex-escravos foram recrutados e obrigados a povoar a nova Freguesia(...) Chegam famílias de poucos recursos e também se fala da 'migração vinda de Baependi' ^U, área de terras cansadas de Minas Gerais, de onde teriam se originado mais de 150 novos residentes" (FIGUEIRA DE MELLO, 1991:17).

Em 1775, a Freguesia contava com 247 habitantes, dos quais 47 eram escravos; "qualidade de moradores não incluída em 1767" (PUPO, 1969:31). A indústria açucareira aí instalou-se entre 1790 e 1795 (BRITO, 1969), constituindo o marco inicial da sua prosperidade econômica e populacional.

Em 1797, a Freguesia denominou-se Vila de São Carlos com uma população de 2.107 pessoas segundo os registros paroquiais, sendo "700 africanos, 330 agricultores, 550 mulheres brancas, 400 mulatos livres, 14 tropeiros, 9 comerciantes, 4 padres e uma dúzia de mendigos" (BERGÓ, 1952:23). No ano seguinte, a população da Vila contava com 535 homens e 516 mulheres de cor branca; 418 mulatos livres e 14 pretos também livres; 621 pretos e 80 mulatos cativos, totalizando 2.184 habitantes.

De acordo com o recenseamento realizado em 1822, a população da Vila de São Carlos era de 7.369 habitantes. "Nos primeiros anos oitocentistas, Campinas recebera 'migração de famílias inteiras do Vale do Paraíba' ^{8/} (FIGUEIRA DE MELLO, 1991:18). Desses habitantes, 2.389 eram brancos; 3.434 negros e 1.546 pardos (BERGÓ, 1952). Já nesse período, a participação da população escrava era bastante elevada, correspondendo a 47% da população total em 1822 ^{9/}.

Essas informações sobre volume populacional, embora bastante esparsas e provenientes de fontes distintas, permitem traçar um quadro sucinto da evolução da população campineira até o ano de 1822, como expressa a Tabela 2.

Assim, considerando tais informações observa-se aumento populacional bastante significativo entre 1775 e 1797, de 247 habitantes para 2.107, refletindo o forte dinamismo da produção açucareira. De fato, a partir do final do século XVIII, até a primeira metade do século seguinte, Campinas, embora não estivesse estruturada como município ^{10/}, destacou-se como o maior centro produtor de açúcar do Estado de São Paulo, estabelecendo uma lavoura já ligada à produção e comercialização. Essa tendência acentuou-se em anos posteriores; em 1834, quase

^{8/} Grifo nosso.

^{9/} A população não-branca na Vila representava 67,6% do total populacional em 1822, somando-se negros e pardos.

^{10/} É somente em 1842 que a Lei no.5 atribuiu-lhe a categoria de Município de Campinas (INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO).

um terço da produção de açúcar do Estado se deveu a Campinas (PETRONE, 1968).

Tabela 2
Evolução da População
Campinas
1767 - 1822

ANO	POPULAÇÃO TOTAL
1767	185
1775	247
1797	2107
1798	2184
1822	7369

Fonte: PUPO (1969) para 1767 e 1775
IBGE (1952) para 1797, 1798 e 1822.

O ciclo do açúcar, sustentado pelo trabalho escravo, trouxe um contingente considerável dessa população para Campinas^{11/}. Em 1836, mais da metade da sua população era composta por escravos, o que representava 5% da população escrava da Província, passando para quase 9% em 1874 (Tabela 3).

O número de escravos existentes no Município manteve-se elevado durante o Império, conferindo-lhe o atributo de "maior centro escravocrata da Província de São Paulo" (PUPO, 1973:36). O Município foi o maior mercado comprador e distribuidor de escravos da Província, e constituiu-se também numa sede da repressão armada aos escravos da região, tanto que recebeu de um jornal abolicionista o nome de Capital da Escravaria (FIGUEIRA DE MELLO, 1991:22).

^{11/}

Veja-se, entre outros, Lapa (1966), Slenes (1989) e Eisenberg (1986).

Tabela 3
População Total e Escrava
Estado de São Paulo e Município de Campinas
1836-1886

Anos	População Total	Tx. de cresc. (% a.a.)	População Escrava	Tx. de cresc. Pop. Escrava (%a.a.)	Pop. escrava/Pop. Total(%)	Pop. Escr. de Campinas sobre Pop. Escr. do Estado (%)
Estado de São Paulo						
1836	284312		78013		27.44	5.02
		2.15		2.31		
1854	417149		117731		28.22	6.96
		3.55		1.44		
1874	837754		156612		18.69	8.74
		3.19		0.21		
1886	1221380		160665		13.15	6.22
Campinas						
1836	6689		3917		58.56	
		4.27		4.18		
1854	14201		8190		57.67	
		4.05		2.60		
1874	31397		13685		43.59	
		2.30		-2.59		
1886	41253		9986		24.21	

Fonte: CAMARGO, 1981

O dinamismo da economia açucareira desempenhou importante papel na diversificação e ampliação do sistema viário da Província de São Paulo, articulando-a com o Vale do Paraíba, Rio de Janeiro, Curitiba. Ampliaram-se também as vias de acesso entre os centros regionais e os demais municípios (PETRONE, 1968). Campinas configurava-se como centro estratégico no sistema de transporte, o que contribuiu para o grande crescimento populacional verificado nesse período. Já em 1840, tornava-se "importante centro de dispersão de caminhos, verdadeiro 'nó' de comunicações, centralizando a produção agrícola e o transporte da parte mais importante do 'quadrilátero' do açúcar, além de

Goiás" (NOGUEIRA DE MATTOS, 1985:27).

Entre os anos de 1836 e 1854, enquanto a população da Província como um todo cresceu a uma taxa de 2,1% a.a., a de Campinas chegou a registrar 4,3% a.a. (Tabela 3). Nesse período, a taxa de crescimento da população escrava no Município foi equivalente à taxa de crescimento da população total (4,2% a.a.), o que demonstra a importância desse segmento da população no crescimento total observado no período. De fato, a população escrava, em 1854, ainda representava 57,7% do total populacional de Campinas.

Nos vinte anos seguintes - 1854-1874 - a taxa de crescimento da população total do Estado elevou-se para 3,5% a.a., enquanto a de Campinas seguia em torno de 4,0% a.a. A migração de escravos provenientes de regiões onde as lavouras canavieiras entravam em decadência, como as do Nordeste, contribuiu para o crescimento populacional das províncias do Sul (PRADO, 1983). De fato, nos jornais da época encontravam-se anúncios como este: "vende-se 12 bonitos escravos de 12 a 20 anos, todos do Ceará" (Gazeta de Campinas, 22-6-1878; apud LAPA, 1991).

No conjunto do Estado, a taxa de crescimento da população escrava passou de 2,3% a.a., entre 1836 e 1854, para 1,4% a.a. no período 1854-1874, bem como diminuiu significativamente a proporção da população escrava no total populacional, de 57,7%, em 1854, para 18,7%, em 1874. No

Município de Campinas, a taxa de crescimento da população escrava, embora mais elevada que a média estadual, também apresentou valor inferior ao registrado no período anterior: 2,6 % a.a. Ao final desse período, a participação dessa população já não representava a metade da população total de Campinas.

No período 1874-1886, o ritmo de crescimento da população campineira diminuiu expressivamente, em função da proibição do tráfico negreiro e da emigração da população escrava do Município. Mesmo assim, em 1874, Campinas era um dos municípios mais populosos da Província, com uma população de 31.397 habitantes, equivalente ao porte da Capital que, neste ano, registrava 31.385 habitantes. No recenseamento de 1872, a população de Campinas "ultrapassava a de muitas capitais provinciais como Aracaju, Curitiba, Cuiabá, Florianópolis, Goiás, Maceió, Manaus, Natal, Paraíba, Teresina e Vitória" (CAMARGO, 1981:78).

A taxa de crescimento da população escrava de Campinas, entre 1874 e 1886, alcançou expressivo valor negativo, 2,6% a.a., representando, em 1886, apenas 24% da população total. A taxa de crescimento da população total baixou para 2,3% a.a., equivalente à média estadual no período 1836-1854. Enquanto Campinas, nesse período, apresentou diminuição em seu ritmo de crescimento populacional, o Estado registrou uma taxa em torno de 3% a.a., uma vez que em meados da década de 1880 teve início o movimento migratório europeu.

A importância da população escrava, fundamental para o crescimento econômico e populacional do Município e do Estado até meados do século passado, foi perdendo peso à medida que se intensificou o movimento emancipador.

O crescimento populacional de Campinas voltou a elevar-se entre de 1886 e 1900, registrando uma taxa de 3,6% a.a.; nesse mesmo período, a taxa de crescimento do Estado chegou a registrar 4,4% a.a. Assim, no final do século passado já se delineava o papel que desempenharia o contingente migrante europeu na evolução da população municipal e da estadual.

Com o auge do período açucareiro, Campinas adquiriu características importantes: por ser ponto estratégico na rede de transportes, por ter concentrado o maior contingente escravo entre os municípios da Província e por ter se destacado como o maior produtor de açúcar, inserindo-se no mercado mundial.

O ciclo do açúcar marcou a fase de construção da cidade^{12/}. A dinâmica expressa por esse ciclo econômico contribuiu para o surgimento de pequenos núcleos urbanos ligados ao setor agrícola e à comercialização de escravos, introduzindo a diversificação, embora incipiente, das atividades econômicas no Município e apontando para o surgimento de uma importante rede urbana no Estado.

^{12/}

Veja-se, sobre o traçado físico da cidade, Pupo (1969); Brito (1969) e Figueira de Mello (1991).

Período Cafeeiro: "Princesa D'Oeste"

Segundo os historiadores, não existiu um marco divisório entre o ciclo do açúcar e o período cafeeiro em Campinas. "Enquanto o café surgia paulatinamente, o açúcar ainda prosperava" (PUPO, 1969:141). A implantação da cultura do café no oeste paulista ^{13/}, de acordo com Pestana (1923), data de 1807-1809 e 1817, mas somente a partir de 1835 iniciou-se a substituição de plantações de cana pelo café.

Na segunda metade do século passado tinha início a última etapa da economia primário-exportadora no País. "O capital necessário para o financiamento, plantio e formação dos cafezais teve, em Campinas, como origem, a atividade canavieira - muitos cafeicultores foram antigos plantadores de cana -, o comércio e mesmo o capital cafeeiro oriundo de outras regiões" (SEMEGHINI, 1988:16).

O café difundia-se no mercado internacional e, com a decadência desse ciclo no Vale do Paraíba, Campinas passava a se destacar nesse novo cenário econômico. No Senado do Império, Campinas chegou a ser citada, embora apenas para sustentar o discurso de que a implantação da cultura cafeeira iria encarecer os gêneros alimentícios:

^{13/}

A definição do Oeste paulista, no período cafeeiro, refere-se ao território próximo à Capital, tendo como limites os Municípios de Bragança Paulista, Sorocaba, Campinas e Piracicaba (MILLIET, 1941).

"A conversão das fazendas de açúcar em fazendas de café tem ocorrido também ali em São Paulo para o encarecimento dos gêneros alimentícios(...). Quando o lavrador planta cana, pode também plantar e planta feijão, e alguns até plantam milho em distâncias maiores para não ofender a cana; e tudo vem excelentemente pelo preparo da terra para a cana; e a limpa aproveita a tudo: isso acontecia no município de Campinas, cujas terras são mui férteis (...). Entretanto, todo esse município de Campinas e outros estão cobertos pelo café, o qual não permite ao mesmo tempo a cultura de gêneros alimentícios, salvo no começo, quando novo; mas quando crescido nada mais se pode plantar (...)" (Anais do Senado, IV, 1858; apud BUARQUE DE HOLANDA, 1989).

A respeito desse comentário, é importante ressaltar que a estruturação e a consolidação do complexo cafeeiro, nos anos seguintes, permitiram que os centros urbanos redistribuíssem gêneros alimentícios não produzidos nas fazendas de café, estabelecendo acentuada dependência das áreas rurais às cidades. "O crescimento da urbanização, da indústria e do comércio ajuda a explicar a expansão da agricultura alimentar independente do café" (TARTAGLIA & OLIVEIRA, 1988:9).

A cultura cafeeira prosperava no Município, demandando crescente mão-de-obra para o seu cultivo. A mão-de-obra utilizada, no primeiro momento da dinâmica econômica cafeeira, foi a exploração escravista. Produzia-se em grande escala nos latifúndios, porém com pequena margem de lucro e com técnicas de cultivo e beneficiamento muito rudimentares, além do precário sistema de transportes (CANO, 1977).

Com o encerramento do tráfico negreiro, o sistema escravista brasileiro entrou em crise e os fazendeiros paulistas tentaram buscar a solução para o problema de mão-de-obra nas lavouras através da imigração estrangeira ^{14/}.

A primeira tentativa de utilização da mão-de-obra de imigrantes europeus como trabalhadores nas fazendas de café do Estado de São Paulo ocorreu na região de Campinas, na Fazenda Ibicaba, atual Município de Limeira (WAGNER, 1989). Possuindo 300 escravos em 1847, com uma produção de oito mil arrobas de açúcar e de doze mil arrobas de café, elevando-se à quarenta mil pouco depois, a fazenda do senador Vergueiro recebeu cerca de oitenta famílias alemãs, num total de 400 pessoas, que passaram a cuidar dos cafezais juntamente com os escravos (FERNANDES, 1971). De acordo com Cano (1977), esse período configurou-se como a segunda etapa da dinâmica da economia cafeeira no Estado de São Paulo, inclusive com a introdução de algumas técnicas mais avançadas de cultivo e beneficiamento.

O sistema de trabalho adotado neste período foi a parceria, em que os imigrantes trabalhavam como colonos meeiros. Nesse regime de trabalho, os imigrantes eram obrigados a estar contratados até pagarem ao fazendeiro a dívida contraída pela imigração. Embora a parceria não tenha se mostrado eficiente, "a importância de Ibicaba reside não só no fato de constituir o

^{14/} Há uma bibliografia extensa sobre a necessidade de mão-de-obra para o desenvolvimento da lavoura cafeeira em São Paulo e a constituição do mercado de trabalho livre. Este item baseia-se em: Cano (1977); Levy (1974); Cardoso de Mello (1982); Viotti da Costa (1982) e Spindel (1980).

primeiro exemplo de atração de imigrantes europeus pela iniciativa particular, como principalmente pela tentativa que representou da simultaneidade do emprego da mão-de-obra livre e escrava. A iniciativa ganha significado se considerarmos a época em que fora executada, em pleno regime escravocrata" (CAMARGO, 1981:60).

O fracasso desse sistema se deveu às péssimas condições de trabalho e de vida oferecidas aos colonos, além da coexistência com o regime escravista, que, dentre outros fatores, contribuíram para a proibição, pelos governos europeus, da vinda dessa população para o País (BASSANEZI, 1986).

Essa experiência fracassada fez diminuir a entrada do elemento estrangeiro no Estado durante a década de 1850. À essa época, entretanto, as lavouras de café começavam a se alastrar nas novas zonas do oeste, propiciando a migração interna de escravos e mesmo de trabalhadores nacionais. As estimativas do Almanache para a Província de São Paulo ^{15/} apontam a entrada de nove mil trabalhadores livres no Município de Campinas entre 1860 e 1870. Nesse período, Campinas foi o maior produtor de café da Província (ZALUAR, 1976) e já era o município paulista mais rico, considerada a capital agrícola da Província e até mesmo metrópole agrícola ^{16/} (FIGUEIRA DE MELLO, 1991:20).

^{15/} PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, Almanache para a Província de São Paulo, 1873.

^{16/} Grifo nosso.

Em 1860 incorporou-se às vastas lavouras de cana e café existentes no Município o cultivo do algodão. Imigrantes americanos instalaram-se em Campinas, mais exatamente na região que hoje corresponde ao Município de Americana, desenvolvendo esta cultura e introduzindo novas técnicas e instrumentos agrícolas, além do cultivo de frutas, milho e criação de gado. Americana e Santa Bárbara D'Oeste tornaram-se centros industriais e comerciais de arados e equipamentos agrícolas (BRITO, 1969).

Segundo Graziere (1987), o surto algodoeiro trouxe conseqüências favoráveis para o desenvolvimento posterior, possibilitando a acumulação de capital no período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre e empregando trabalhadores livres na região, já que, por se tratar de cultura temporária, o algodão não necessitava de grande volume de mão-de-obra.

Nesse período, inaugurou-se a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (São Paulo Railway, em 1867), facilitando o transporte e aumentando a interligação entre os centros urbanos.

O enriquecimento de Campinas se acelerou com a introdução da cultura cafeeira. Em Campinas o café não foi cultura pioneira, como em outras áreas do Estado, e sim cultura de substituição que, expulsando a cana, imprimiu nova dinâmica aos centros urbanos já existentes, além do impulso à disseminação de outros.

A partir de 1860, Campinas ampliou suas funções urbanas para atender às novas demandas da economia e da população, tornando-se importante pólo regional de comércio e prestação de serviços. O núcleo urbano de Campinas destacava-se, nesse período, pela antiga função de centro comercial e de comunicação da antiga rota de Goiás e da região do açúcar, aumentando o número de estabelecimentos comerciais e já fazendo emergir um forte setor de serviços (BRITO, 1969).

Na década de 1870, o café já estava implantado no Município e na região, uma vez que a elevação do preço do café no mercado internacional, a partir de 1870, havia estimulado o cultivo do produto (SEMEGHINI, 1988). Com a implantação da cultura do café, que passou a ser o principal produto cultivado, Campinas acentuou seu dinamismo com um intenso desenvolvimento urbano e rural. O efeito urbanizador já se fazia sentir através da expansão das vias de comunicação para o transporte do café, como as Estradas de Ferro Mogiana e Companhia Paulista (1872), originando núcleos urbanos e ampliando as atividades ligadas a esse setor. "A circulação de pessoas e produtos na ferrovia é como o sangue" (WILLIANS, 1989:226).

Em 1872, Campinas já contava com "42 capitalistas, 129 proprietários, 284 fazendeiros, 22 lavradores de algodão, 15 lavradores de açúcar, 43 lojas de fazendas, 17 lojas de ferragens, 21 armazéns de secos e molhados, 136 armazéns de gêneros da terra, 8 casas de importação e comissões, 8 depósitos

de açúcar, 2 depósitos de cal, 1 depósito de farinha e 6 depósitos de sal" (PUPO, 1969:168).

A experiência com a mão-de-obra européia, em décadas anteriores, possibilitou aprimorar o sistema de trabalho que seria implantado de forma generalizada nas fazendas de café do oeste paulista: o colonato, que configurou então a terceira etapa da economia cafeeira paulista (CANO, 1977).

Esse sistema possibilitou organizar e controlar o trabalhador nas lavouras de café, apresentando-se mais rentável e a custos reduzidos. Neste regime de trabalho, o fazendeiro estabelecia um contrato coletivo, isto é, com o colono e os membros aptos de sua família. O colono podia também manter roças intercaladas com o café, garantindo uma economia de subsistência (OLIVEIRA, 1988).

Assim, por volta de 1886, iniciou-se uma grande imigração subsidiada para o Brasil ^{17/}. Foram introduzidos e canalizados para as lavouras cafeeiras paulistas milhares de imigrantes europeus, principalmente italianos. Estima-se que entre 1887 e 1900 entraram no Estado 909.417 imigrantes europeus, dos quais aproximadamente 565 mil italianos (CAMARGO, 1981).

^{17/}

Esse tipo de imigração foi possível em virtude de profundas transformações que ocorriam, principalmente na Itália, no final de século XIX, propiciando a emigração de volume considerável de pessoas dispostas a "fazer a América". Veja-se a esse respeito Alvim (1986).

Essa imigração, ao garantir a oferta de grande contingente de mão-de-obra para a cafeicultura, deu início também à constituição de um mercado de trabalho livre no País. "Os fazendeiros de São Paulo, neste processo de substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, insistiram desde o início em contratar não só trabalhadores estrangeiros, europeus de preferência, mas trabalhadores em unidades familiares" (BASSANEZI, 1986:6).

De fato, os registros da Hospedaria dos Imigrantes do Estado de São Paulo ^{18/}, que apresentaram como destino o Município de Campinas, de 1882 a 1886, indicaram maior participação da imigração européia do tipo individual: 65,6% do total do movimento migratório estrangeiro. Com o subsídio à imigração, a partir de 1886, os imigrantes em unidades familiares passaram a representar 85% do contingente imigratório registrado entre 1887 e 1900 ^{19/} (Gráfico 1).

Campinas foi grande centro receptor da mão-de-obra estrangeira introduzida em São Paulo, particularmente nas últimas duas décadas do século passado. Segundo os registros da Hospedaria, foram enviados para as lavouras de café do Município,

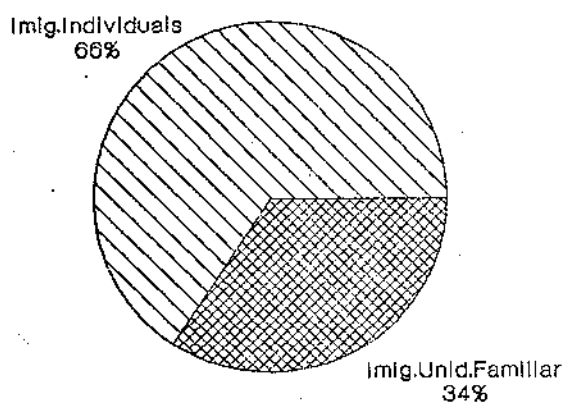
^{18/} A Hospedaria dos Imigrantes do Estado de São Paulo foi criada em 1882, na cidade de São Paulo, tendo como objetivo receber os imigrantes europeus que desembarcavam no Porto de Santos e enviá-los para as lavouras de café do interior paulista. Os registros da Hospedaria constituem a única fonte de dados a respeito do movimento migratório europeu, no século passado, em âmbito municipal; informações agregadas para o conjunto do Estado encontram-se nos Boletins da Secretaria da Agricultura Comércio e Indústria do Estado de São Paulo, sistematizadas em Camargo (1981).

^{19/} Estas informações fazem parte do Projeto: "Transição Demográfica no Estado de São Paulo", NEPO/UNICAMP. Resultados preliminares encontram-se em Patarra (1987); Baeninger (1990) e Maia (1990).

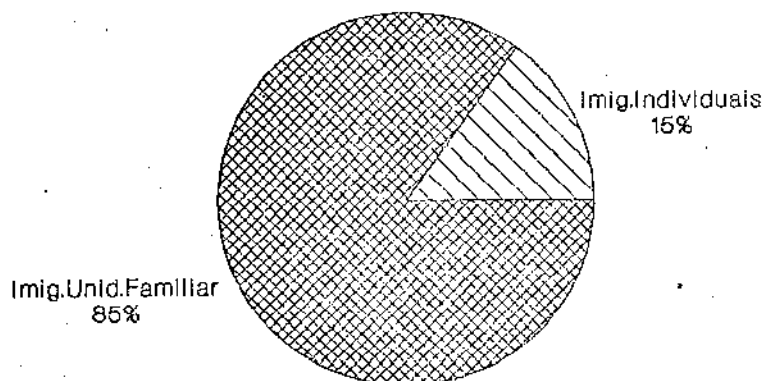
de 1882 a 1900, 10.631 imigrantes estrangeiros, dos quais 75% eram italianos; 11,3% portugueses; 7,9% espanhóis; 3,9% alemães e 1,8% de outras nacionalidades. A imigração do tipo individual foi predominante até 1886 para as principais nacionalidades, porém a imigração familiar acabou sendo responsável por 73% do movimento imigratório ocorrido entre 1882 e 1900 (Tabela 4).

Gráfico 1
Imigrantes Estrangeiros segundo tipo de Movimento.
Município de Campinas.
1882-1900

1882-1886



1887-1900



Fonte: Livros de Registros da Hospedaria dos
Imigrantes do Estado de São Paulo.

Tabela 4
Movimento Imigratório Europeu segundo Nacionalidade e Tipo de Imigração
Campinas
1882 - 1900

Tipo Movimento	NACIONALIDADES					
	Portuguesa	Italiana	Espanhola	Alemã	Outras	TOTAL
1882 - 1886						
Total	423	1928	132	41	20	2544
% Individual	79.43	61.51	91.67	46.34	40.00	65.64
% Familiar	20.57	38.49	8.33	53.66	60.00	34.36
1887 - 1900						
Total	778	6063	704	370	172	8087
% Individual	40.87	11.27	16.76	13.78	27.33	15.05
% Familiar	59.13	88.73	83.24	86.22	72.67	84.95
TOTAL GERAL	1201	7991	836	411	192	10631
% Individual	54.45	23.39	28.59	17.03	28.64	27.16
% Familiar	45.54	76.61	71.41	82.97	71.36	72.84

Fonte: Livros de Registros da Hospedaria dos Imigrantes do Estado de São Paulo, 1882 a 1900.

Nesse período, a produção cafeeira no Município era a maior do Estado, respondendo por 50% da produção total do oeste paulista ^{20/}. A maioria das propriedades agrícolas pertencia a imigrantes europeus (CAMARGO, 1981).

A acumulação cafeeira permitiu que o excedente gerado passasse a ser aplicado em investimentos urbanos: expansão das ferrovias, empresas de serviço público, indústrias, bancos, sistema de armazenagem e comunicação. Ou seja, foi a etapa de consolidação do complexo cafeeiro, constituindo o último período da dinâmica do café (CANO, 1977).

^{20/}

Semeghini (1988) apresenta valiosas informações sobre a produção de café no Município e demais áreas do oeste paulista de 1836 a 1930, além das principais atividades urbanas e industriais.

A instalação de máquinas de beneficiamento expandiu-se tanto que, no final do século XIX, Campinas tornou-se um dos principais núcleos manufatureiros regionais. Em 1900, o Município contava com 78 estabelecimentos diversos, permanecendo o setor metal-mecânico como o mais importante. Crescia o número de companhias estrangeiras instaladas no Município, que possuía ainda dez agências bancárias (SEMEGHINI, 1988).

A diversificação do capital cafeeiro possibilitou, de um lado, o avanço do plantio, a incorporação de novas terras e o povoamento do território, consolidando o mercado interno e promovendo a emergência da estruturação de uma rede de cidades densa e ramificada no Interior (FUNDAÇÃO SEADE, 1988). De outro lado, o desenvolvimento e a consolidação do complexo cafeeiro - juntamente com o sistema de trabalho adotado, que favorecia a comercialização de mercadorias e pequenas propriedades - geraram "precoce" urbanização no Interior. "Até um determinado momento, a urbanização era um processo, mais ou menos, generalizado no Estado, pouco distinguindo-se a Capital das demais cidades do Interior" (OLIVEIRA, 1988:308).

De fato, a prosperidade econômica e o grande aumento populacional no Município de Campinas permitiram-lhe disputar, no final dos anos 80 do século XIX, a primazia com a Capital (CAMARGO, 1981), o que lhe conferiu o título de Princesa D'Oeste. O desenvolvimento social do Município e de sua vida urbana, nesse período, também exaltava seu papel no Estado, ao ponto de Zaluar

(1976) afirmar que a cidade era um empório de riqueza e civilização^{21/}.

Em 1889, a epidemia de febre amarela assolou o Município, "levando um enorme patrimônio que os campinenses acumularam por mais de um século" (PUPO, 1969:175). A mortalidade era alta; chegando a alcançar até trinta óbitos por dia; no total somaram-se mais de duas mil mortes, na maioria homens entre 21 a 30 anos, principalmente portugueses e brasileiros. A população fugiu da cidade para as zonas rurais ou para outras cidades da região (BRITO, 1969). Os historiadores locais afirmam que durante a epidemia quase 75% da população emigrou do Município (BRITO, 1969; PUPO, 1969). "A cidade é abandonada; a população reduziu-se de 20 mil para 5 mil moradores; a morte rondava a cidade." (FIGUEIRA DE MELLO, 1991:23). Estabelecimentos comerciais, escritórios de indústria e até algumas indústrias transferiram-se para São Paulo e Jundiaí (SEMEGHINI, 1988).

Essa epidemia teve efeitos diretos na lavoura cafeeira: "as tristes consequências da febre amarela afugentaram a onda imigratória européia para o município neste ano" (BRITO, 1969:74). De fato, foram encaminhados para as lavouras de café de Campinas no ano de 1889 apenas 295 imigrantes contra os 1.990 registrados na Hospedaria em 1888.

^{21/}

A respeito da agitada vida cultural, urbana e social de Campinas, veja-se os 23 volumes da História de Campinas em Brito (1969). Veja-se também Pupo (1969); Pupo (1973); Zaluar (1976); Tschudi (1976); Semeghini (1988) e Figueira de Mello (1991).

É interessante identificar, aqui, as diferentes visões que se faziam do imigrante. Para os interesses do capital cafeeiro, a mão-de-obra estrangeira constituía-se em condição necessária para o desenvolvimento dessa etapa da economia. Para os sanitaristas, médicos, higienistas, "a falta absoluta de higiene em toda a cidade, com a presença de cortiços, verdadeiros antros sem ar, onde vivem em promiscuidade e envoltos em sujeira homens, mulheres e crianças, 'na sua totalidade estrangeiros' ^{22/} foi responsável pelo alastramento da doença" (BRITO, 1969:81). Figueira de Mello (1991) destaca que "libertos e 'imigrantes' ^{23/}, em 1888 e 89, afluíram para a cidade. Entupiram os cortiços." (p.23). Ou seja, para a classe burguesa urbana, o imigrante era a causa dos problemas urbanos e sociais emergentes.

Apesar da emigração, Campinas não perdeu seu dinamismo; no final de 1889 a população já começava a retornar ao Município (BRITO, 1969). O movimento imigratório europeu ainda foi pouco expressivo no ano de 1890 - entraram apenas 292 imigrantes -, porém em 1891 foi registrado o maior volume anual de imigrantes com destino a Campinas: 2.927 estrangeiros, totalizando 4.317 até 1900. "Em 1900 a área urbana já retornará aos 20 mil indivíduos. Estava saneada. Mas irreversivelmente perdera para a Capital do Estado a primazia do desenvolvimento paulista. E muitas cidades como São Carlos, Araraquara e Jaboticabal, haviam crescido às

^{22/} Grifo nosso.

^{23/} Grifo nosso.

expensas da peste amarela campineira" (FIGUEIRA DE MELLO, 1991:23).

Na década de 1890, as atividades de comércio e prestação de serviços tenderam a se ampliar e diversificar, reforçando a posição de Campinas como pólo regional.

O grande momento da cafeicultura paulista foi o período 1886-1897, em cujo final Campinas já dividia seu dinamismo com as zonas pioneiras, além da Capital.

A virada do século no Estado de São Paulo foi acompanhada de um acentuado dinamismo tanto em termos econômicos como populacionais. O processo de urbanização já emergia com significativa importância na Capital e nos principais centros regionais do Interior. Na primeira década deste século, o Estado respondia por mais de 13% da população brasileira e já detinha 15% da produção industrial do País (NEGRI, 1988).

A intensificação do processo de urbanização no Estado, no entanto, configurou uma divisão social do trabalho mais acentuada, reforçando a tendência da cidade de São Paulo como polarizadora das atividades econômicas (OLIVEIRA, 1988). De fato, em 1900 a Capital já representava 10% da população paulista, seguida pelos principais municípios do Interior, como Campinas, que representava 3% dessa população (Tabela 5).

Tabela 5
Evolução da População
Estado de São Paulo, Capital, Interior e Campinas
1900-1934

Ano	Estado de São Paulo			Capital		Interior (1)		Campinas		Pop. de Campinas/ Pop. do Est. Pop. do Interior(%)	
	População Total	Tx. de cresc. a.a.(%)	População Total	População Total	Tx. de cresc. a.a.(%)	População Total	Tx. de cresc. a.a.(%)	População Total	Tx. de cresc. a.a.(%)	Pop. de Campinas/ Pop. do Est. Pop. do Interior(%)	Pop. de Campinas/ Pop. do Interior(%)
1900	2225968	3.66	224654		4.81	2001314	3.51	67694	2.48	3.04	3.38
1918	(*)42486777		(*)523196			(*)3725481		105160		2.48	2.82
1920	4565059	3.66	574724		4.81	3990335	3.49	115567	4.83	2.53	2.90
1934	6257341	2.28	1007955		4.09	5249386	1.98	132819	1.00	2.12	2.53

Fonte: 1900-1913 para o Estado de São Paulo, Capital e Interior:
Fundação SEADE, Arquivo Demográfico.
1900 para Campinas: Fundação SEADE-Arquivo Demográfico
1918 para Campinas: Denso Municipal de Campinas, in Boletim da Directoria de Indústria e Comércio, n.9, 10. série, set. 1919
1920 - IBGE, Censo Demográfico.
1934 - IBGE, Censo Escolar do Estado de São Paulo.

(1) Considera-se como Interior, o conjunto de municípios do Estado subtraindo-se apenas a Capital.
(*) População interpolada entre 1900-1920

Nos primeiros vinte anos deste século, as taxas de crescimento do Estado, da Capital e do Interior apresentaram-se acima de 3,5% a.a., chegando a Capital a registrar 4,81% a.a. entre 1900 e 1920. O Município de Campinas contava, em 1900, com uma população de mais de 67 mil habitantes. Sua taxa de crescimento populacional, no entanto, encontrava-se, entre 1900 e 1918, bem abaixo das médias estadual e interiorana, em torno de 2,5% a.a.; inferior também à taxa apresentada pelo próprio Município no período 1886-1900, que foi de 3,6% a.a. Já no período 1918-1920, a taxa de crescimento populacional de Campinas alcançou o mesmo patamar da taxa registrada na Capital, 4,8% a.a. Essa elevação da taxa está relacionada à diminuição do fluxo emigratório de Campinas - fluxo este que ocorreu em função das geadas ocorridas em 1918 - e à intervenção governamental que resultou na alta dos preços do café, estimulando novamente o fluxo imigratório estrangeiro para o Município.

Em 1918, segundo o recenseamento realizado pela Prefeitura de Campinas, o contingente estrangeiro era de 24.515 pessoas, correspondendo a 23,3% do total populacional. Nesse ano, a população do Município ultrapassava a casa dos 100 mil habitantes, dos quais 44% já residiam em áreas urbanas do Município, particularmente na sede municipal (Tabela 6). A população estrangeira representava 20,3% da população urbana e 25,6% da rural.

Tabela 6
População Total, Urbana e Rural
Município de Campinas e Distritos
1918

DISTRITOS	População Total	População Urbana	População Rural
Campinas (%)	73295 (100.00)	41004 (55.94)	32291 (44.06)
Souzas (%)	9794 (100.00)	749 (7.65)	9045 (92.35)
Vila Americana (%)	6736 (100.00)	2211 (32.82)	4525 (67.18)
Cosmópolis (%)	5164 (100.00)	822 (15.49)	4282 (84.08)
Valinhos (%)	5484 (100.00)	800 (14.59)	4684 (85.41)
Rebouças (Sumaré) (%)	4687 (100.00)	422 (9.00)	4265 (91.00)
TOTAL (%)	105160 (100.00)	46068 (43.81)	59092 (56.19)

Fonte: Recenseamento de 1918. Prefeitura Municipal de Campinas.
Boletim da Directoria de Indústria e Comércio do
Estado de São Paulo. 10 a. série, n.9, set/1919.

A população estrangeira registrou pequena diminuição em 1920 (23.516 imigrantes), mas ainda respondia por 20% da população de Campinas. Em todos os distritos do Município a participação da população estrangeira seguia a média municipal.

Tanto no Censo de 1918 como no de 1920, a população de Campinas concentrava-se na sede do município. Em 1920, 67% da população estrangeira aí se concentrava (Tabela 7).

Tabela 7
População Total, Brasileira e Estrangeira
Município de Campinas e Distritos
1920

Município	Distritos	População Total	População Brasileira	(%)	População Estrangeira	(%)
CAMPINAS	Campinas	78798	63069	68.5	15729	66.88
	Souzas	9903	7605	8.26	2298	9.77
	Cosmópolis	5707	4380	4.76	1327	5.64
	Reboucas	5964	4912	5.33	1052	4.47
	Valinhos	6136	4743	5.15	1393	5.92
	Vila Americana	9083	7369	8.00	1714	7.29
	T O T A L	115591	92078	100.00	23513	100.00

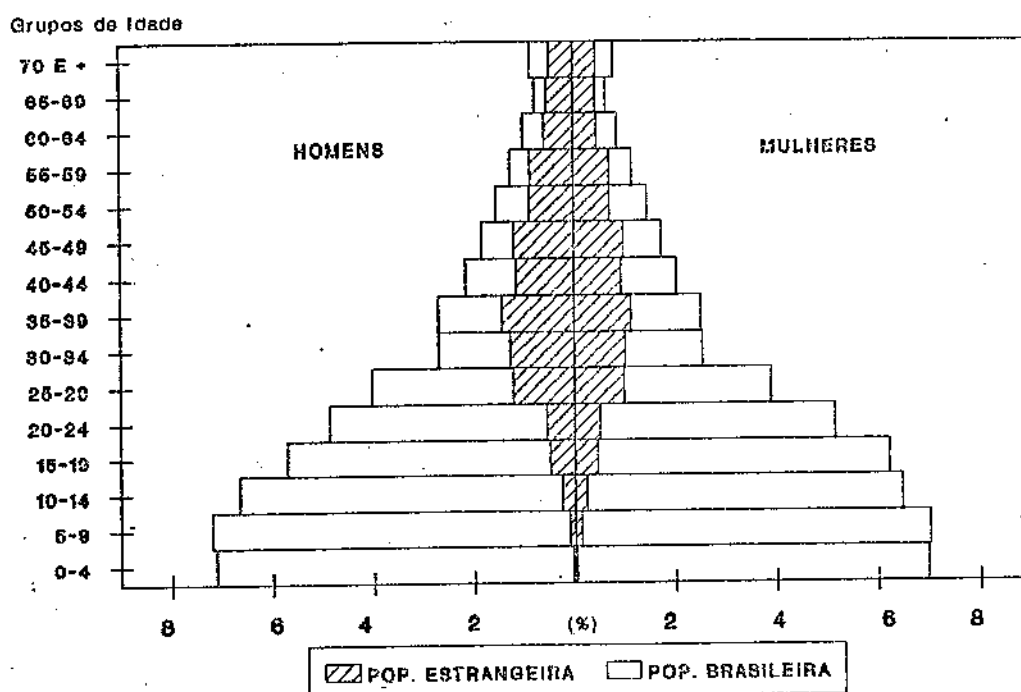
Fonte: IBGE. Censo Demográfico de 1920.

Ainda em 1920, 31% da população em idade ativa de Campinas correspondia à população estrangeira, sendo bastante acentuada a participação desse contingente nas faixas etárias acima de 35 anos, chegando a representar mais da metade da população masculina em algumas faixas de idade. Quanto à população feminina, as maiores proporções de estrangeiras por faixa etária eram as do grupo idoso.

A estrutura de idade e sexo segundo a participação das populações brasileira e estrangeira em cada grupo quinquenal, expressa pela pirâmide (Gráfico 2), ilustra a importância que ainda representava o elemento estrangeiro na composição populacional do Município nesse ano.

Torna-se importante observar que, em termos relativos, a participação da população escrava foi bem maior que a da população estrangeira no conjunto da população do Município de Campinas. No auge do ciclo açucareiro, o contingente escravo chegou a representar mais da metade da população total, como já apontado.

Gráfico 2
Estrutura por Idade e Sexo da População Brasileira e Estrangeira
Município de Campinas
1920



Fonte: Censo Demográfico, 1920.

A partir de 1920, a expansão industrial trouxe profundas modificações no mercado de trabalho e no processo de urbanização. Assim, a Capital, melhor estruturada para receber o implante

industrial, teve crescimento populacional e econômico muito intensificado em relação ao Interior. Entre 1920 e 1934, a taxa de crescimento populacional do Interior decresceu para aproximadamente 2% a.a., enquanto a da Capital permaneceu em torno de 4% a.a. Nesse mesmo período, o Município de Campinas passou a registrar uma taxa de crescimento populacional de apenas 1% a.a.

A entrada do elemento estrangeiro no Estado de São Paulo foi, do ponto de vista demográfico, fundamental para o crescimento, composição e distribuição da população. Do ponto de vista econômico, propiciou o desenvolvimento agrícola e industrial. Em 1905, um terço das propriedades agrícolas pertencia a estrangeiros, ultrapassando 50% em 1920 (CAMARGO, 1981), sendo que 80% das indústrias tinham como proprietários: italianos, ingleses, suíços, franceses e, sobretudo, alemães (SEMEGHINI, 1988).

Nas primeiras décadas deste século, Campinas continuou recebendo significativo número de estrangeiros. Entre 1901 e 1910 foram encaminhados à lavoura do Município 6.643 imigrantes e trabalhadores nacionais, somando-se 11.792 até 1920 (CAMARGO, 1981), o que representava 2% do total desses no Estado.

Embora fossem contingentes consideráveis, estes números eram inferiores aos registrados nas regiões onde a implantação da cultura cafeeira ocorrera numa etapa posterior à de Campinas, como Ribeirão Preto, que recebeu 37.149 trabalhadores no período; São

Simão, 20.246; Araraquara, 15.790; Jaboticabal, 15.352; e São Carlos, 14.371. Por outro lado, a criação dos núcleos coloniais, financiados pelo Estado com o apoio dos fazendeiros e localizados nos arredores dos centros urbanos, favorecia a instalação da população nessas localidades. Além disso, a crise cafeeira já começava a se manifestar no Município.

A partir de 1920 diminuiu significativamente o número de trabalhadores estrangeiros e nacionais encaminhados à lavoura de Campinas: entre 1921 e 1934, apenas 2.302, volume bastante inferior ao recebido pela lavoura de Ribeirão Preto nesse período, que foi de 11.624 trabalhadores (CAMARGO, 1981).

Embora Campinas continuasse a receber imigrantes nos primeiros anos do século XX, a crise cafeeira começava a expulsar a população do Município e de sua região. A segunda expansão cafeeira paulista abrangeu o período 1897-1930, no qual os anos entre 1897 e 1918 foram marcados por acentuadas crises. No período 1900-1918, Campinas apresentou um saldo migratório de apenas 2.473 pessoas (Tabela 8), em função das crises cafeeiras de 1897 a 1910/11 e de 1918, além do Decreto Prinetti (1902), através do qual o governo italiano posicionava-se contra a forma de imigração promovida pelo Estado de São Paulo ^{24/}.

^{24/}

Dos 965 mil italianos que entraram em São Paulo, entre 1870 e 1920, aproximadamente 357 mil deixaram o Estado, retornando ao país de origem ou indo para outro país imigratório, geralmente a Argentina. Veja-se Alvim (1986).

Tabela 8
Componentes do Crescimento Populacional
Município de Campinas
1900-1934

Anos	População Total	Cresc. Absol. Tx. de Cresc. (% a.a.)	Componentes		Participação Relativa no Cresc. Absoluto		Participação no Cresc. Relativo da Pop. Total		
			Vegetativo(1)	Migratório(2)	Vegetativo (%)	Migratório (%)	Vegetativo (%)	Migratório (%)	
1900	67694	37466	2.48	34993	2473	93.40	6.60	51.69	3.73
1918	105160	10407	4.83	3624	6783	34.82	65.18	3.45	6.45
1920	115567	(*)17252 (**)21374	(*)1.01 (**)1.64	(*)28713 (**)30944	(*)-11461 (**)-9070	166.43 141.46	-66.43 -41.46	(*)24.84 (**)26.78	(*)-9.92 (**)-7.85
1934	(*)132819 (**)145181								

Fonte: 1900 - Fundação SEADE - Arquivo Demográfico.
1918 - Censo Municipal de Campinas, in Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio, n.9, 10 série, set/1919.
1920 e 1940 - Censos Demográficos, Fundação IBGE.
1934 - Censo Escolar do Estado de São Paulo, Fundação IBGE.

- (*) Somente o Município de Campinas.
(**) Inclui o desmembramento de Americana de 1924.
(1) Os óbitos e nascimentos deste período estão registrados segundo o local de ocorrência do evento.
(2) Estimativa elaborada através do Método das Estatísticas Vitais, sem correção do subregistro de óbitos e nascimentos.

No período seguinte, 1918-20, inverteu-se a tendência: a migração foi responsável por 65% do crescimento absoluto do Município, resultando na elevação da taxa de crescimento, como apontado anteriormente. De fato, depois da crise a imigração começou a ser incentivada, mesmo sem subsídios (HOLLOWAY, 1984).

A produção cafeeira em Campinas manteve-se estável até 1920. Mesmo com a diminuição da área cultivada em 11% em 1920, o Município ainda era o maior produtor do Estado. Em 1926, ocupava o terceiro lugar no Estado quanto ao número de cafeeiros produzidos, perdendo para São José do Rio Preto e Ribeirão Preto (PESTANA, 1923).

Segundo Semeghini (1988), a elevação no preço do café não se sustentou por muito tempo. Assim, em 1927 encerrou-se a imigração européia subsidiada para São Paulo. Nesse contexto, já durante o período 1920-34, Campinas chegou a apresentar saldo migratório negativo de mais de 11 mil pessoas ^{25/}; muitos dos imigrantes deixaram Campinas em direção às lavouras de café em expansão no interior paulista.

Apesar da perda populacional verificada, nesse período, Campinas já se encontrava dinamizada economicamente, conseguindo, com a substituição do café pela cultura do algodão e

^{25/}

Deve-se considerar também que parte desse volume emigratório registrado está associado ao desmembramento de Americana do Município de Campinas em 1924, pois quando se reconstitui a base territorial original de Campinas, ou seja, reincorporando o Município de Americana, este saldo negativo diminui para nove mil.

cana-de-açúcar ^{26/}, continuar o impulso dado pela cultura cafeeira.

A contribuição do elemento estrangeiro foi fundamental para o desenvolvimento econômico e urbano: quer na lavoura, enquanto mão-de-obra ou proprietário, quer na instalação de indústrias, como proprietário ou mão-de-obra qualificada (MORSE, 1970).

Nos trinta primeiros anos do século XX, importantes transformações ocorreram na base agrícola e no desempenho industrial do Estado. As crises cafeeiras internas e externas conduziram a economia paulista à diversificação, ampliação e expansão da produção agrícola, possibilitadas pelo complexo capitalista herdado do café (TARTAGLIA & OLIVEIRA, 1988). Em Campinas aumentou a produção de açúcar, feijão, arroz, milho e algodão, mas continuava significativa a produção de café, além da industrialização de carne e fruticultura (SEMEGHINI, 1988). Nesse período, aumentou no Município o número de pequenas e médias propriedades e de proprietários rurais estrangeiros (CAMARGO, 1981).

Nessa etapa, a industrialização começava a se desenvolver no Estado, intensificando o processo de urbanização em Campinas. Com a expansão industrial, o mercado de trabalho ampliou-se, propiciando também um acelerado crescimento em outros

^{26/} A cultura da cana-de-açúcar substituiu o café, e retomou seu lugar, nas terras roxas do oeste paulista; nos solos mais fracos, o café foi substituído pela citricultura (BUSCH, 1967).

setores de atividade. O comércio e o transporte também se beneficiaram com essa expansão, bem como o setor terciário, que já representava, em 1920, 24,8% do total da PEA; o setor secundário absorvia 18,7% e o setor primário predominava com 56,5% da PEA.

O ciclo da economia cafeeicultora encerrou-se, no Estado, por volta de 1930. Esse ciclo marcou uma diferenciação econômico-espacial no Estado e na composição populacional dos municípios. A Capital consolidou, nas primeiras décadas deste século, sua primazia na rede urbana paulista. A rede de cidades gerada nessa etapa, no entanto, provocando relativa desconcentração da mão-de-obra rural, forneceu as bases para uma urbanização menos concentrada na Região Metropolitana, em contraposição a alguns países latino-americanos (FURTADO, 1986; FARIA, 1983).

O movimento migratório internacional desempenhou papel de grande importância nesse processo de urbanização, alterando, em muitos casos, o comportamento demográfico, o perfil populacional e econômico e as formas de inserção dos municípios na divisão social do trabalho no Estado.

Avanço da Industrialização: "Cidade-Modelo"

Em função da crise mundial e da conseqüente crise nacional do café, em 1929, iniciou-se o período de "substituição de importações no País (1930-1956)", ou de "industrialização restringida" ^{27/}, promovendo a significativa expansão industrial verificada no período, particularmente em São Paulo ^{28/}. "A crise de 1929 e sua recuperação provocariam o deslocamento do eixo dinâmico da acumulação do setor agroexportador para o industrial" (NEGRI, 1988:62).

A estrutura e a acumulação de capital deixadas pelo complexo cafeeiro permitiram a instalação de importantes indústrias na região e no Município de Campinas. O estímulo ao investimento industrial ampliou a capacidade produtiva, promovendo sua diversificação ^{29/}. A partir de 1920, o ramo têxtil passou a ter maior peso na estrutura industrial de Campinas: "a implantação fabril no Município, com 91 estabelecimentos e empregando 2.865 operários, continuava obedecendo principalmente à evolução da base agrícola local e

^{27/} Veja-se o clássico estudo de Tavares (1973) e também Cardoso de Mello (1982), Lessa (1983) e Tavares (1986).

^{28/} Sobre o processo de industrialização em São Paulo, a partir da economia cafeeira, veja-se Cano (1977); Cardoso de Mello (1982); Dean (1971), dentre outras obras existentes na literatura especializada.

^{29/} Análises detalhadas do processo de interiorização da indústria no Estado de São Paulo encontram-se em Negri (1988); Negri *et alii* (1988) e Semeghini (1988).

regional" (SEMEGHINI, 1988:93). Em 1939, Campinas contava com seis mil operários em cem fábricas (FIGUEIRA DE MELLO, 1991).

Com a erradicação dos cafezais, o algodão era o principal produto cultivado no Município: no final da década de 30, Campinas era o terceiro produtor do Estado. A produção de alimentos também foi ampliada para responder às demandas da crescente população urbana ^{30/}.

O processo de urbanização no Estado já era intenso nesse período. O êxodo rural trouxe à cidade uma mão-de-obra relativamente qualificada e de baixo custo, especialmente para as indústrias que começavam a surgir (HALL, 1989). Campinas constituía-se no segundo núcleo manufatureiro de São Paulo, perdendo apenas para a Capital.

Esse processo de urbanização e industrialização representou a formação de uma nova ordem social permeando todas as instâncias da sociedade. A mistura de raças, nacionalidades, culturas e ideologias, dispersas no espaço urbano, começou a caracterizar certos grupos sociais. A constituição da classe operária, formada primeiramente pelos trabalhadores estrangeiros, foi expressão desse processo ^{31/}.

^{30/}

A respeito do desenvolvimento da agricultura paulista e sua dinâmica regional de 1920-1980, veja-se a importante contribuição de Tartaglia & Oliveira (1988).

^{31/}

A bibliografia referente à formação do operariado paulista é bastante rica e extensa. Veja-se entre outros: Hall (1989); Paoli (1984); Alvim (1984); Barros (1983); Bosi (1983); Decca (1987); Morse (1970) e Silva (1976).

A expansão da indústria paulista propiciou o crescimento de várias regiões do Estado. Campinas e sua região já apresentavam indícios de forte crescimento econômico e populacional, resultando até no desmembramento de mais três municípios: Cosmópolis, em 1944, e Sumaré e Valinhos, em 1954.

O acelerado processo de urbanização nessa etapa de desenvolvimento marcou a passagem para uma sociedade essencialmente urbano-industrial. Entre 1930 e 1940, as atividades urbanas em Campinas já eram mais relevantes que as rurais. Em 1940, 60,4% da População Economicamente Ativa (PEA) estava inserida em atividades urbanas - 20,2% no setor secundário e 40,2% no terciário -, cabendo ao setor primário 39,6% do total da PEA.

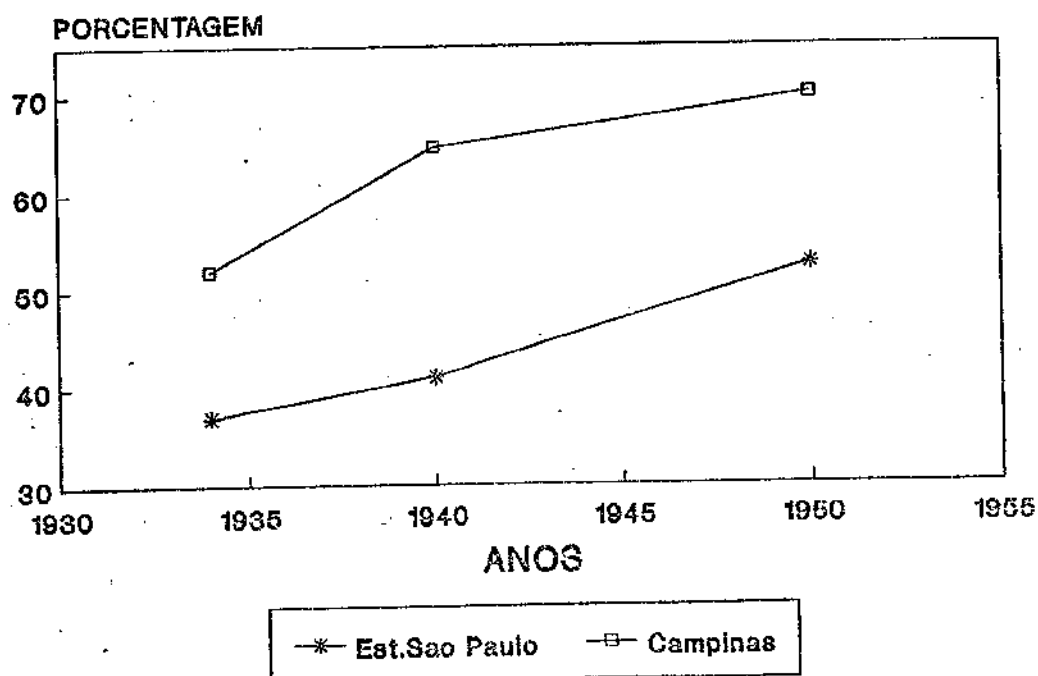
Campinas já contava, em 1934, com uma população de 132.819 habitantes, e sua população urbana só não era maior que a dos municípios da região do Litoral, no conjunto do Interior (CAMARGO, 1981). Mais da metade da população de Campinas residia em áreas urbanas em 1934, proporção que elevou-se para 65%, em 1940, e 70%, em 1950 (Tabela 9). Em 1934, o Estado apresentava uma participação da população urbana de 37% de seu total populacional; em 1940, essa participação já era de 41% (Gráfico 3).

Tabela 9
População Total, Urbana e Rural
Município de Campinas
1934 - 1950

Anos	População			Participação Relativa		Tx. de Cresc. (% a.a.)		
	Total	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
1934	132819	69010	63809	51.96	48.04	-0.36	3.34	-5.35
1940	129940	84055	45885	64.68	35.32	1.62	2.42	-0.04
1950	152547	106834	45713	70.03	29.97			

Fonte: Fundação IBGE, Censo Escolar de 1934 e Censos Demográficos de 1940 e 1950.

Gráfico 3
Grau de Urbanização
Estado de São Paulo e Município de Campinas
1934 - 1950



Fonte: IBGE. Censo Escolar, 1934 e Censos Demográficos, 1940 e 1950.

Em contrapartida, verificou-se um acentuado esvaziamento da população rural no Município, o que se refletiu

numa elevada taxa de crescimento negativo dessa população de mais de 5% a.a. entre 1934 e 1940. É interessante observar que essa emigração rural do Município não foi totalmente absorvida pelo seu núcleo urbano, apesar de a taxa de crescimento da população urbana ter sido relativamente alta no período (3,3% a.a.). Nesse período de seis anos a taxa de crescimento da população total registrou um valor negativo de 0,36% a.a., com um saldo migratório de -18,5 mil pessoas. Essa emigração contribuiu com quase 14% no decréscimo da população total em relação a 1934 (Tabela 10).

Tabela 10
Componentes do Crescimento Populacional
Município de Campinas
1934 - 1960

Anos	Crescimento			Partic. no Cresc. Relativo da Pop. Total (%)			Partic. no Cres. Absoluto da Pop. Total (%)		
	Absoluto	Vegetativo(1)	Migratório(2)	Total	Vegetativo	Migratório	Total	Vegetativo	Migratório
1934	-2879	15627	-18506	-2.17	11.76	-13.93	100.00	542.79	-642.79
1940	22607	21244	1363	17.40	16.35	1.05	100.00	93.97	6.03
1950	66763	39045	27711	43.76	25.59	18.16	100.00	58.48	41.51
1960									

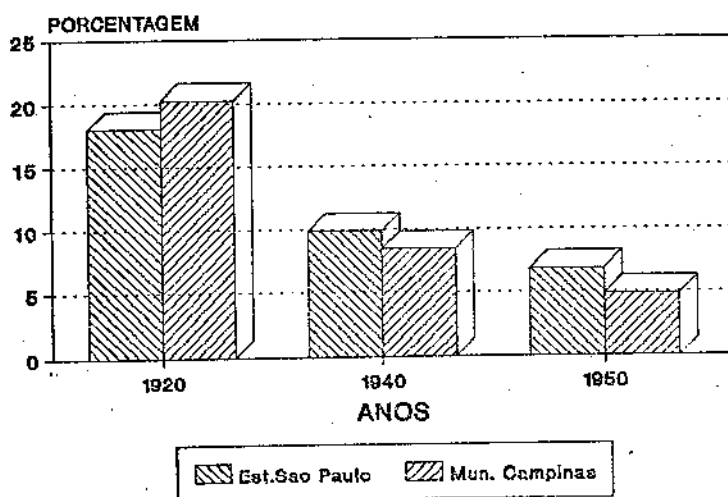
Fonte: Fundação SEADE, Arquivo Demográfico.
Fundação IBGE, Censo Escolar de 1934 e Censos Demográficos de 1940, 1950 e 1960.

- (1) Os óbitos e nascimentos deste período estão registrados segundo o local de ocorrência do evento.
(2) Estimativa elaborada através do Método das Estatísticas Vitais, sem correção dos subregistros de óbitos e nascimentos.

É provável que a população saída da zona rural de Campinas tenha se dirigido a outras lavouras em expansão. Além disso, a população rural não se repunha mais com a mesma intensidade do período anterior, uma vez que o término da imigração subsidiada ao País, em 1927, diminuiu consideravelmente a entrada do elemento

estrangeiro, que se dirigia predominantemente para o meio rural. Em 1920, a população estrangeira no Município de Campinas representava 20% da população total, passando para apenas 8,5% em 1940 e 4,8% em 1950. Comparando-se com o conjunto do Estado de São Paulo, a participação da população estrangeira era mais elevada em Campinas em 1920, sendo que em 1940 e 1950 a proporção de estrangeiros no Estado passou a ser maior, porém apresentando a mesma tendência decrescente (Gráfico 4).

Gráfico 4
Participação da População Estrangeira no Total Populacional
Estado de São Paulo e Município de Campinas
1920 - 1950



Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1920 a 1950.

Na década de 40, o Município passou a apresentar uma taxa positiva de crescimento de 1,62% a.a., recuperando valores positivos em seu saldo migratório a partir de então. A taxa de crescimento da população rural diminuiu seu ritmo de crescimento negativo, passando a registrar, no período 1940-50, -0,04% a.a.

A inauguração da Via Anhangüera, em 1948, propiciou o direcionamento de fluxos migratórios para o Município no início dos anos 50, bem como a expansão da cidade, com um aumento de seu perímetro urbano. De 1945 a 1955, a área territorial de Campinas cresceu em mais de 200%. Na década de 40, a taxa de crescimento da população urbana registrou 2,42% a.a. "O crescimento da cidade agora se pretendia de base industrial, atividade naturalmente adensadora de população (...) com o adensamento de camadas médias e operárias" (FIGUEIRA DE MELLO, 1991:27).

Embora o crescimento vegetativo ainda tivesse representado 94% do incremento absoluto da população na década de 40, o componente migratório já apresentava indícios de reversão em sua tendência. O pequeno saldo migratório de 1.400 pessoas verificado no período deveu-se muito mais à migração de regiões próximas a Campinas que à migração interestadual que se dirigia para o Estado de São Paulo, pois a Capital canalizava a migração nacional desse momento.

Em 1940, do total de não-naturais (749.539) residentes no Estado, 46,5% eram nascidos no Estado de Minas Gerais e 33% nos estados do Nordeste ^{32/}.

O início dos anos 40 já indicava transformações expressivas na estrutura produtiva, urbana e populacional de Campinas. Antecipando a dinâmica da integração entre agricultura e indústria, a expansão da agroindústria algodoeira conjugou o grande capital industrial, estrangeiro e nacional, com a instalação de importantes indústrias no Município (como a Sanbra, Anderson-Clayton, Swift, Matarazzo, entre outras), anteriormente sediadas na Capital e entorno (SEMEGHINI, 1988).

Dando continuidade a esse dinamismo industrial, novo surto de investimentos direcionou-se para Campinas já na primeira metade dos anos 50, com empresas mecânicas, de material de transportes, elétricos, químicos, de borracha e papelão. Em 1951, instalaram-se no Município a Singer do Brasil e a Duratex; em 1953, a Pirelli, a Hiplex e a IBRAS/CBO; em 1954, a Robert Bosch, que se juntou à General Eletric e à Rhodia, já instaladas em Campinas, compondo o conjunto de grandes empresas locais (ZIMMERMANN, 1989). Nesse período, importantes indústrias também se instalavam nos municípios do entorno de Campinas: Chicago Bridge, em Paulínia; Rigesa e Clark, em Valinhos; e Tema Terra, Wabco, 3M e IBM em Sumaré (SEMEGHINI, 1988). Em 1950, 28,8% da

^{32/}

O Censo Demográfico de 1940 e de 1950 define migrante apenas como a pessoa residente em unidade da Federação diferente daquela de nascimento; além disso, não traz referência temporal (MARTINE, 1984a).

PEA campineira encontrava-se no setor secundário da economia e 49,7% no terciário, cabendo ao primário 20,7% da PEA total.

Assim, embora a década de 50 tenha se caracterizado pela concentração da indústria na Região Metropolitana de São Paulo, as regiões com potencial de desenvolvimento industrial e urbano também participaram desse processo de expansão industrial. No caso de Campinas, foram fatores indutores dessa expansão a Via Anhangüera e a presença de importante linha de transmissão de energia elétrica de alta tensão. Além disso, o "poder público local concedeu estímulos próprios na forma de cessão de terrenos, terraplenagem, asfaltamento de estradas secundárias e até mesmo o fornecimento da água através da rede municipal de abastecimento, além da isenção de tributos locais" (ZIMMERMANN, 1989:123).

Na década de 50, Campinas já se projetava como importante centro industrial, com forte dinamismo nos setores do comércio, de serviços e agrícola, revelando suas potencialidades para o padrão de acumulação que seria adotado na segunda metade dos anos 50.

As transformações ocorridas em Campinas, nesse período de 25 anos, alteraram completamente o cenário da antiga cidade cafeicultora. A urbanização processada nesse período acompanhava o progresso do Município.

Já em 1934 iniciou-se a elaboração de um plano de urbanismo, o Plano Prestes Maia. "A filosofia do urbanista terá basicamente os seguintes alicerces: uma cidade necessariamente carece de rápidas possibilidades de comunicação interna, pois o ritmo do tempo é o da indústria; uma cidade deve ter suas funções definidas espacialmente - lazer, administração, residência, etc; uma cidade deve também estabelecer os espaços de sua futura expansão, do contrário se atrofia (...), além disso, uma cidade caracterizada historicamente como ponto de passagem e de convergência das rotas terrestres principais de áreas paulistas, mineiras e matogrossenses deveria ensaiar fazer de seu apertado centro também uma rota de comunicação dinâmica" (FIGUEIRA DE MELLO, 1991:28).

O Ato nº 118 do referido Plano apontou a necessidade de um zoneamento como medida urbanística disciplinadora das funções urbanas. Em 1951, a Lei nº 640, recolocou as medidas do Ato nº 118 e criou zonas de uso e ocupação do solo, estabelecendo restrições quanto à altura, área, fachada, recuo, revestimento e impostos (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1991). "A construção local incorporou, em 1950-52, 19 metros quadrados de novas áreas construídas por habitantes" (ZIMMERMANN, 1989:124).

Até o início dos anos 50, o crescimento físico da cidade ocorria basicamente pela incorporação de terras contíguas às áreas urbanizadas e consolidadas (Mapa 2). Nesse período do deslanchar do processo de urbanização e industrialização municipal, o poder público exaltava o desenvolvimento

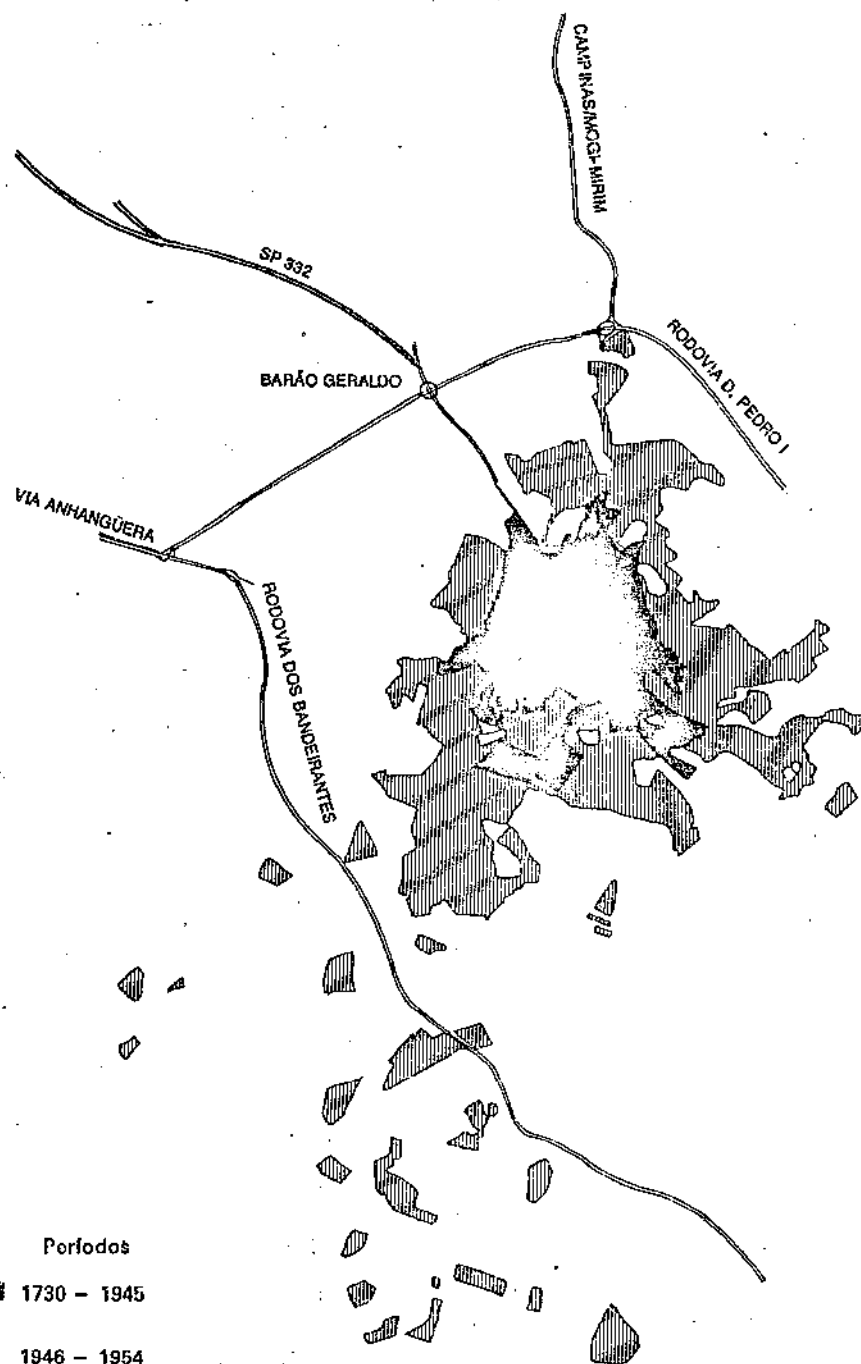
urbano-industrial de Campinas, preocupado em enfatizar que o desenvolvimento urbano estava sob o controle das autoridades, a fim de atrair grandes investimentos de capitais. "A Prefeitura possui um perfeito serviço de cadastro, que mantém em dia a planta da cidade e dos distritos com valiosos elementos de informação, indispensáveis à boa marcha dos serviços (...) o mercado imobiliário tem elementos certos para proteger-se contra riscos e os fatores de desvalorização que muito frequentemente sobrevêm, quando não existem normas rígidas a regular as construções" (AMARAL, 1955:s/p).

A inexistência de favelas era sinal da competência administrativa e de obediência ao Plano Diretor da cidade ^{33/}. "Na primeira metade do século XX, Campinas deixou de ser a cidade provinciana para tornar-se verdadeiramente uma grande cidade (...). A ampliação do plano diretor iniciou-se numa época em que ainda era possível adotar medidas para observação de apreciável zoneamento (...). A cidade tem uma zona comercial perfeitamente definida (...) os bairros residenciais dividem-se em categorias também satisfatoriamente estabelecidas. Alguns são de classe alta, outros do tipo médio e outros proletários, com bastante limites nítidos, sem as miscelâneas que geralmente se observam nas cidades que crescem sem orientação" (AMARAL, 1955:6/p).

^{33/}

Uma análise detalhada sobre o prestigiado Plano Prestes Maia de urbanismo encontra-se em Badaró, 1986.

Mapa 2
Expansão Urbana
Município de Campinas
1730 - 1954



Períodos

1730 - 1945

1946 - 1954

Fonte: FUNDAÇÃO SEADE, 1989; apud ZIMMERMANN (1989).

A expansão industrial iniciada nos anos 30 encerrou-se aproximadamente em 1955, quando o processo de substituição de importações alcançou alguns de seus limites (LESSA, 1983). Esse período acentuou ainda mais as desigualdades regionais existentes no Estado: a Capital e os municípios de seu entorno concentraram fortemente os novos ramos da indústria, e no Interior configuraram-se grandes centros regionais, como Campinas.

O novo padrão de desenvolvimento adotado no País pós-1956 implicou a configuração de características específicas à dinâmica econômica e populacional do Estado, tanto em sua Região Metropolitana como no Interior. A partir da internacionalização da economia, redefiniu-se o padrão de acumulação, subordinando a agricultura à indústria. Ao mesmo tempo, a urbanização atingiu um novo patamar, responsável pela constituição de um estado essencialmente urbano.

Num primeiro momento (1956-64), várias foram as mudanças ocorridas na economia. No início dessa etapa, com o Plano de Metas - 1956-1961 - houve, com a passagem da industrialização restringida para a industrialização pesada, a implantação de novas empresas pelo Estado e pelo capital internacional ^{34/}.

Os setores dominantes nessa etapa de expansão industrial foram "os de bens de produção, desempenhando a

^{34/}

Sobre a industrialização pesada veja-se Tavares (1986), Lessa (1983), Cardoso de Mello (1982) e Cano (1985).

instalação do setor de bens duráveis de consumo um papel subordinado, embora importante. Não houve concentração absoluta do capital e da renda; ocorreu de fato, uma diferenciação da estrutura produtiva em todos os planos" (SEMEGHINI, 1988:174).

Esse período caracterizou-se pelo significativo aumento da concentração da indústria, particularmente dos novos setores de bens duráveis e de capital, na Região Metropolitana de São Paulo (NEGRI, 1988). Nesse contexto, a Capital continuava a ser o grande pólo de atração populacional, recebendo, além dos migrantes provenientes de outros estados, fluxos expressivos de migrantes internos procedentes das áreas rurais do Interior (PATARRA & BAENINGER, 1988). A instalação de novas empresas gerou a criação de novos espaços e setores na economia, atraindo a população migrante para os grandes centros urbanos. A população da Capital representava, em 1960, 33,3% da população do Estado, sendo que a população do Município de Campinas participava com 1,7% do total da população estadual e com 2,4% da população do Interior ^{35/}.

No decorrer desses anos, embora a instalação de indústrias, serviços e população tivesse se concentrado na Capital e nos municípios de seu entorno, como já destacado, Campinas atraiu em escala considerável as novas indústrias.

^{35/} A partir de 1950, o Interior passou a representar o conjunto de municípios do Estado sem a Região da Grande São Paulo.

Nessa etapa, os movimentos migratórios aparecem como necessários para o grande impulso industrial no Município. Em uma publicação da Prefeitura encontra-se a seguinte afirmação:

"necessário se torna que as grandes organizações da Capital se compenetrem de que Campinas é o centro abastecedor de uma vasta região do Estado, daí a necessidade de aqui instalarem suas filiais (...) Empregos em Campinas não faltam e as possibilidades para os próximos anos são as mais promissoras possíveis e segundo estimativas mais de seis mil vagas estarão à disposição dos que queiram trabalhar" (GUIMARÃES, 1962:32).

No período 1950-60, a migração contribuiu com 18,16% no crescimento relativo da população total de Campinas, representando 41,5% do incremento absoluto da população (Tabela 10).

A população de Campinas, em 1960, alcançava 219.303 habitantes, chegando a 375.864 em 1970, o que representava 2,1% da população estadual e 4% da população do Interior. O grau de urbanização do município apresentava-se muito acima da média estadual: 84,4% contra 62,8%, respectivamente.

O êxodo rural ocorrido nesse período dirigiu-se, em grande parte, para a Capital e para as fronteiras agrícolas em expansão, particularmente para o Paraná e Centro-Oeste, em cidades que ora se desenvolviam (MARTINE, 1987). Desse modo, a concentração populacional, nessas localidades, não representava um crescimento urbano explosivo.

De fato, o acelerado processo de industrialização e urbanização que vinha ocorrendo no Município, nessa etapa de desenvolvimento econômico, ainda não havia afetado "a auto-imagem da civilização campineira de oferecer ótimas condições de vida aos seus habitantes em relação à maioria das outras cidades do País" (LOPES, 1988:219). Cano et alii (1991) destacam que "a urbanização que então se processava, comparando-se com os padrões de hoje, tinha caráter menos caótico e mais suportável. Nas maiores cidades do interior do Estado, a oferta de serviços e equipamentos, e a qualidade de vida da população eram muito superiores à média brasileira, inclusive à da capital paulista" (p.43).

O poder público de Campinas apoiava-se no baixo índice de mortalidade infantil, considerado um dos mais baixos do País - 66 óbitos infantis por mil nascidos vivos, já em 1955- ^{36/}, para comprovar o alto padrão dos serviços municipais. Os equipamentos médicos e as melhorias nos serviços de saneamento básico introduzidos quando da epidemia de febre amarela no Município contribuíram para níveis de mortalidade inferiores à média do Estado já na década de 20 (BAENINGER, 1988).

A segunda metade dos anos 50 já indicava novas características para o Município de Campinas no que se refere à forma de ocupação e parcelamento do solo. A implantação das

^{36/}

De fato, para o Estado de São Paulo a taxa de mortalidade infantil, nesse ano, era de 102,2 óbitos por mil nascidos vivos, e mesmo os municípios próximos à Campinas apresentavam taxas mais elevadas como a Capital (72,1%), São Carlos (81,4%), Cosmópolis (70,1%), entre outros.

indústrias, dispersas no Município, propiciou a ação do capital industrial conjugado com o capital imobiliário, sob a aprovação do poder público, iniciando-se um intenso processo de especulação imobiliária ^{37/}. Foram criados 28 loteamentos, entre 1945 e 1954, fora da malha urbana, requerendo investimentos públicos para a interligação das redes de abastecimento de água, captação de esgotos, iluminação, asfalto etc. (ZIMMERMANN, 1989).

Assim, dava-se início a um novo processo de crescimento urbano, com um padrão definido por espaços vazios à espera de valorização, verticalização das áreas já urbanizadas e, posteriormente, o surgimento de novos bairros e loteamentos (cada vez mais distantes) para as classes de mais baixas rendas ^{38/}.

O desenvolvimento econômico processado no Município, sua evolução populacional e urbana permitiu que Campinas se destacasse, mais uma vez, na nova etapa de industrialização. Em 1960, "os setores produtores de bens de consumos duráveis, intermediários e de capitais já predominavam na estrutura industrial local e iriam liderar a expansão das duas décadas seguintes" (GONÇALVES & SEMEGHINI, 1987:15). Ainda nos anos 60, expandiu-se a produção de materiais de transporte, de produtos farmacêuticos, cirúrgicos e o setor eletroeletrônico.

^{37/}

Veja-se Zimmermann (1989) para análise completa da forte ligação entre os capitais mercantis locais e o investimento público no processo de expansão espacial da cidade.

^{38/}

Os estudos de Semeghini (1988); Lopes (1988); Taube (1986), Prefeitura Municipal de Campinas (1991); Badaró (1986); Zimmermann (1989), entre outros, são fundamentais para o entendimento da questão urbana em Campinas.

Durante esse período, o modelo econômico adotado propiciou ao setor terciário - que já era significativo na década de 50 - expandir-se ainda mais. Parcela significativa da PEA do Município, segundo o Censo de 1960, encontrava-se inserida no setor terciário, 59,5%, enquanto o setor secundário representava 27,8% da PEA e o primário 12,7%.

A dinâmica econômica industrial pós-64, baseado na liderança do setor de bens duráveis, segundo Semeghini (1983) "enfrentaria fortes restrições à continuidade da expansão, desacelerando-se a partir dos anos 70" (p.175). Assim, da metade dos anos 70 em diante houve uma grande crise econômica que se estendeu até os anos 80, na qual a população assalariada sofreu grande perda do seu poder aquisitivo, gerando enorme contingente de desempregados, particularmente na Região Metropolitana de São Paulo.

Quanto à dinâmica da agricultura, Martine (1989) aponta diversos eventos que "combinaram para modificar a estrutura e o perfil da produção agrícola a partir de 1965: a consolidação do parque industrial; a instauração de um estilo de desenvolvimento visando à 'modernização conservadora'; a fase ascendente do ciclo econômico conhecida como o 'milagre brasileiro'; a forte ampliação do crédito rural subsidiado e de outros incentivos à produção agrícola; a internacionalização do pacote tecnológico da

Revolução Verde; a melhoria dos preços internacionais por produtos agrícolas, etc." (p.4) ^{39/}.

Se num primeiro momento a estruturação da Região Metropolitana canalizou a maioria das novas indústrias, as transformações ocorridas na estrutura produtiva paulista, a partir dos anos 60, principalmente na década de 70, criaram, porém, condições para uma desconcentração relativa das atividades industriais no Estado (NEGRI, 1988; FURTADO, 1985). Nesse contexto, as regiões mais dinâmicas economicamente do interior paulista tornaram-se eixos dessa desconcentração industrial, onde o processo de implantação da indústria na região interiorana adquiriu maior relevância ^{40/}.

Anos 70: "Capital do Interior"

O processo de industrialização nacional desencadeado principalmente a partir dos anos 50, conjugando investimentos estatais e capitais externos, contribuiu significativamente para o avanço da indústria paulista. A concentração industrial verificada na economia do Estado, desde o final da década de 40, continuou a ocorrer nas décadas seguintes. Na segunda metade dos

^{39/}

Veja-se também sobre as transformações na agricultura, Kageyama (1985); Muller (1985), Graziano (1981), entre outros.

^{40/}

A evolução desse processo encontra-se na série Coleção Economia Paulista, A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980), Fundação SEADE, 1988.

anos 60 a dinâmica econômica e populacional do Interior já começava a adquirir novas características, que se intensificaram no decorrer da década de 70.

A subordinação da agricultura à indústria exigiu a modernização agrícola, com a aplicação de insumos químicos, aumento no uso de força mecânica, aprimoramento de raças etc., proporcionando, principalmente, aumento da produtividade com menor utilização de mão-de-obra. Nesse processo, a agricultura paulista, que já era considerada a mais moderna e avançada do País, beneficiou-se enormemente. Grande parte da produção para a exportação de açúcar, laranja e alimentos já se situava no Estado de São Paulo. Como fosse um setor de atividades subsidiado (financiamento estatal, instituições de crédito, tributos, pesquisas), muito contribuiu para impulsionar o processo de modernização agrícola. O custo social desse processo, entretanto, refletiu-se no imenso êxodo rural verificado no Estado nos últimos vinte anos; estima-se que, entre 1960 e 1980, 2,5 milhões de pessoas deixaram o campo (MÜLLER, 1985).

Houve crescente assalariamento e urbanização da força de trabalho agrícola, e surgiu uma nova categoria de trabalhadores nessa unificação do mercado: os bóias-frias. Em Campinas, a PEA no setor primário, em 1970, representava apenas 6,4% do total, enquanto no setor secundário encontrava-se 34,7% e no terciário, 58,9%.

O processo de modernização e tecnificação da agricultura na região de Campinas gerou um forte segmento industrial agroprocessador. A partir dos anos 70 deslocaram-se para Campinas, e também para os municípios de seu entorno, importantes indústrias, além dos investimentos governamentais, como o pólo petroquímico em Paulínia ^{41/}, a concentração de institutos de pesquisa e empresas no setor de telecomunicações e microeletrônica, e o PROÁLCOOL. Nesse processo, a ação do Estado foi fundamental para a configuração de importantes pólos industriais em áreas do Interior (NEGRI et alii, 1988; CLARO, 1989).

Comparando-se as taxas de crescimento da população total do Estado de São Paulo, Capital e Campinas, de 1950 a 1980, observa-se que o ritmo de crescimento populacional de Campinas foi mais acentuado (Tabela 11). Enquanto a taxa média estadual oscilou em torno de 3% a.a., no período considerado, o Município de Campinas passou de uma taxa de crescimento de 3,7% a.a., entre 1950 e 1960, para 5,5% a.a. em 1960-70, chegando a 5,9% a.a. na década de 70. Nesse contexto, a dinâmica da população paulistana apresentou novas características, passando de uma taxa de crescimento de 5,4% a.a. no período 1950-60, para 3,7% a.a., entre 1970 e 1980, igualando-se ao crescimento do Estado e do Interior.

^{41/}

Este município desmembrou-se de Campinas em 1964.

Seguindo essa tendência, as taxas de crescimento urbano de Campinas foram superiores às registradas pelo Estado e pela Capital, já na década de 50. No período 1950-60, a taxa de crescimento da população urbana em Campinas foi de 5,6% a.a., a do Estado, de 5,4% a.a. e a da Capital, de 4,6% a.a.

Em 1960, o grau de urbanização do Município já era de mais de 80% ^{42/}, sendo que para o conjunto do Estado ainda não alcançava 65%. Na década de 60, acentuou-se a tendência de um Estado essencialmente urbano; sua população urbana passou de oito milhões, em 1960, para mais de 14 milhões, em 1970. Pela primeira vez na história deste século a população rural, no Estado como um todo, apresentou redução absoluta de seus efetivos populacionais.

Nesse contexto, a população urbana de Campinas alcançou uma taxa de crescimento igual à verificada na Capital (6,2% a.a.), entre 1960-70. O crescimento urbano foi característica marcante dos anos 70. Embora essa taxa tenha se apresentado menor em Campinas em relação à década de 60 ^{43/}, permaneceu mais elevada que as registradas na Capital e no Estado, 5,8% a.a., contra 3,6% a.a. e 4,5% a.a., respectivamente. O grau de urbanização de Campinas passou de 70% em 1950 para mais de 89% em

^{42/}

Vale ressaltar que os valores registrados pelo grau de urbanização tanto da Capital como de Campinas referem-se à definição administrativa de "urbano" adotada pelo IBGE, que não incorpora as zonas de expansão urbana. No caso de Campinas, o perímetro urbano oficial é de 41.258.210 m², porém acrescentando-se as zonas de expansão urbana este passa para 217.749.920 m², o que representaria uma população urbana muito maior que a registrada oficialmente em 1980.

^{43/}

Em parte, já que o impacto da transferência de população rural para o meio urbano ocorreu na década anterior, quando a base demográfica urbana não era tão extensa.

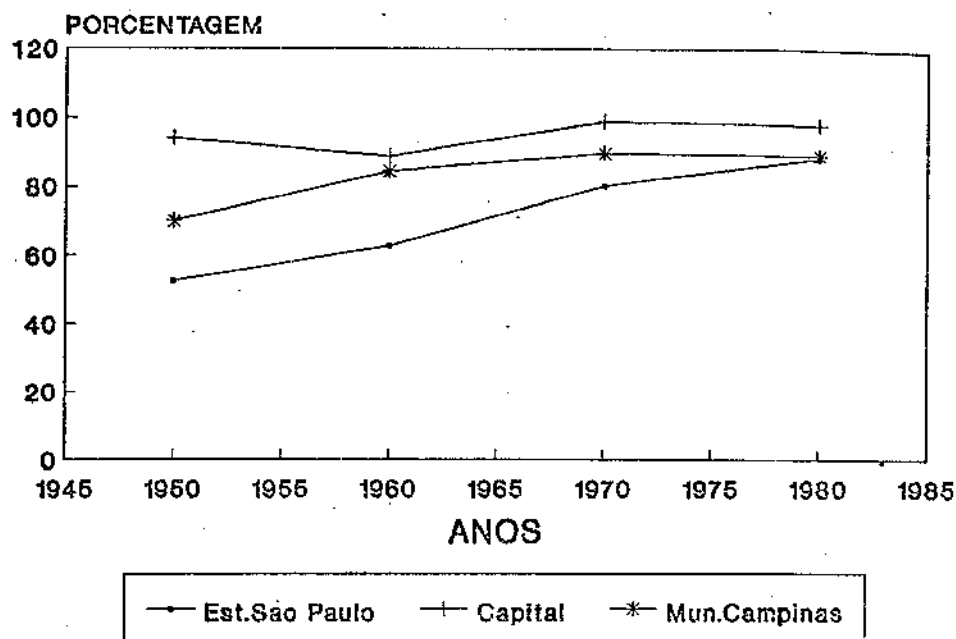
1980; porém ainda abaixo do apresentado pela Capital em 1980, que era de 98,2% (Gráfico 5).

Tabela 11
População Total e Urbana
Estado de São Paulo, Capital e Campinas
1950-1980

População	Est. de São Paulo	Capital	Campinas
População Total			
1950	9134423	2198096	152540
1960	12979049	3709274	219303
1970	17771948	5924615	375864
1980	25204836	8533292	664559
População Urbana			
1950	4804211	2052142	106834
1960	8151632	3227014	183684
1970	14276239	5869938	333981
1980	22196378	8377307	588318
Grau de Urbanização(%)			
1950	52.6	93.4	70.0
1960	62.8	88.8	84.4
1970	80.3	98.9	89.7
1980	88.6	98.2	89.4
Taxa de Cresc.Total (%a.a.)			
1950/60	3.58	5.37	3.70
1960/70	3.20	5.23	5.54
1970/80	3.55	3.72	5.86
Taxa de Cresc.Urbano (%a.a.)			
1950/60	5.43	4.63	5.57
1960/70	5.76	6.17	6.16
1970/80	4.51	3.62	5.83

Fonte: Fundação IBGE, Censos Demográficos de 1950 e 1980.

Gráfico 5
Grau de Urbanização
Estado de São Paulo, Capital e Município de Campinas
1950 - 1980



Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1950 a 1980.

A "propaganda" realizada durante os anos 60, tanto para instalação de indústrias no Município como para atrair mão-de-obra pelos setores dominantes locais, também contribuiu para o elevado fluxo migratório que se dirigiu para Campinas já na década de 50. Em 1960, 43% da população era composta por pessoas não-naturais do Município ^{44/}.

No período 1960-70, o saldo migratório de Campinas foi de quase 100 mil pessoas, o que representou 62% do crescimento absoluto da década de 60. Em 1970, a população não-natural do

^{44/}

O Censo Demográfico de 1960 apresentou avanços na definição de migrante, além da Unidade da Federação de nascimento e de residência atual do migrante, incorporou a Unidade da Federação de residência anterior (MARTINE, 1984a). Estas informações, no entanto, não chegaram a ser publicadas.

Município representava 52,6%. Na década de 70, o saldo migratório elevou-se para 180 mil pessoas, passando a representar 63% do incremento absoluto (Tabela 12), sendo a população não-natural, em 1980, responsável por 61% do total populacional de Campinas.

Já na década de 60, Campinas havia se destacado como importante pólo de atração de população no Interior; 73% das pessoas não-naturais do município eram do próprio Estado, enquanto na Capital representavam apenas 40%. O grande fluxo interestadual canalizava-se para a Capital, que até hoje constitui a porta de entrada para os migrantes de outros estados (CUNHA, 1987b). Em Campinas, dos residentes não-naturais procedentes de outros estados^{45/}, registrados no Censo de 1970, 60,6% tinham como última residência o Estado de Minas Gerais, seguido pelo Paraná (11,74%) e, com participação pequena, pelos estados do Nordeste (13,5%). A participação dos não-naturais do município procedentes de outros países era bastante elevada, representando 3% deste segmento populacional; a presença de importantes universidades importantes como a UNICAMP e a PUCAMP contribuiu para a absorção desse contingente estrangeiro (Tabela 13).

^{45/}

O Censo Demográfico de 1970, traz informações referentes à última Unidade da Federação de residência anterior apenas para as pessoas não-naturais no município de residência atual; não apresenta estas informações segundo o tempo de residência, ou seja, para as pessoas residentes há menos de dez anos no município atual.

Tabela 12
Componentes do Crescimento Populacional
Município de Campinas
1950-1980

Ano	População Total	Crescimento Absoluto	Taxa de Cresc. (%a.a.)	Comp. do Cresc.		Part. Rel. no Cresc. Abs. (%)		Part. no Cresc. Rel. da Pop. Total (%)	
				Veg. (1)	Migr. (2)	Total	Veg. (1)	Total	Veg. (1)
1950	152540	66763	3.70	39045	27711	100.00	58.48	43.77	25.60
1960	219303	156561	5.54	58706	97855	100.00	37.50	71.39	26.77
1970	375864	288695	5.86	105635	182857	100.00	36.59	76.81	28.10
1980	664559								48.65

Fonte: Fundação SEADE, Arquivo Demográfico
Fundação IBGE, Censos Demográficos, 1950 a 1980.

- (1) Até 1970, os óbitos e nascimentos estão registrados segundo local de ocorrência do evento; a partir de então pode-se encontrar os registros tanto segundo o local de ocorrência como de residência. Assim, para a década de 70, as estatísticas vitais utilizadas referem-se ao local de residência.
(2) Estimativas elaboradas através do método das Estatísticas Vitais, com correção dos subregistros de nascimentos e óbitos para a década de 70.

Tabela 13
Pessoas Não-Naturais Segundo a Procedência.
Município de Campinas.
1970.

Procedência	Número Absoluto	(%) sobre total	(%) sobre região
REGIÃO NORTE	408	0.21	100.00
Rondônia	4	0.00	0.98
Acre	16	0.01	3.92
Amazonas	144	0.07	35.29
Roraima	0	0.00	0.00
Pará	244	0.12	59.80
Amapá	0	0.00	0.00
REGIÃO NORDESTE	6361	3.22	100.00
Maranhão	40	0.02	0.63
Piauí	205	0.10	3.22
Ceará	861	0.44	13.54
Rio Grande do Norte	132	0.07	2.08
Paraíba	401	0.20	6.30
Pernambuco	1479	0.75	23.25
Alagoas	528	0.27	8.30
Fernando de Noronha	0	0.00	0.00
Sergipe	492	0.25	7.73
Bahia	2223	1.12	34.95
REGIÃO SUDESTE	176179	89.12	100.00
Minas Gerais	28544	14.44	16.20
Espírito Santo	197	0.10	0.11
Rio de Janeiro	1398	0.71	0.79
Guanabara	1242	0.63	0.70
São Paulo	144798	73.25	82.19
REGIÃO SUL	6427	3.25	100.00
Paraná	5524	2.79	85.95
Santa Catarina	219	0.11	3.41
Rio Grande do Sul	684	0.35	10.64
REGIÃO CENTRO-OESTE	2481	1.26	100.00
Mato-Grosso	1821	0.92	73.40
Goiás	558	0.28	22.49
Distrito Federal	102	0.05	4.11
EXTERIOR	5821	2.94	100.00
TOTAL	197677	100.00	-----

FONTE: IBGE, Censo Demográfico de 1970.

No período 1970-80, Campinas foi o principal pólo receptor dos fluxos migratórios no interior do Estado de São Paulo. A população não-natural do Município passou a representar 61% do total. A pirâmide elaborada segundo a distribuição do contingente migratório por faixa de idade, ilustra o grande volume de migrantes registrados no Censo de 1980 (Gráfico 6).

O Município recebeu durante a década de 70 um total de 230.464 migrantes ^{46/} (Tabela 14), dos quais, aproximadamente, 20% apresentavam como local de última residência o Estado do Paraná, 15% vinham da Região Metropolitana de São Paulo, 10% do Estado de Minas Gerais e 5% de municípios da própria Região de Governo de Campinas (Mapa 3).

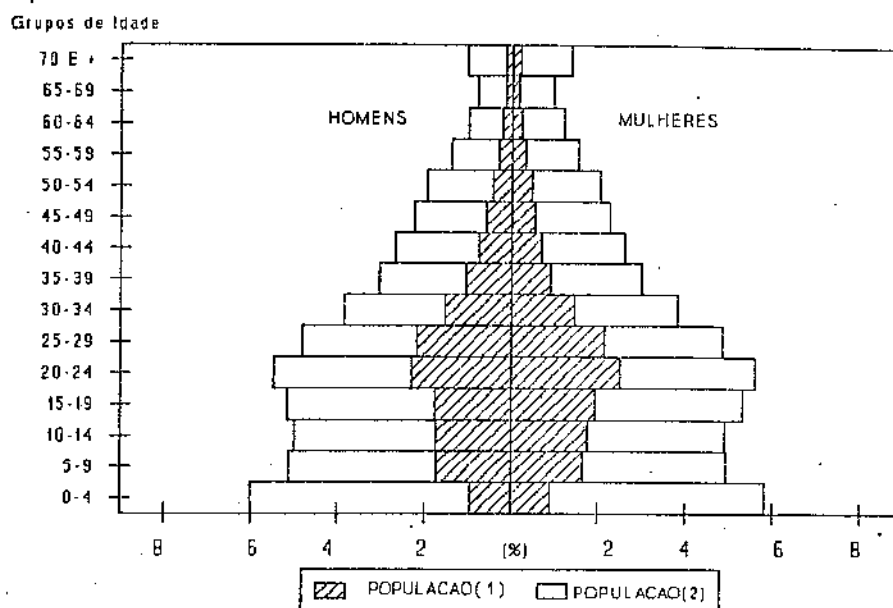
Os fluxos interestaduais pela primeira vez apresentaram-se bastante expressivos no Município. Em 1970, as pessoas não-naturais de Campinas provenientes de outros estados representavam 26,8% da população não-natural; em 1980, o Censo Demográfico registrou uma participação do movimento migratório interestadual em torno de 40%, apenas para o período 1970-80.

De fato, o curto tempo de duração das fronteiras agrícolas vinha acentuando a migração para os grandes centros urbanos (MARTINE, 1987). O esgotamento da fronteira agrícola do Paraná, no início dos anos 70, propiciou a emigração de contingente populacional significativo para o Município, aproximadamente 43 mil migrantes, o que representou 47,3% do total do movimento migratório interestadual do Município (Gráfico 7). Considerando-se ainda o caso das fronteiras agrícolas, o Mato Grosso do Sul - caracterizado como área de fronteira em expansão (MARTINE & CAMARGO, 1984) - ocupou a terceira posição quanto à procedência dos migrantes, contribuindo com 4,9% da migração interestadual para Campinas.

^{46/}

Considera-se como migrante, o indivíduo residente há menos de dez anos no município de residência atual.

Gráfico 6
Estrutura por Idade e Sexo
Município de Campinas
1980



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1980; Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1989.

(1) População Não-Natural com menos de 10 anos de Residência no Município.

(2) População Natural e População Não-Natural com mais de 10 anos de Residência no Município.

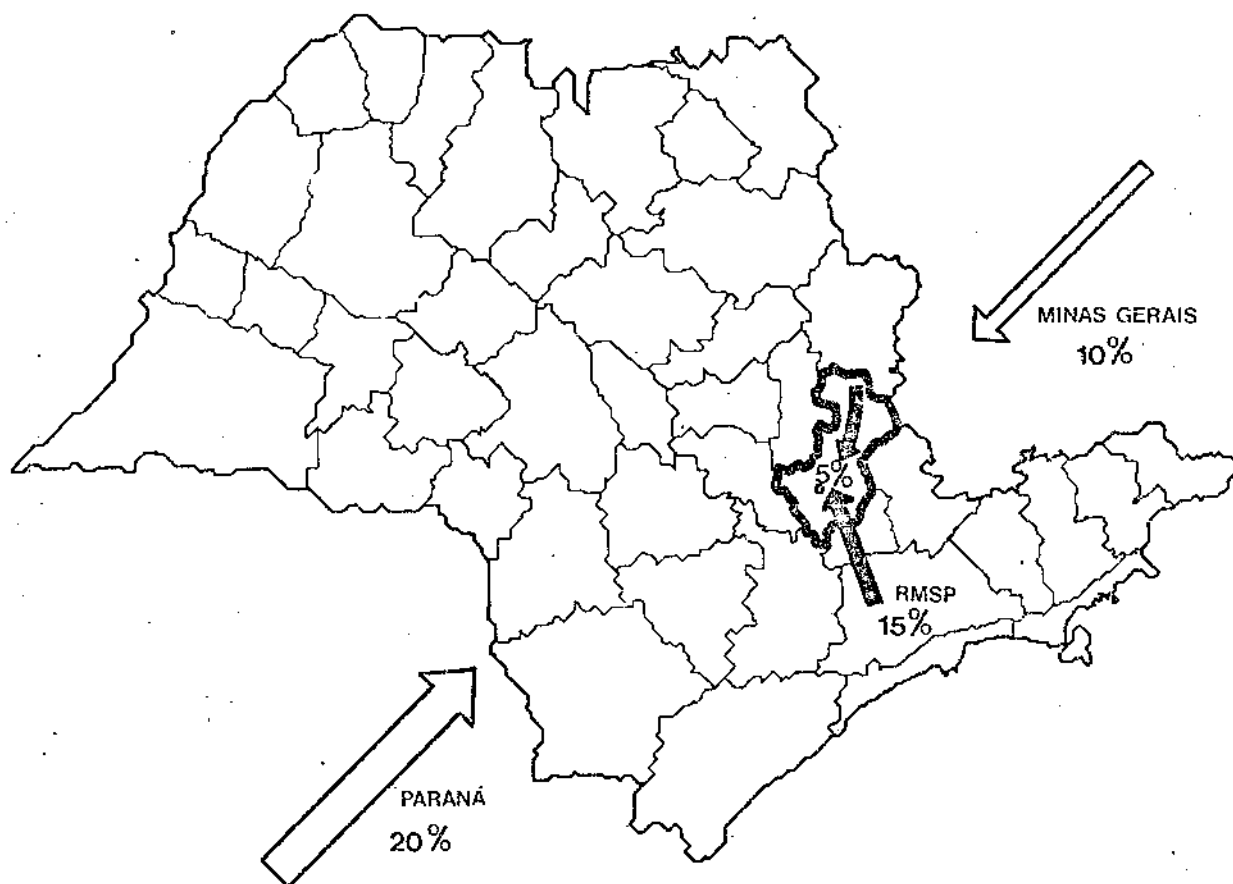
O Estado de Minas Gerais é área tradicional de procedência dos migrantes que se dirigem para Campinas. Embora perdendo a primeira posição para o Paraná nos anos 70, seu fluxo migratório chegou a representar 24,8% da migração interestadual. Apresentando volumes migratórios menores, a região Nordeste ocupou a quarta posição nos anos 70 (12,5%), destacando-se os Estados da Bahia e de Pernambuco. O Estado do Rio de Janeiro, em função da perda de dinamismo econômico e do deslocamento de grande parte de seus serviços públicos para Brasília (MARTINE & CAMARGO, 1984; CAMARANO & PERILLO, 1986; TASCHENER & BÓGUS, 1986), também apresentou relativa participação (3,7%) no total do movimento migratório interestadual para Campinas.

Tabela 14
Movimento Migratório Inter-Regional e Intra-Estadual
Município de Campinas
1970 - 1980

Local de Procedência	Total	Porcentagem	Local de Procedência	Total	Porcentagem
Total Geral	230464	100.00	R.G. Ribeirão Preto	2838	2.1
Estado de São Paulo	135105	100.0	R.G. Rio Claro	1081	0.8
	(58.6%)		R.G. Santos	2297	1.7
R.M. São Paulo			R.G. São Carlos	1621	1.2
Capital	33236	24.6	R.G. São João da Boa Vista	3918	2.9
Outros	28237	20.9	R.G. São Joaquim da Barra	405	0.3
	4999	3.7	R.G. São José do Rio Preto	1621	1.2
R.G. Adamantina			R.G. São José dos Campos	4054	3.0
R.G. Andradina	6080	4.5	R.G. Sorocaba	2702	2.0
R.G. Aracatuba	5810	4.3	R.G. Taubaté	405	0.3
R.G. Araraquara	4323	3.2	R.G. Tupã	3243	2.4
R.G. Assis	1756	1.3	R.G. Votuporanga	2567	1.9
R.G. Avaré	675	0.5	OUTROS ESTADOS	91619	100.0
R.G. Barretos	540	0.4		(39.8%)	
R.G. Bauru	2162	1.6	Região Sudeste(-SP)		
R.G. Botucatu	2567	1.9	Minas Gerais	26585	29.0
R.G. B. Paulista	540	0.4	Espírito Santo	22700	24.8
R.G. Campinas	2162	1.6	Rio de Janeiro	466	0.5
R.G. Caraguatatuba	12295	9.1	Região Norte	3419	3.7
R.G. Catanduva	55	0.04			
R.G. Cruzeiro	1621	1.2	Região Nordeste	801	0.9
R.G. Dracena	82	0.06	Bahia	11453	12.5
R.G. Fernandópolis	4458	3.3	Pernambuco	3607	3.9
R.G. Franca	2702	2.0	Outros Estados	2594	2.8
R.G. Guaratinguetá	1621	1.2		5252	5.7
R.G. Itapetininga	432	0.32	Região Sul		
R.G. Itapeva	486	0.36	Paraná	44988	49.1
R.G. Jales	540	0.40	Outros Estados	43355	47.3
R.G. Jau	4350	3.2		1633	1.8
R.G. Jundiaí	1351	1.0	Região Centro-Oeste		
R.G. Limeira	3242	2.4	Mato Grosso do Sul	7792	8.5
R.G. Lins	2432	1.8	Outros Estados	4468	4.9
R.G. Marília	1621	1.2		3324	3.6
R.G. Marília	4458	3.3	Exterior	2721	1.18
R.G. Ourinhos	811	0.6	s/decl's/esp.	1019	0.42
R.G. Piracicaba	1892	1.4			
R.G.P. Prudente	3783	2.8			
R.G. Registro	270	0.2			

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980; Tabulações Especiais FSEADE, 1989.

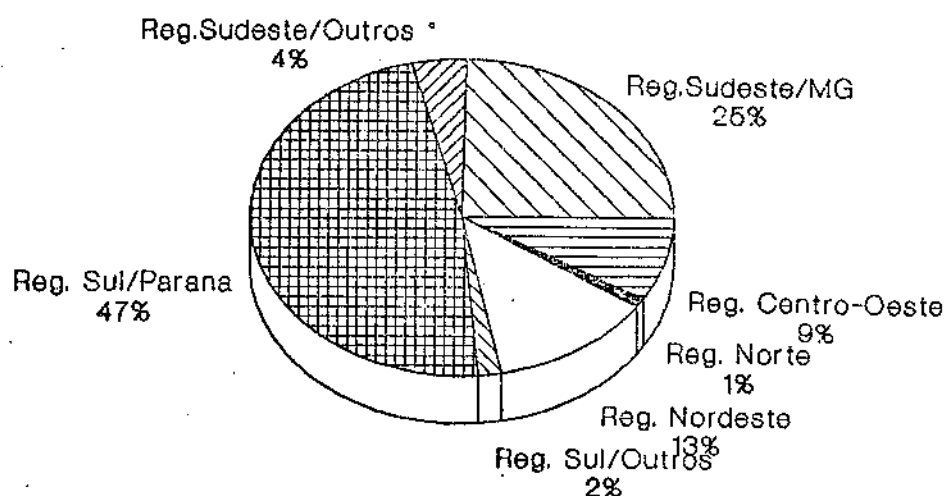
Mapa 3
Principais Fluxos Migratórios
Município de Campinas
1970/1980



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980; Tabulações Especiais, FUNDAÇÃO SEADE, 1989.

No contexto dos movimentos migratórios intra-estaduais, o fluxo migratório mais volumoso, e talvez um dos mais importantes, partiu da Capital: 28.237 migrantes, representando 21% dos fluxos inter-regionais para o Município; considerando-se a Região Metropolitana de São Paulo, esta participação chegou a 25%. Outros fluxos migratórios bastante expressivos que se dirigiram para Campinas foram provenientes das regiões do oeste paulista. Essa área contribuiu com 32% da migração inter-regional, principalmente os fluxos oriundos de Adamantina, Andradina, Marília, Jales e Araçatuba (Tabela 14).

Gráfico 7
Movimento Migratório Interestadual.
Município de Campinas
1970/80



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1980;
(*) Exclui o estado de São Paulo

Com volumes inferiores, porém não menos importantes, a migração com origem nas regiões de Jundiaí, São João da Boa Vista e Ribeirão Preto representou 7,4% do movimento inter-regional. Embora os fluxos migratórios provenientes das regiões do Interior em direção a Campinas tenham somado um volume considerável de quase 100 mil migrantes, o fluxo originário da Região Metropolitana de São Paulo indica uma série de mudanças no processo de redistribuição espacial da população no Estado de São Paulo. A desconcentração relativa das atividades industriais e o acirramento dos problemas metropolitanos conduziram a uma emigração da metrópole em direção aos eixos de expansão econômica do Interior.

Desse modo, o Município de Campinas chegou ao ano de 1980 contando com uma população de 664 mil habitantes, sendo o primeiro município do interior paulista a chegar a classe de tamanho de cidades com mais de 500 mil habitantes e ocupando a décima segunda colocação no ranking da população urbana do Brasil. A instalação de indústrias completas e integradas gerou uma estrutura produtiva moderna, que aliada ao desenvolvimento agrícola, beneficiou a expansão e apoio do setor terciário, projetando Campinas como a Capital do Interior, além de sua importância no cenário brasileiro.

A industrialização pesada trouxe novas feições ao Município, produzindo uma estrutura social complexa e bastante diferenciada. De um lado, o mercado de trabalho em Campinas passou a exigir, cada vez mais, mão-de-obra qualificada, reforçando o contingente de profissionais liberais de várias modalidades, o que contribuiu para engrossar a classe média campineira; 71,5% da população com curso superior, em 1980, eram não-naturais, dos quais 53% eram migrantes. De outro, a expansão do "setor informal" atraiu contingente considerável de população de baixa renda; 41% dos migrantes chegados no município na década de 70 apresentavam nenhum grau de instrução escolar e 32% o primário/elementar.

Se nos anos 50, com o avanço da industrialização, o crescimento urbano era exaltado e (dizia-se) controlado pelas autoridades públicas, a partir dos anos 60, e particularmente nos anos 70, a ocupação e o uso do solo, fazendo parte da articulação de interesses privados com o poder público, como já apontado,

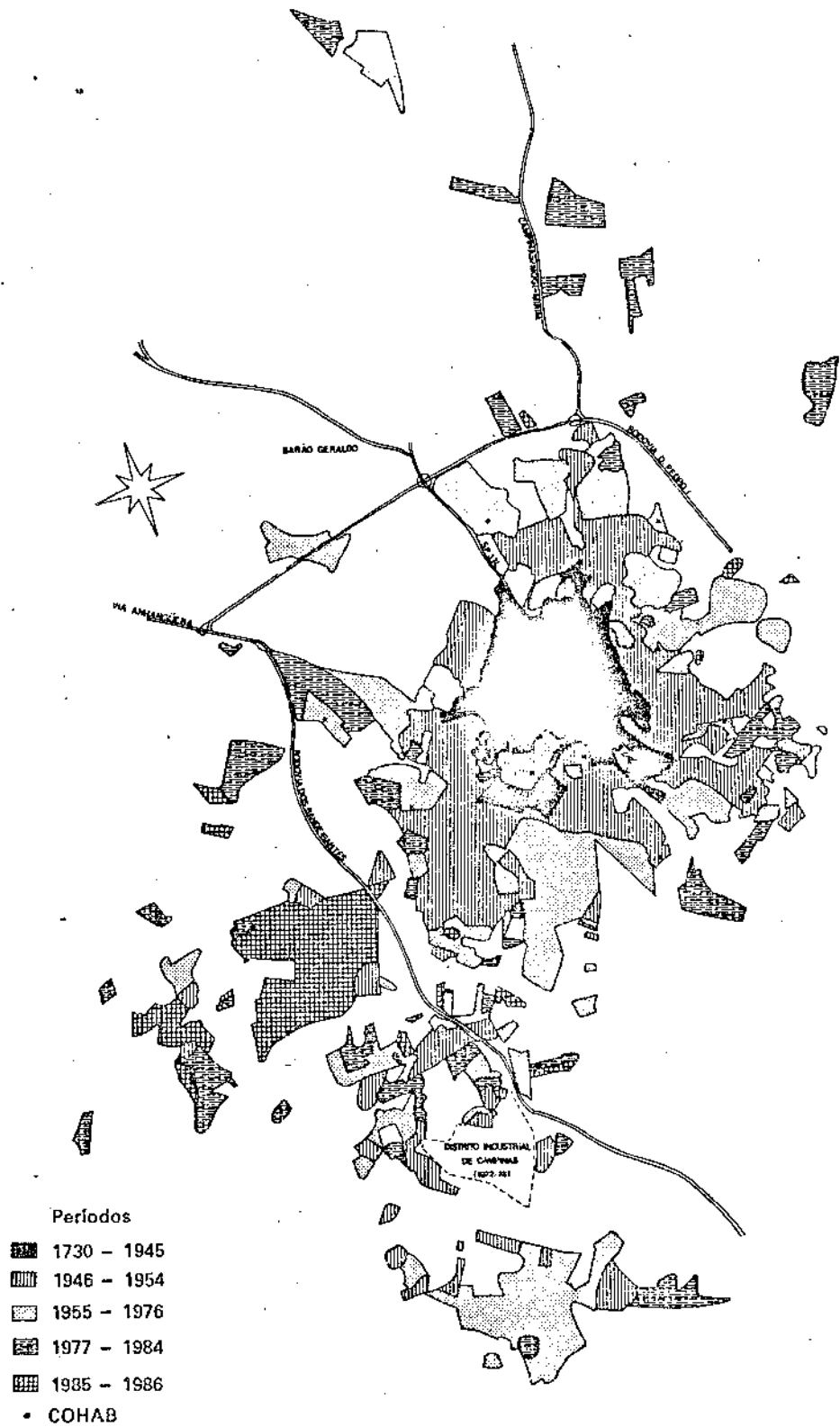
acentuaram a especulação imobiliária. "O capital loteador a crescentou mais 93% de terrenos para moradias ao mercado local entre 1962 e 1968, enquanto o capital imobiliário da construção civil adicionava mais de seis milhões de novos metros quadrados construídos" (ZIMMERMANN, 1989:127).

A COHAB local, implantada em 1967, contribuiu significativamente para dotar de novos contornos a ocupação urbana de Campinas. Se inicialmente esta acompanhou a instalação das plantas industriais, posteriormente, de acordo com Zimmermann (1989), "a construção de moradias para as classes de renda mais baixas direcionou-se majoritariamente para as proximidades das áreas loteadas esparsamente, no período 1946-54, pelo capital imobiliário loteador (...) a lógica dessa ocupação favoreceu ainda dois outros importantes segmentos do capital mercantil local: transporte e comércio varejista. Por ser caótica, essa ocupação não interligava os bairros; no final da década de 60, apenas um décimo da cidade podia ser atingido sem baldeação pelos transportes coletivos (...) o comércio se desenvolveu extremamente concentrado na região central" (p.128). Assim, a grande valorização dos terrenos centrais estimulou o processo de verticalização do antigo centro histórico de Campinas, ao mesmo tempo que se intensificava o processo de horizontalização da cidade ^{47/} (Mapa 4).

^{47/}

Veja-se também Prefeitura Municipal de Campinas (1991).

Mapa 4
Expansão Urbana
Município de Campinas
1730 - 1988



Fonte: FUNDAÇÃO SEADE, 1989; apud ZIMMERMANN, 1989.

No final dos anos 60, Campinas começou a enfrentar problemas com o abastecimento de água (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1991). O crescimento populacional passava a justificar a ineficácia e a falência das políticas sociais. No entanto, como bem assinalou Zimmermann (1989), não foi a pressão demográfica que determinou esse saturamento, e sim a maneira como o capital imobiliário ordenou (ou melhor, "desordenou") o crescimento da cidade.

Nos anos 70, a intensificação e a continuidade desse processo de ocupação do solo agravaram ainda mais a questão urbana no Município. O grande volume migratório que se dirigiu para Campinas encontrou sérias dificuldades de moradia ^{48/}. O processo de favelamento acentuou-se "tanto pelo nível de urbanização experimentado pela cidade, em função de seu crescimento industrial, como pelas características diversas, que estiveram aliadas ao crescimento sócio-econômico do município, reproduzindo padrões que são gerais para o País como um todo, destacando-se: o comprometimento geral do nível de vida da população pelo modelo econômico que deprimiu o emprego e a renda; a especulação com a terra que elevou seu preço imprimindo ao crescimento urbano a marca da expansão da periferia da cidade e da proliferação dos núcleos de favela; a incapacidade financeira da administração municipal face ao nível federal, no provimento de habitações para as populações de baixa renda" (PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 1991:218).

^{48/}

Taube (1986) acompanha em seu estudo a trajetória de família migrante e suas dificuldades em relação às condições locais de habitação.

A população favelada cresceu vertiginosamente; entre 1971 e 1980 registrou uma taxa média de crescimento de 34,60% a.a. (enquanto a população urbana crescera 5,83% a.a.), passando de 600 barracos no início do período para 8.700, em 1980 (Tabela 15). Em 1971, este segmento da população não representava 1% da população urbana; em 1980, elevou-se para 7,6%.

Tabela 15
Evolução da População Favelada
Município de Campinas
1971-1980

Indicadores	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1979	1980
Pop. Favelada Estimada	3090	5150	6998	9115	10758	14208	22613	41673	44815
População Urbana(*)	353436	374024	395812	418869	443268	469090	496415	55593	588318
Pop. Fav/Pop.Urb (%)	0.87	1.38	1.77	2.18	2.43	3.03	4.55	7.50	7.62
No. de Barracos	600	1000	1359	1770	2089	2759	4391	8092	8700

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980; Prefeitura Municipal de Campinas, 1991.

(*) População interpolada entre 1970-80.

Diante desse contexto, a relação crescimento populacional e pobreza passou a compor a pauta das discussões da administração municipal; o intenso fluxo migratório aparece como fenômeno caótico e perigoso. No final dos anos 60, e início dos 70, o migrante já aparece como bode expiatório: causa do crescente surgimento de favelas, da desorganização urbana e do aumento da mendicância na cidade. A imprensa enfatiza a "invasão de marginais" no Município e suas favelas:

"Urge que se dê uma solução ao problema. Os males se curam pela raiz. Se continuarem a se erguer as favelas nesta cidade, sob as vistas complacentes dos responsáveis pelo bem comum, dia chegará em que o problema será inabordável. Quando chegar esse dia, nem o denodo de um Dom Helder nos livrará do problema do favelamento" (Diário do Povo, 13/1/62; apud LOPES, 1988).

O poder público encarregou a polícia de expulsar os moradores das favelas, prática bastante freqüente nesse período e vários programas de habitação popular foram criados, na tentativa de erradicar as favelas ^{49/}.

A desconcentração relativa das atividades econômicas e populacionais da Região Metropolitana de São Paulo, com a intensificação do processo de industrialização, modernização agrícola e expansão da agroindústria no Interior, impulsionou ainda mais o processo de urbanização em Campinas, gerando um setor terciário forte e moderno e crescente urbanização da mão-de-obra rural. Em 1980, a PEA inserida no setor primário representava apenas 2,5% do total, enquanto a do setor terciário representava 56,2% e a do secundário 39,6%. Polarizando importantes setores industriais e agroindustriais, Campinas e seu entorno configuraram-se ainda mais como uma região economicamente forte, já com "ares de metrópole".

^{49/}

Sobre a evolução das favelas no município, ações de expulsão nas favelas, os novos movimentos sociais de favelados e a construção de casas populares em Campinas, veja-se Lopes (1988) e Taube (1986).

CAPÍTULO 3

A EMERGÊNCIA DA NOVA ÁREA METROPOLITANA

Regionalização e Políticas Governamentais de Desconcentração Industrial ^{1/}

A intensidade e a forma como se processaram a urbanização e a redistribuição da população no Estado acentuaram a dinâmica de áreas que, hoje, constituem os grandes eixos de expansão agrícola-industrial do Interior. Marcados por intensos fluxos migratórios, os fenômenos da urbanização e da redistribuição espacial da população paulista têm respondido a complexos processos ocorridos no bojo do desenvolvimento do País que, muitas vezes induzidos por políticas governamentais, propiciaram a concentração industrial e as transformações de culturas agrícolas (tais como as de cítricos para a exportação e de cana para o PROÁLCOOL, para citar alguns exemplos) em determinadas áreas em detrimento de outras.

O interesse pelo reflorescimento de algumas regiões do Interior, já no final dos anos 60, conduziu a elaboração, pelos governos estaduais, de várias políticas de desconcentração

^{1/}

Este item baseia-se em Cano (1988a), Negri (1988), Claro (1989), FUNDAP (s/d) e Fundação SEADE (1990b).

industrial, com a preocupação em desenvolver regiões exteriores à Região Metropolitana de São Paulo.

Na gestão de Abreu Sodré (1967 a 1971), através de Decreto nº 52.567, de 12 de dezembro de 1970, o Estado de São Paulo, foi dividido em 11 regiões administrativas e 48 sub-regiões, definidas segundo diferentes dimensões, ligadas a um pólo urbano. O objetivo principal dessa divisão político-administrativa era evitar a excessiva centralização administrativa e proporcionar uma visão de conjunto de cada área, a fim de que fossem atendidas as exigências específicas do desenvolvimento de cada uma das regiões, particularmente referentes a urbanização e industrialização. Sem a intervenção direta do Estado, nessa etapa do processo de desconcentração industrial (NEGRI, 1988), apenas efetivou-se a criação de distritos industriais (áreas destinadas à instalação de indústrias) nos municípios mais dinâmicos (CLARO, 1989).

Entre 1971 e 1975, no governo de Laudo Natel, a proposta de desconcentração industrial, através da intervenção do Estado, teve como objetivo amenizar as disparidades regionais em São Paulo e equacionar os problemas da Região Metropolitana ^{2/}. Os investimentos governamentais concentraram-se no Plano Rodoviário de Interiorização do Desenvolvimento - PROINDE, que propôs a ampliação de 5,5 mil quilômetros de rodovias para facilitar as principais vias de penetração (Anhangüera, Washington Luís, Castelo Branco e Dutra) e de saída da Região

^{2/} Segundo Cano & Negri (1988) a política de desconcentração industrial no Estado encobria o não enfrentamento pelo governo dos graves problemas urbanos da Região Metropolitana de São Paulo.

Metropolitana. Os Escritórios Regionais de Planejamento (ligados à Secretária do Planejamento do Estado) foram criados para a elaboração de diagnósticos regionais para promover a industrialização das regiões do Estado (CLARO, 1989).

No governo de Paulo Egydio Martins, entre 1975 a 1978, a forte ação do Estado promoveu a implantação de oito programas destinados a atenuar os desequilíbrios regionais em São Paulo:

- Programa de Cidades Médias;
- Políticas de desconcentração e descentralização industrial;
- Programa do Macro-eixo Metropolitano;
- Programa das Cidades Pequenas;
- Programa do Pontal do Paranapanema;
- Programa de Estâncias Hidrominerais, Climáticas e de Turismo;
- Plano Estadual de Habitação; e
- Sistema Estadual de Mão-de-Obra - SEMO.

Obtiveram êxito apenas o Programa de Cidades Médias, que atuou basicamente no financiamento do sistema viário dessas cidades, o Programa de Estâncias e o Plano Estadual de Habitação, que chegou a implantar alguns conjuntos habitacionais nas cidades médias do Interior (KUGELMAS, 1985). O impacto dessas iniciativas foi bastante reduzido sobre o processo de desconcentração; na verdade, apenas aquelas relacionadas com a infra-estrutura, particularmente o sistema viário, tiveram influência (NEGRI, 1988).

A questão da integração dos municípios via intervenção dos órgãos e secretarias da administração pública foi retomada durante o governo Franco Montoro, que instituiu as 43 regiões de governo, ligadas à Secretaria de Planejamento ^{3/}. Os Escritórios Regionais passaram a fazer a intermediação entre as regiões e o governo estadual, estabelecendo prioridades de investimentos.

O movimento de desconcentração industrial verificado no Estado de São Paulo, particularmente na década de 70, e a conseqüente interiorização do desenvolvimento ocorreram nas áreas mais dinâmicas e, de acordo com Cano (1988), em função dos seguintes fatores: implantação de refinarias de petróleo nas regiões de Campinas e de São José dos Campos e consolidação do principal pólo petroquímico do País na região do Litoral; implementação do PROÁLCOOL, com maiores reflexos nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto; implantação de institutos de pesquisa e de grandes plantas dos setores eletrônico, de informática e de telecomunicações na região de Campinas; implantação do complexo aeronáutico e militar no Vale do Paraíba, e expansão e consolidação dos eixos de penetração através da construção e melhoramento da rede de estradas, com recursos do governo estadual.

As políticas de desenvolvimento urbano, industrial e regional no Estado de São Paulo, embora integradas nas políticas articuladas do governo federal (OLIVEIRA CAMPOS, 1974; FUNDAÇÃO

^{3/}

O Decreto nº 22.592 de 22 de agosto de 1984, dispoñdo sobre a descentralização das atividades no Estado, propôs criação de Regiões de Governo. Através do Decreto nº 22.970 de novembro de 1984 criaram-se as 43 regiões de governo. Atualmente vigentes no Estado, as regiões de governo foram compatibilizadas com as 11 regiões administrativas através do Decreto nº 26.581, de 5 de janeiro de 1987.

SEADE, 1990b), só alcançaram os resultados obtidos - o Interior tornou-se a segunda concentração industrial do País - graças às características peculiares dessa área.

O processo de desconcentração das atividades industriais em direção à área interiorana, de modo geral, resultou da combinação dos seguintes fatores: forças endógenas, que possibilitaram a redinamização dessa área a partir da aplicação de capitais nacionais e internacionais; o processo de modernização da agricultura, gerando estímulo à industrialização e terciarização; forças atuantes a partir da Região Metropolitana de São Paulo, "liberando" atividades econômicas, sobretudo industriais, para áreas com potencial de recepção no Interior; e os grandes incentivos governamentais em direção às regiões mais dinâmicas.

As forças endógenas resultaram da existência de uma rede urbana e de uma infra-estrutura, montada à época do café, que possibilitaram redinamizar centros urbanos e canalizar grandes investimentos de capital em pólos regionais, tanto através de políticas de desenvolvimento agroindustrial (PROÁLCOOL, cítricos para exportação) como da implantação de setores industriais de ponta (pólos petroquímicos, indústrias bélicas, telecomunicações etc.).

O próprio processo de modernização da agricultura gerou a criação de novas atividades industriais (MÜLLER, 1985), ampliando as possibilidades de emprego no Interior. A produção de açúcar e álcool, por exemplo, apesar de possuir significativa

parcela mecanizada, empregava grande número de mão-de-obra em atividades ligadas às infra-estruturas de apoio industrial (mecânicas especializadas, retíficas, tornearias, caldeirarias etc.) e no setor terciário (transporte e armazenagem). Assim, parte do capital gerado acabava sendo investida na própria região, permitindo a criação de outros segmentos econômicos, inclusive os industriais (MONTAGNER, 1989).

A desconcentração das atividades industriais a partir do grande complexo existente na Região Metropolitana de São Paulo, percorrendo os eixos de expansão definidos pelas principais vias de transporte, beneficiou as cidades mais dinâmicas do Interior. Nesse processo, "as economias de aglomeração transformam-se em deseconomias e as indústrias tendem a desconcentrar-se em relação aos pólos originais (...) As indústrias instalam novas unidades em municípios próximos (...) e, posteriormente, para as frentes dinâmicas de expansão industrial" (FUNDAÇÃO SEADE, 1990b:13).

Acrescente-se a esse processo a interferência do governo estadual, que "apesar de não se modificarem os mecanismos fundamentais de funcionamento das empresas capitalistas (...) é exercida mediante legislação econômico-financeira, políticas monetárias, fiscal e cambial, investimentos e obras públicas e mesmo através da formação de poderoso setor produtivo do Estado" (FUNDAP, s/d).

Desse modo, a espacialização da indústria no Interior foi bastante direcionada, não atingindo todas as regiões de forma

homogênea. O setor industrial expandiu-se, de fato, nas regiões que já apresentavam significativas atividades industriais, caracterizando um processo de "desconcentração-concentrada" (FURTADO, 1986; MARTINE & CAMPOLINA, 1989; Fundação SEADE, 1990b). Em 1980, "apenas 45 municípios respondiam por 78% da produção industrial do Interior. Em 1985, 55 municípios contribuíam com aproximadamente 82% do valor adicionado gerado pela indústria interiorana" (Fundação SEADE, 1990b:37). ^{4/}

Embora as políticas adotadas não estivessem voltadas explicitamente para uma política migratória, a atuação governamental contribuiu para o direcionamento dos fluxos migratórios. As regiões que mais concentraram atividades e população, nesse processo de desconcentração industrial, estão sendo cotadas para que se transformem oficialmente em áreas metropolitanas, particularmente Campinas e Santos.

É bastante recente a discussão e diagnóstico a respeito do surgimento e consolidação de novas áreas metropolitanas no interior do Estado de São Paulo. O estudo Organização Regional: Grande São Paulo, Campinas e Santos - Proposições e Fundamentos (EMPLASA, 1990) aponta o caráter metropolitano das regiões circunscritas às áreas de influência do chamado Complexo Metropolitano Expandido - CME - que pretende abranger além da Grande São Paulo, as configurações regionais urbanas vizinhas que constituem os grandes eixos de expansão econômica do Estado: Baixada Santista, Vale do Paraíba, Sorocaba e Campinas.

^{4/} Veja-se a respeito da ocupação do espaço interiorano pelo setor secundário, o estudo Especialização da Indústria Paulista, Coleção Economia Paulista, Fundação SEADE, 1990, v.4.

No final do governo de Orestes Quércia (1987-1990) foi elaborado o Ante Projeto de Lei Complementar que dispõe sobre as Regiões Metropolitanas de Campinas e da Baixada Santista, ainda em discussão. "A organização das áreas da Grande São Paulo, de Campinas e da Baixada Santista representa o desencadeamento de um processo avançado de tratamento da questão regional no Estado, com base nas inovações trazidas pela Constituição Federal de 15/10/1988 e pela Constituição Estadual de 05/10/1989" (EMPLASA, 1990:9).

A nova Constituição do Estado de São Paulo estabelece que a administração estadual seja integrada com os municípios agrupados em regiões metropolitanas, aglomerados urbanos e microrregiões. "A ênfase dada aos aspectos regionais da ação pública nos novos textos constitucionais e o novo sistema de distribuição de competências, especialmente executivas, entre União, Estado e Município, tornam imperiosa, de um lado, maior colaboração entre Estado e Município e, de outro, planejamento da ação governamental estadual de forma regionalizada" (Carta de Exposição de Motivos, Governador Orestes Quércia, 15/06/1990; apud EMPLASA, 1990).

A criação oficial dessas áreas metropolitanas no Estado é a expressão maior do complexo processo de desconcentração (concentrada) das atividades industriais a partir da Região Metropolitana de São Paulo, do acentuado processo de urbanização e da intensa mobilidade espacial da população no espaço urbano paulista.

Novas Características do Processo de Urbanização e de Redistribuição Populacional no Estado ^{5/}

A década de 70 assinalou o reflorescimento da região interiorana de São Paulo, caracterizando-a como a segunda concentração industrial do País. Esse dinamismo se expressou tanto nos setores de atividades da economia como na geração de novos empregos urbanos e rurais (CANO & PACHECO, 1989).

O processo de mudanças na estrutura produtiva do Estado, que implicou a desconcentração industrial a partir da Região Metropolitana de São Paulo e a multiplicação de importantes pólos urbanos industrializados, propiciou amplos movimentos migratórios em direção ao Interior. A mobilidade espacial nessa área do Estado foi de tal magnitude que de um saldo migratório negativo de 454.443 emigrantes, na década de 60, o Interior passou a um ganho populacional de 752.318 pessoas nos anos 70.

O acelerado ritmo de crescimento verificado nos anos 70 no Interior concentrou-se, na verdade, em algumas áreas de maior crescimento econômico. As regiões menos favorecidas pela concentração industrial ou pela presença de incentivos governamentais muitas vezes têm dificuldades em reter sua população e, não raro, acabam por expulsá-la.

^{5/}

A elaboração deste item muito beneficiou-se de relatórios, produtos e subprodutos da pesquisa "Migração no Interior do Estado de São Paulo", Fundação SEADE/NEPO - UNICAMP, financiada pelo CNPq e FINEP.

Desse modo, o dinamismo e a complexidade do processo de interiorização da indústria e de modernização agrícola expressaram-se no aumento do número de cidades de porte intermediário, médias e grandes e na expansão e fortalecimento da rede urbana, bem como no surgimento de pólos regionais.

A heterogeneidade do processo de urbanização no Estado marcou enorme disparidade entre o número de cidades ^{6/} e suas dimensões no espaço urbano. Chama a atenção o grande número de cidades de pequeno porte: 411 localidades urbanas com até 20 mil habitantes (para um total de 571, em 1980), que alojavam apenas 11% da população estadual. Em 1970, essas localidades somavam 451 cidades de pequeno porte no Estado.

A diminuição de quarenta cidades de pequeno porte, de 1970 para 1980, foi compensada com o aumento no número das demais categorias. As cidades intermediárias (de 20.001 a 100.000 habitantes), de 72 para 98, concentrando 19% da população do Estado; as cidades médias (de 100.001 a 500.000 habitantes), de 17 para 29, alocando 27% do total populacional; e de grande porte (mais de 500.000 habitantes), que eram apenas três, concentravam 43% da população paulista. Assim, as cidades médias e grandes, que eram apenas 32, alojavam, em 1980, 70% da população residente nas cidades paulistas, o que representava mais de 17 milhões de habitantes.

^{6/} Utilizou-se a definição adotada pelo IBGE, a qual considera como cidade o núcleo que se estabelece como sede político-administrativa do município.

Essa reorganização configurou uma rede urbana iniciada pelas cidades de pequeno porte, dispersas e com baixo potencial de retenção populacional (predominantemente localizadas na porção oeste do Estado), formando um gradiente que, a cada década, é engrossado por cidades maiores e mais dinâmicas que passam a atrair novas atividades e população, gerando formas de espacialização concentrada-desconcentrada (FARIA, 1980).

Dessa forma, o processo de urbanização acompanha transformações econômico-sociais mais amplas, repercutindo numa intensa redistribuição da população. De fato, a década de 70 foi marcada por intensos deslocamentos populacionais em todo o Estado. O movimento intra-estadual representou 57% da migração total, sendo que 4,5 milhões de pessoas declararam ter mudado de município de residência, pelo menos uma vez, nesse período (TASCHNER & BÓGUS, 1986).

Os deslocamentos entre as 43 regiões de governo, que envolveram 1,9 milhão de pessoas no período 1970-80, significaram um peso bem maior da migração intra-estadual na maioria das regiões (Tabela 16). A Região Metropolitana de São Paulo permaneceu como a referência para os migrantes oriundos de outros estados, registrando 80% de migrantes interestaduais no total de seu movimento migratório. Nas regiões de governo essa migração teve maior participação nas regiões limítrofes com outros estados, casos de Franca (com migração predominantemente mineira), Cruzeiro (migrantes do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais) e Presidente Prudente (migrantes do Centro-Oeste e Paraná), que registravam, em média 60% de migrantes interestaduais. A Região de Governo de Santos também apresentou

elevada participação de migrantes de outros estados (53%), provavelmente em virtude do tipo de mão-de-obra empregada em sua atividade portuária.

O crescimento populacional das regiões de governo foi, nos anos 70, nitidamente marcado pela participação (positiva ou negativa) do componente migratório. Nas regiões mais prósperas do interior do Estado, a migração foi responsável por mais da metade do crescimento absoluto da população, destacando-se Campinas (68%), Jundiaí (60%), São José dos Campos (56%), Caraguatatuba (55%), Sorocaba (52%) e Santos (50%). Seguem-se as regiões de Limeira (47%), Ribeirão Preto (46%), São Carlos (44%), Piracicaba (41%) e Araraquara (40%).

Outras regiões, embora não tivessem apresentado elevada participação migratória, registraram inversão em sua tendência de participação negativa nos anos 60 para positiva nos anos 70, como Bauru, Jaú, São José do Rio Preto, Catanduva, Franca, Itapetininga, Bragança Paulista, Piracicaba, Rio Claro e São João da Boa Vista. Nas regiões do oeste paulista, os saldos migratórios não só se apresentaram negativos e elevados, como chegaram, em algumas, a registrar um decréscimo na população total, como em Jales, Andradina, Adamantina, Presidente Prudente, Fernandópolis, Votuporanga, Dracena e Assis.

No conjunto do Interior, mais da metade das regiões de governo (23) apresentaram, na década de 70, saldos migratórios positivos (Tabela 17), sendo que nos anos 60 apenas nove das 42 regiões haviam registrado saldos positivos: (Santos,

Caraguatatuba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, São Carlos, Sorocaba, Campinas, Jundiaí e Limeira).

Tabela 16
Movimento Migratório Total, Intra-estadual e Intra-regional
Estado de São Paulo
1970 - 1980

Regiões de Governo	Total de Imigrantes(A) (*)	Imigração Intra-Estadual(B)	Imigração Intra-Regional	Importância Relativa (%) (B/A)
Grande São Paulo	2463079	575839	921053	23.38
Adamantina	23339	18072	14427	77.43
Andradina	25732	16974	13741	65.96
Aracatuba	54889	39885	30863	72.66
Araraquara	57741	39889	18309	69.08
Assis	19618	13190	10844	67.23
Avaré	22838	17518	12861	76.70
Barretos	30662	21626	14186	70.53
Bauru	69391	53384	23960	76.93
Botucatu	22114	16239	6441	73.43
B.Paulista	51032	34765	13235	68.12
Campinas	444879	269135	86076	60.50
Caraguatatuba	28657	20212	2988	70.53
Catanduva	24465	17337	13867	70.86
Cruzeiro	11057	4667	2477	42.21
Dracena	17154	13432	11495	78.30
Fernandópolis	21380	17599	8642	82.31
Franca	46663	20139	21847	43.16
Guaratingueta	25819	15458	12093	59.87
Itapetininga	34232	29604	9003	86.48
Itapeva	27932	16907	17232	60.53
Jales	24507	20093	15481	81.99
Jaú	25218	18126	9467	71.88
Jundiaí	112007	68992	20760	61.60
Limeira	73357	41273	8618	56.26
Lins	18554	14744	8132	79.46
Marília	36976	27656	16764	74.79
Ourinhos	25060	13653	10716	54.48
Piracicaba	52846	33337	7956	63.08
P. Prudente	54125	26572	45958	49.09
Registro	27855	17565	15882	63.06
Ribeirão Preto	122696	77872	32894	63.47
Rio Claro	30472	22330	3987	73.28
Santos	223154	112163	69192	50.26
São Carlos	42360	32499	7657	76.72
São João da Boa Vista	47545	31590	12978	66.44
São Joaquim da Barra	11875	9103	5830	76.65
São José do Rio Preto	66387	54025	36625	81.38
Sao Jose dos Campos	140838	71316	18897	50.64
Sorocaba	154167	97300	34198	63.11
Taubaté	54405	37340	16716	68.63
Tupã	24737	18688	10514	75.54
Votuporanga	23334	20078	10642	86.05
Total	4915148	2138186	1685504	43.50

Fonte: FIBGE. Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1989; apud Fundação SEADE, 1990a.
(*) Exclui a migração intra-regional.

Tabela 17
Movimentos Migratórios
Regiões de Governo do Estado de São Paulo
1970 - 1980

Regiões de Governo	VOLUMES		
	Inigração	Emigração	Saldo Migratório
Grande São Paulo	2463079	813985	1649094
Adamantina	23339	48578	-25239
Andradina	25732	57534	-31802
Aracatuba	54889	81697	-26808
Araraquara	57741	37545	20196
Assis	19618	44159	-24541
Avaré	22838	37947	-15109
Barretos	30662	50061	-19399
Bauru	69391	53001	16390
Botucatu	22114	29713	-7599
B. Paulista	51032	29639	21393
Campinas	444879	92363	352516
Caraguatatuba	28657	8580	20077
Catanduva	24465	28992	-4527
Cruzeiro	11057	15829	-4772
Dracena	17154	37708	-20544
Fernandópolis	21380	38020	-16640
Franca	46663	40053	6610
Guaratingueta	25819	30387	-4568
Itapetininga	34232	25173	9059
Itapeva	27932	26947	985
Jales	24507	56740	-32233
Jaú	25218	22116	3102
Jundiaí	112007	33064	78943
Limeira	73357	30100	43257
Lins	18554	33835	-15281
Marília	36976	58119	-21143
Ourinhos	25060	41348	-16288
Piracicaba	52846	26500	26346
P. Prudente	54125	106175	-52050
Registro	27855	25879	1976
Ribeirão Preto	122696	59922	62774
Rio Claro	30472	18307	12165
Santos	223154	77584	145570
São Carlos	42360	26987	15373
São João da Boa Vista	47545	46560	985
São Joaquim da Barra	11875	15294	-3419
São José do Rio Preto	66387	64750	1637
São José dos Campos	140838	39369	101469
Sorocaba	154167	55604	98563
Taubaté	54405	28970	25437
Tupã	24737	38209	-13472
Votuporanga	23334	38447	-15113

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.
Censo Demográfico do Estado de São Paulo 1980 - Tabulações Especiais,
Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE, 1988; apud
CUNHA & RODRIGUES, 1989.

O processo migratório no Estado assumiu características bastante peculiares no decorrer dos anos 70. Os principais volumes migratórios intra-estaduais foram desencadeados a partir da Região Metropolitana de São Paulo em direção às áreas

interioranas mais dinâmicas, mobilizando quase 500 mil pessoas ^{7/} (Mapa 5).

É importante ressaltar que a Região Metropolitana de São Paulo recebeu também expressivo volume migratório proveniente das demais regiões do Estado (575.839 migrantes), porém nas trocas líquidas populacionais ^{8/} apresentou, no balanço dessas trocas, expressivos saldos negativos ^{9/}.

Portanto, se de um lado a Grande São Paulo apresentou-se como uma das regiões "menos atrativa" e com maior volume de emigrantes no contexto estadual, de outro, continua sendo a referência mais importante para os migrantes provenientes de outros estados.

O movimento emigratório a partir da Região Metropolitana de São Paulo foi canalizado em direção às principais regiões de governo do Interior. As Regiões de Campinas e Santos receberam, cada uma, 15% desses emigrantes; as Regiões de Sorocaba e São José dos Campos receberam, em média, 7% desse volume; e Jundiaí, Bragança Paulista e Ribeirão Preto absorveram cada qual 4,5%, aproximadamente. Correntes migratórias de menores volumes em direção a outras regiões também apresentaram, em suas trocas populacionais, saldo negativo em relação à Região

^{7/} Análise completa dos movimentos migratórios no Estado de São Paulo, particularmente no Interior, encontra-se em Fundação SEADE (1990 a). Veja-se também as importantes contribuições de Cunha (1987); Cunha & Rodrigues (1989) e Patarra et alii (1990).

^{8/} Diferença entre os volumes dos fluxos de sentidos contrários estabelecidos entre duas regiões determinadas.

^{9/} Análise detalhada dessas trocas populacionais encontra-se em Cunha & Rodrigues (1989).

A Região Metropolitana de São Paulo apresentou saldos positivos, nas trocas líquidas populacionais, apenas com as correntes migratórias provenientes das regiões do oeste paulista. Ainda eram regiões expulsoras de grandes contingentes populacionais, dado o caráter pouco dinâmico de sua economia, voltada principalmente às atividades agropecuárias, com grandes áreas destinadas à pastagem, não favorecendo, portanto, a retenção de população. Essas regiões de governo, dentro da configuração migratória regional, perderam mais de 735 mil pessoas, que se dirigiram predominantemente para a Região Metropolitana de São Paulo e para as regiões com forte participação do setor agroindustrial na economia, como Campinas, Limeira e Araraquara ^{10/}.

A crescente diversidade da distribuição espacial da população foi reforçada pelo processo de urbanização do País que determinou enorme concentração da população em localidades de maior porte e em áreas metropolitanas (TASCHNER & BÓGUS, 1986; MARTINE, 1987), envolvendo transformações significativas na estrutura urbana de determinadas áreas. Seguindo essa tendência, já foram detectados alguns pólos regionais de atração de população no Estado ^{11/} (Mapa 6), os principais, nos anos 70, foram, em ordem decrescente, as Regiões de Governo de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto. Pode-se destacar também como pólos regionais

^{10/}

Veja-se Relatórios I e II da Pesquisa: "Migração no Interior do Estado de São Paulo". Fundação SEADE/NEPO-UNICAMP, 1988 e 1989.

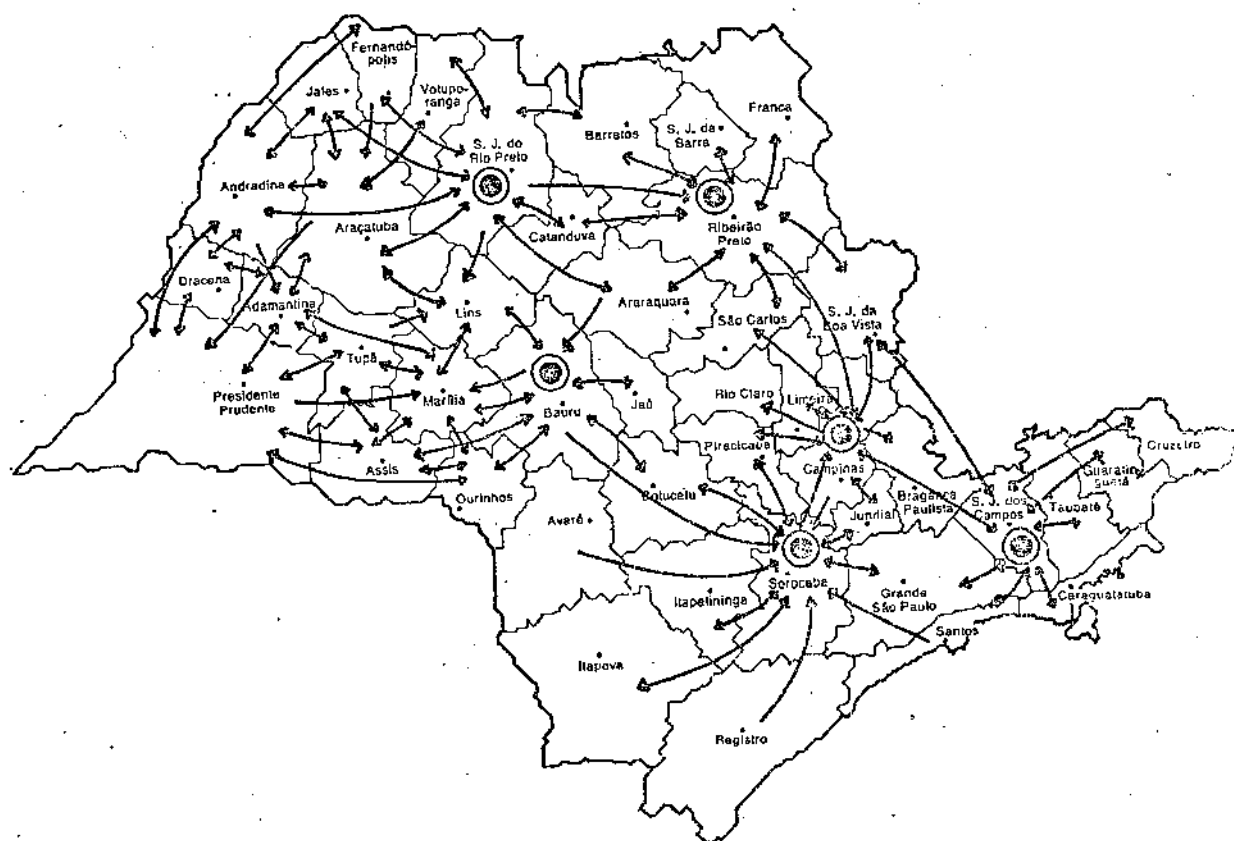
^{11/}

Para a identificação dos pólos regionais de atração populacional no interior paulista adotou-se como critério as trocas migratórias numericamente mais significativas estabelecidas entre regiões circunvizinhas ou próximas.

secundários de atração populacional as Regiões de Governo de Santos, Araraquara e São Carlos (PATARRA & BAENINGER, 1989).

Vale ressaltar que a migração intra-regional foi fato marcante não apenas nos importantes pólos regionais (Tabela 16). Mesmo nas regiões onde a perda populacional foi expressiva, os deslocamentos internos foram relevantes, caso de Presidente Prudente.

Mapa 6
Pólos de Atração de População
Estado de São Paulo
1970/1980



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980. Tabulações Especiais, FUNDAÇÃO SEADE, 1989; apud PATARRA & BAENINGER, 1989

Essa característica do processo de redistribuição da população no espaço urbano indica as profundas modificações na dinâmica regional e na espacialização das atividades econômicas, que emprestaram novas feições ao processo de urbanização. Modificaram-se os padrões de comportamento e os hábitos de consumo da população; cidades médias passaram a conviver com a pobreza urbana (favelas, cortiços, expansão das áreas de periferia) e a violência; surgiram novas modalidades de movimentos migratórios em direção às cidades (migração da população de pequenas cidades para as maiores, movimento pendular, sazonal e de retorno).

Sem dúvida, esses pólos regionais que se formaram no Interior também delinearão heterogeneidade do espaço no que se refere às desigualdades sociais, configurando-se a especialização de funções em determinadas áreas, que tendem a se aglutinar diferentemente no conjunto das regiões do Estado.

Nesse sentido, essa nova dinâmica urbana e regional imprimiu também novas características às funções das cidades, particularmente aquelas localizadas nos pólos regionais. A influência da cidade-sede acaba por transpor os limites administrativos, atingindo as cidades vizinhas e conduzindo à formação de um conglomerado de cidades cuja integração depende menos do tamanho populacional do que das demandas geradas a partir das especificidades da dinâmica econômica regional.

A formação de complexos agrícolas, industriais e de serviços intensificou o processo de urbanização no Interior,

cujos desdobramentos se fizeram sentir na espacialização das atividades econômicas e na redistribuição da população. Nos anos 80, a consolidação dos principais pólos regionais do Interior gerou a formação de eixos de expansão econômico-populacionais (BÓGUS et alii, 1990).

Assim, formou-se importante eixo a partir do principal pólo regional do Interior - Campinas -, estendendo-se até as regiões de Limeira, Piracicaba, Rio Claro, São Carlos e Araraquara, além de Jundiaí. Nessas regiões de governo - sobretudo em Campinas - localizavam-se indústrias de alta tecnologia ligadas aos setores de ponta da indústria nacional, além de expressiva produção agrícola vinculada a agroindústria produtora de açúcar e álcool, carnes, suco de laranja e subprodutos da soja. De acordo com as projeções populacionais, em 1990 este eixo concentrava um contingente de mais de 4,3 milhões de habitantes, representando 27,5% da população do Interior e 13,1% da do Estado (FUNDAÇÃO SEADE, 1989).

Um segundo eixo compreende dois pólos regionais: Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, englobando as regiões de Barretos, São Joaquim da Barra, Catanduva e Lins. Nessa área, a agroindústria exportadora e produtora de álcool foi a atividade responsável pelo crescimento regional, principalmente de Ribeirão Preto, seguida pela agroindústria da laranja em São José do Rio Preto, Barretos, Bebedouro e Lins; pela indústria processadora da soja em São Joaquim da Barra; e de café e frigoríficos também em São José do Rio Preto. Em 1990, segundo as estimativas, nesse

eixo residiam 2,5 milhões de habitantes, ou seja, 16% da população do Interior naquele ano.

Outro importante eixo formou-se a partir da Região de Governo de Sorocaba, passando por Avaré, Botucatu e Itapetininga, onde se destacava o parque industrial siderúrgico e mecânico e a diversificação das culturas agrícolas. Em 1990, 10,6% da população do Interior aí se concentrava, ou seja, 1,6 milhão de pessoas (FUNDAÇÃO SEADE, 1989).

Essas dezesseis regiões situadas nos eixos de expansão econômico-populacionais reuniam, em 1990, 54,2% da população do Interior e 26% da população paulista. Na constituição desses eixos, a política estadual de investimentos em estradas de rodagem desempenhou papel fundamental, viabilizando o escoamento da produção e os deslocamentos populacionais.

O conjunto de transformações observadas no Estado como um todo e, particularmente, no Interior, no que diz respeito às atividades econômicas e aos processos de urbanização e redistribuição populacional, foi fundamental para o ressurgimento de alguns pólos econômicos regionais e o surgimento, ou consolidação de outros. De modo geral, o processo de interiorização industrial no Estado propiciou, de um lado, a retenção de população nas regiões onde o dinamismo econômico possibilitou maior absorção de mão-de-obra e, de outro, o direcionamento de importantes fluxos migratórios para essas áreas.

. Movimentos Migratórios para a Região de Governo de
Campinas na Década de 70

A intensa mobilidade espacial da população no Estado, no período 1970-80, apontou novas características ao fenômeno migratório. Uma das especificidades mais importantes desse processo foi a migração desencadeada a partir da Região Metropolitana de São Paulo em direção ao Interior. Essas trocas populacionais e a complexidade dos processos envolvidos na redistribuição da população no espaço estão relacionadas, direta ou indiretamente, às profundas transformações ocorridas na base da estrutura econômica paulista.

Apesar da importância da Região Metropolitana de São Paulo como pólo econômico-populacional, outras áreas tornaram-se dinâmicas, atraindo população e investimentos de capitais. Evidência desse processo foi a configuração e consolidação de importantes pólos econômico-populacionais na região interiorana.

O grande pólo de atração de população no Estado, nos anos 70, foi a Região de Governo de Campinas ^{12/}. Constituinte um dos principais canais de expansão da desconcentração relativa das atividades industriais a partir da Região Metropolitana de São Paulo, essa área atraiu contingente significativo de migrantes.

^{12/}

Para a análise dos fluxos migratórios inter-regionais considera-se a divisão político-administrativa segundo as Regiões de Governo, uma vez que as tabulações especiais do Censo Demográfico de 1980 foram elaboradas tomando como referência essa unidade de análise. No Anexo 2 encontra-se os municípios que compõem a Região de Governo de Campinas.

Acompanhando-se a evolução da população da Região de Governo de Campinas, entre 1960 e 1980, verifica-se que sua taxa de crescimento populacional passou de 4,7% a.a., nos anos 60, para 6,2% a.a., na década de 70, contribuindo para o aumento da participação relativa de sua população no total do Estado: de 3,8% em 1960 para 5,6% em 1980 (Tabela 18). O crescimento populacional da região em seu conjunto esteve relacionado aos expressivos volumes migratórios que recebeu durante os anos 70, particularmente em sua segunda metade.

Já no período 1960-70, a taxa de crescimento da população urbana foi bastante elevada (6,2% a.a.), acentuando-se nos anos 70 (7,3% a.a.). As taxas de crescimento da população rural, embora baixas, apresentaram-se positivas nas duas décadas consideradas^{13/}.

Tabela 18
População Total e Taxas de Crescimento.
Região de Governo de Campinas.
1960-1980.

Anos	População total	Participação RG/Estado (%)	Taxas de Crescimento (% a.a.)		
			Total	Urbana	Rural
1960	484672	3.77	4.74	6.20	0.53
1970	770497	4.33	6.21	7.28	0.66
1980	1407236	5.61			

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980.

^{13/}

Vale ressaltar que utiliza-se o critério censitário para a elaboração deste indicador, e daí verificar-se pequena elevação na taxa de crescimento da população rural.

O acelerado processo de urbanização ocorrido nos anos 70, em todo o Estado, foi fato marcante nessa região. Para se ter uma idéia da magnitude desse processo, apenas dois municípios (dos 18 que compõem a Região de Governo) apresentaram, em 1980, grau de urbanização inferior a 50% : Artur Nogueira e Monte-Mor, que registraram 43,9% e 49,1%, respectivamente. Os Municípios de Itapira, Vinhedo e Jaguariúna encontraram-se na faixa de 60 a 80%, sendo que nos demais municípios mais de 80% de suas populações já residiam em áreas definidas oficialmente como urbanas, destacando-se Americana (99,8%), Vinhedo (97,2%) e Sumaré (94,1%).

O forte crescimento populacional observado na região, particularmente em sua área urbana, deveu-se fundamentalmente ao componente migratório. Através da evolução da população segundo seus componentes (vegetativo e migratório), nas décadas de 60 e 70, pode-se examinar a importância da migração na dinâmica populacional dos municípios (Tabelas 19 e 20).

Já no período 1960-70 a Região de Governo de Campinas obteve crescimento populacional absoluto bastante significativo: 285.823 pessoas, do qual 45,8% representados pelo crescimento vegetativo e 54,2%, pelo migratório. Essa elevada participação do componente migratório para toda a região deveu-se, na verdade, a apenas seis dos 18 municípios da área (Americana, Campinas, Mogi-Guaçu, Paulínia, Sumaré e Valinhos), uma vez que os demais registraram crescimento vegetativo superior ao migratório nos anos 60.

Na década de 70, o crescimento absoluto da população total da região quase triplicou em relação à década anterior: 636.739 pessoas. Nesse crescimento, o componente migratório chegou a representar mais de 67% do aumento absoluto da população regional. Apenas quatro municípios da Região de Governo apresentaram maior participação do componente vegetativo no total do crescimento absoluto (Itapira, Jaguariúna, Mogi-Mirim e Santo Antônio de Posse).

Dentre os municípios que apresentaram elevada participação do componente migratório no crescimento absoluto destacaram-se: Sumaré, 89,2%; Santa Bárbara D'Oeste, 83,3%; Nova Odessa, 82,3%; Artur Nogueira, 72,4%; Campinas, 64,3%. Houve também acentuada inversão na tendência migratória do Município de Vinhedo, que de elevado saldo migratório negativo, nos anos 60, passou a registrar, na década seguinte, participação de mais de 60% do componente migratório em seu crescimento populacional. Trata-se de municípios situados, em sua maioria, ao longo da Via Anhangüera, onde a instalação de importantes indústrias propiciou o recebimento de grandes volumes migratórios, bem como a expansão da mancha urbana desses municípios com um intenso processo de conurbação na região.

O saldo migratório ^{14/} registrado na Região de Governo de Campinas, nesse período de vinte anos, foi de mais de 580 mil pessoas, ou seja, o equivalente à população de aproximadamente trinta cidades com até vinte mil habitantes. Esse enorme volume

^{14/}

Para a análise dos saldos migratórios optou-se pelos resultados obtidos através do Método das Estatísticas Vitais, uma vez que através deste acompanha-se a participação do componente vegetativo no crescimento da população na década considerada.

migratório distribuiu-se entre os municípios da região, embora a maior parte tenha se concentrado no Município de Campinas.

Tabela 19

Evolução da População Total por Municípios segundo os seus Componentes
Região de Governo de Campinas
1960/1970

Áreas	População Total		Crescimento Absoluto			Crescimento Relativo (%)		Taxa de Crescimento
	1960	1970	Total	Vegetativo	Migratório (*)	Vegetativo	Migratório	1960/1970
RG. Campinas	484674	770497	285823	131006	154817	45.83	54.17	4.74
Americana	37856	66316	28460	11791	16669	41.43	58.57	5.77
Artur Nogueira	8210	10171	1961	2069	-108	105.51	-5.51	2.16
Campinas	219303	375864	156561	58367	98194	37.28	62.72	5.54
Cosmópolis	8798	12110	3312	2306	1006	69.63	30.37	3.25
Indaiatuba	19697	30537	10840	5534	5306	51.05	48.95	4.48
Itapira	36357	39036	2679	7178	-4499	267.94	-167.94	0.71
Jaguariúna	8545	10391	1846	2989	-1143	161.92	-61.92	1.98
Mogi-Guaçu	24643	42710	18067	7831	10236	43.34	56.66	5.65
Mogi-Mirim	27783	36301	8512	6400	2118	75.19	24.88	2.71
Monte Nor	6322	7960	1638	1458	180	89.01	10.99	2.33
Nova Odessa	5710	8336	2626	1681	945	64.01	35.99	3.86
Paulínia	-	10708	10708	1027	9681	9.59	90.41	-
Pedreira	10976	15053	4077	3218	859	78.93	21.07	3.21
St. B. D'Oeste	22625	31018	8393	5790	2603	68.99	31.01	3.21
St.A. da Posse	5710	7799	2089	2320	-231	111.06	-11.06	3.17
Sumaré	10663	23074	12411	2336	10075	18.82	81.18	8.03
Valinhos	18302	30775	12473	5615	6858	45.02	54.98	5.33
Vinhedo	13174	12338	-836	3096	-3932	370.33	-470.33	-0.65

Fonte: Fundação SEADE. Arquivo Demográfico.

Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1960 e 1970.

(*) Saldo Migratório obtido através do Método das Estatísticas Vitais, sem correção de subregistros de nascidos e óbitos. Para este período os eventos vitais ainda estão registrados segundo o local de ocorrência.

No período 1960-70, a região contou com um saldo migratório de 154.817 pessoas. Os Municípios de Campinas (com saldo migratório de mais de 98 mil pessoas), Americana (16 mil), Mogi-Guaçu e Sumaré (mais de 10 mil) e Paulínia (9 mil) foram responsáveis pelos maiores ganhos populacionais na região. Ainda nessa década, os Municípios de Itapira, Vinhedo, Jaguariúna, Santo Antonio de Posse e Artur Nogueira haviam registrado saldos negativos.

Tabela 20

Evolução da População Total por Municípios segundo os seus Componentes
Região de Governo de Campinas
1970/1980

Áreas	População Total		Crescimento Absoluto			Crescimento Relativo (%)		Taxa de Crescimento
	1970	1980	Total	Vegetativo	Migratório (*)	Vegetativo	Migratório	1970/1980
RG. Campinas	770497	1407236	636739	205589	431150	32.29	67.71	6.21
Americana	66316	122004	55688	20577	35111	36.95	63.05	6.29
Artur Nogueira	10171	15941	5770	1590	4180	27.56	72.44	4.60
Campinas	375864	664559	288695	102948	185747	35.66	64.34	5.86
Cosmópolis	12110	23232	11122	3557	7565	31.98	68.02	6.73
Indaiatuba	30537	56234	25700	7449	18251	28.98	71.02	6.30
Itapira	39036	47929	8893	7343	1550	82.57	17.43	2.07
Jaguariúna	10391	15210	4819	5575	-756	115.69	-15.69	3.88
Mogi-Guaçu	42710	73549	30839	10698	20141	34.69	65.31	5.59
Mogi-Mirim	36301	50634	14333	7438	6895	51.89	48.11	3.38
Monte Mor	7960	14020	6060	1979	4081	32.66	67.34	5.82
Nova Odessa	8336	21893	13557	2341	11216	17.27	82.73	10.14
Paulínia	10708	20755	10047	3419	6628	34.03	65.97	6.84
Pedreira	15053	21383	6330	3003	3327	47.44	52.56	3.57
St. B. D'Oeste	31018	76621	45603	7629	37974	16.73	83.27	9.46
St.A. da Posse	7799	10872	3073	1800	1273	58.57	41.43	3.38
Sumaré	23074	101834	78760	8541	70219	10.84	89.16	16.01
Valinhos	30775	48922	18174	6298	11849	34.65	65.20	4.74
Vinhedo	12338	21641	9303	3404	5899	36.59	63.41	5.78

Fonte: Fundação SEADE. Arquivo Demográfico.

Fundação IBGE, Censo Demográfico de 1970 e 1980.

(*) Saldo Migratório obtido através do Método das Estatísticas Vitais, com correção de subregistros de nascimentos e óbitos segundo o local de residência.

Já na década de 70, apenas Jaguariúna continuou exibindo saldo migratório negativo, porém baixo (756 pessoas). Campinas registrou o mais elevado, 185.747 pessoas, seguido por Sumaré, que aumentou em mais de seis vezes seu saldo migratório, passando para 70.219 pessoas. Vários outros municípios também apresentaram acréscimos expressivos em seus saldos migratórios, como Santa Bárbara D'Oeste (que passou de um saldo de 2.603 pessoas, nos anos 60, para 37.974, na década de 70), além daqueles que passaram de saldos negativos para positivos: Artur Nogueira, Itapira, Vinhedo e Santo Antonio de Posse.

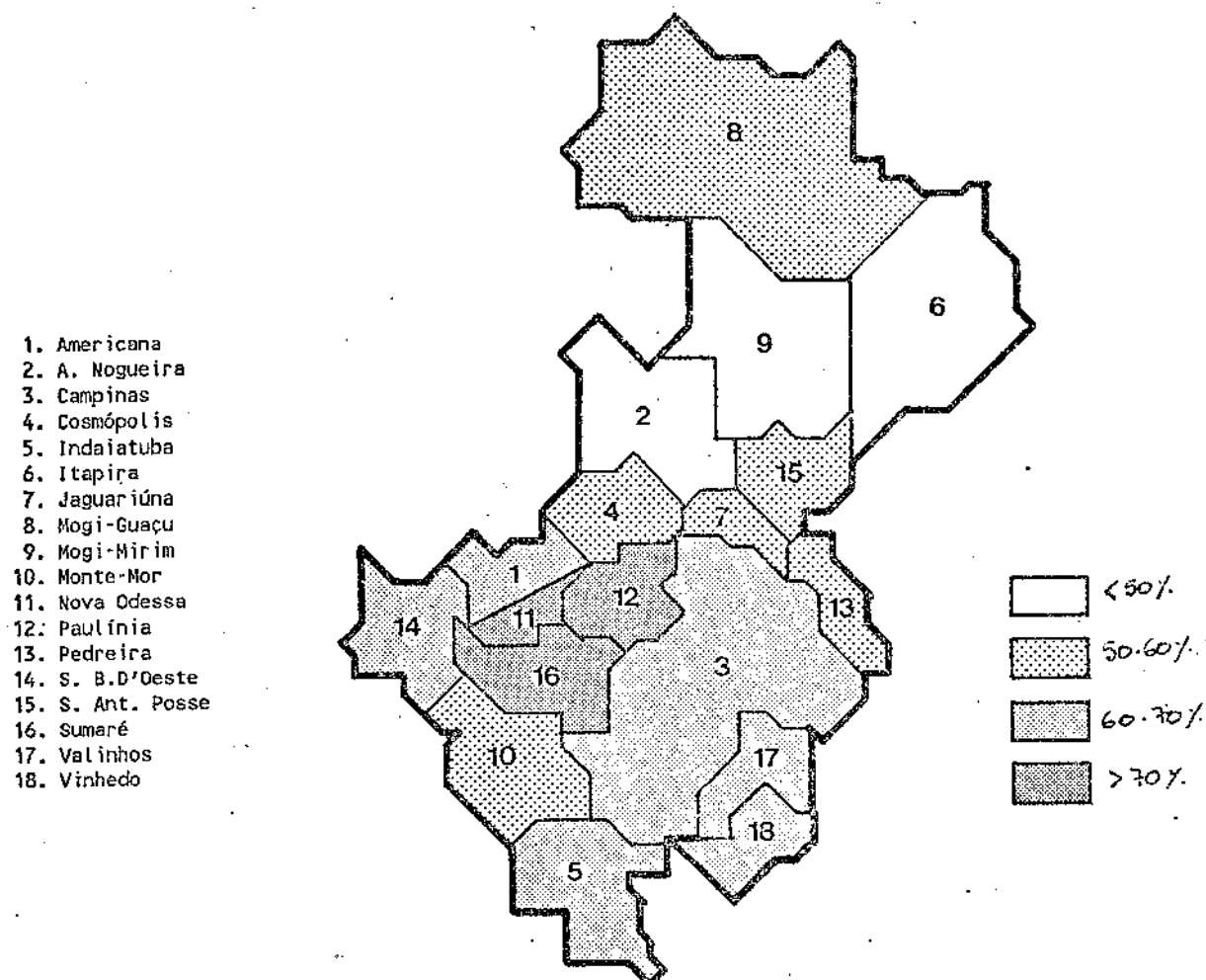
O elevado volume migratório observado na Região de Governo de Campinas contribuiu para o aumento da população não-natural nos municípios da região (Tabela 21). Apenas três municípios apresentaram, em 1980, menos de 50% de pessoas não-naturais na população total: Artur Nogueira, Itapira e Mogi-Mirim. Os municípios que registraram maiores percentuais de pessoas não-naturais, em 1980, encontravam-se no entorno do Município de Campinas: Sumaré, com 81,4%; Nova Odessa, 76,6%; e Paulínia, com 70,1%. Esses municípios desempenhavam papéis importantes na dinâmica regional, quer como "cidade-dormitório", caso de Sumaré, ou como "cidade-planejada" para a instalação do pólo petroquímico, caso de Paulínia (Mapa 7).

Tabela 21
População Total e População Não-Natural.
Municípios da RG de Campinas.
1970 e 1980.

Municípios	População Total		População Não-Natural		Proporção População Não-Natural / População Total (%)	
	1970	1980	1970	1980	1970	1980
Americana	66316	122004	40269	80454	60.72	65.94
Artur Nogueira	10171	15941	3101	7635	30.49	47.90
Campinas	375864	664559	197677	403250	52.59	60.68
Cosmópolis	12110	23232	4518	12656	37.31	54.48
Indaiatuba	30537	56234	15453	34827	50.60	61.93
Itapira	39036	47929	10988	14734	28.15	30.74
Jaguariúna	10391	15210	5541	8384	53.32	55.12
Mogi-Guaçu	42710	73549	20461	43236	47.91	58.79
Mogi-Mirim	36301	50634	12543	21967	34.55	43.38
Monte Mor	7960	14020	2464	8029	30.95	57.27
Nova Odessa	8336	21893	5138	16769	61.64	76.60
Paulínia	10708	20755	6732	14549	62.87	70.10
Pedreira	15053	21383	7591	11757	50.43	54.98
St. B. D'Oeste	31018	76621	11471	49402	36.98	64.48
St.A. da Posse	7799	10872	2598	5427	33.31	49.92
Sumaré	23074	101834	14684	82905	63.64	81.41
Valinhos	30775	48922	15188	29374	49.35	60.04
Vinhedo	12338	21641	5373	12803	43.55	59.16

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1970 e 1980.

Mapa 7
Participação da População Não-Natural
Região de Governo de Campinas
1980



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980.

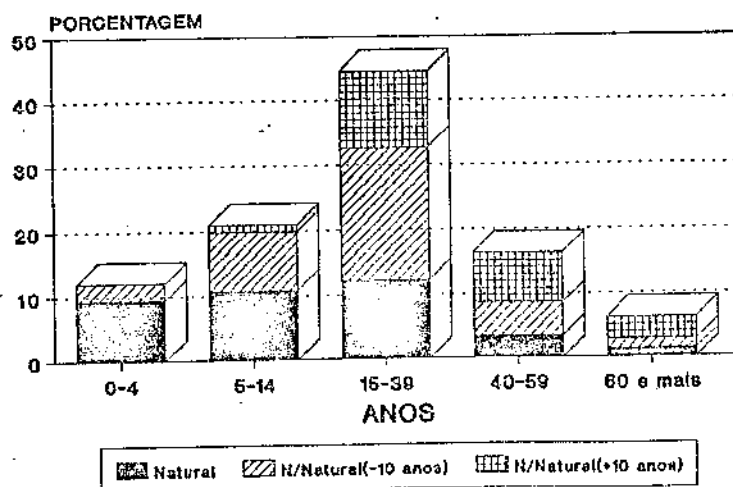
O Gráfico 8 ilustra a grande proporção da população não-natural da Região de Governo de Campinas ^{15/}, em 1980. A maior proporção de pessoas naturais da região concentrava-se no grupo etário de 0 a 4 anos, respondendo por 9% do total da população nessa faixa de idade. É importante ressaltar aqui os

^{15/}

Neste caso considerou-se apenas a população não-natural da Região, ou seja, que tenha como local de nascimento, municípios diferentes daqueles que compõem a Região de Governo de Campinas.

efeitos indiretos da migração na estrutura etária; boa parte dessas crianças nascidas na região são filhos de migrantes. A participação de não-naturais com menos de dez anos de residência na região, nesse grupo etário, apresentou-se pouco expressiva, indicando maior participação de jovens e migração de famílias com filhos de maior idade. De fato, o grupo etário de 5 a 14 anos expressou maior participação de não-naturais com menos de dez anos de residência, chegando a registrar 9% do total do grupo etário na população regional; percentual bastante próximo ao registrado pela população natural desse grupo, que foi de 11%. A população não-natural com mais de dez anos de residência na região ainda representava participação discreta nesse grupo de idade.

Gráfico 8
População por Grupos de Idade segundo a Condição de Naturalidade.
R.G. de Campinas
1980



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1980;
Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1991.

No grupo de 15 a 39 anos de idade a população não-natural com menos de dez anos de residência registrou maior participação no total da população, chegando a representar 46% da população nesse grupo etário. A população não-natural com mais de dez anos de residência na região, bem como a população natural, concentraram maior participação nesse grupo de idade. Trata-se também de considerar que dada as profundas transformações na estrutura etária da população, principalmente em função da queda da fecundidade, esse é o grupo etário com maior proporção de população.

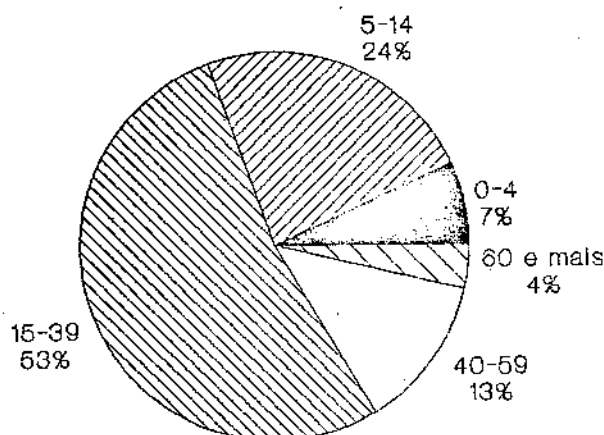
No grupo etário de 40 a 59 anos houve maior participação da população não-natural com mais de dez anos de residência na região, que representou 48% no total da população desse grupo. A condição de naturalidade da população nesse grupo etário ilustra a importância da migração na região em décadas anteriores e na de 70, tanto que a população natural representava apenas 21% no total populacional desse grupo.

Representando 6% da população total da região, o grupo de 60 anos e mais também apresentou maior participação da população não-natural com mais de dez anos de residência na região, representando 55% da população nesse grupo. A população não-natural com menos de dez anos de residência, nesse grupo etário, apresentou a menor proporção dentre os demais grupos. De fato, a população com 60 e mais anos representou apenas 4% do total dos migrantes chegados na Região de Governo de Campinas na década de 70. O maior volume imigratório concentrou-se nas idades

produtivas, particularmente no grupo de 15 a 39 anos que respondeu por 53% do movimento (Gráfico 9).

A Região de Governo de Campinas recebeu, nos anos 70, cerca de 445 mil migrantes, dos quais 60,1% provinham de fluxos intra-estaduais e 38,7% de outros estados (Tabela 22).

Gráfico 9
Migrantes segundo Grupos de Idade
R.G. de Campinas
1970/1980



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1980;
Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1991.

O movimento interestadual registrou um volume de 172.318 migrantes. O Estado do Paraná foi responsável por mais da metade desse fluxos, seguido por Minas Gerais (25% do movimento interestadual), Mato Grosso do Sul (4,7%) e Bahia (3,8%). Embora o maior contingente migratório proveniente do Estado do Paraná tenha se concentrado no Município de Campinas, (49% do total dessa migração), o Município de Sumaré também recebeu expressivo contingente, absorvendo 14,5% dos migrantes paranaenses que se dirigiram para essa área. A emigração desencadeada das áreas do

Paraná chegou a quase 1,2 milhão de pessoas, na década de 70 (CAMARANO & PERILLO, 1986), da qual a Região de Governo de Campinas recebeu pouco mais de 7%.

O esgotamento da fronteira agrícola do Paraná, no início dos anos 70, provocou mudanças nos padrões de redistribuição da população brasileira (MARTINE & CAMARGO, 1984), reforçando a tendência de migração da população rural para cidades mais dinâmicas. Do total do movimento migratório proveniente do Estado do Paraná para a Região, o fluxo rural-urbano respondeu por 42%, seguido pelo movimento urbano-urbano (35%) e pelo rural-rural (16%)(Tabela 23).

Considerando os outros principais estados de residência anterior - Minas Gerais e Mato Grosso do Sul -, o movimento migratório urbano-urbano foi mais expressivo, representando mais da metade do movimento total. O fluxo rural-urbano chegou a registrar 37% do movimento migratório da Bahia, 30% do de Minas Gerais e 29% da migração proveniente de Mato Grosso do Sul. Trata-se de regiões onde o contingente de população nas áreas rurais ainda era bastante elevado em 1970. Chama a atenção a elevada proporção de migrantes provenientes desses estados que se dirigiram às áreas rurais da região. Pode-se supor que migrantes com trajetórias em áreas rurais e provenientes de regiões menos urbanizadas ainda preferiram tentar viver no campo; além do problema na definição de rural.

Tabela 22
Principais Volumes Migratórios Interestaduais e Inter-regional.
RG de Campinas.
1970/1980.

Procedência	Total	%
Total Geral	444879 (*)	100.00
Estado de São Paulo	267668 (60.17%)	100.00
R.M. São Paulo	67185	25.10
R.G. Adamantina	10600	3.96
R.G. Andradina	11108	4.15
R.G. Aracatuba	8485	3.17
R.G. Dracena	8860	3.31
R.G. Jales	13250	4.95
R.G. Jundiaí	8646	3.23
R.G. Marília	9154	3.42
R.G. Piracicaba	8378	3.13
R.G. P. Prudente	10332	3.86
R.G. S.J. Boa Vista	11590	4.33
Outras Regiões	100081	37.39
Outros Estados	172318 (38.73%)	100.00
Reg. Sudeste (-SP)	48089	27.91
Minas Gerais	42759	24.81
Espírito Santo	661	0.38
Rio de Janeiro	4669	2.71
Região Norte	1073	0.62
Região Nordeste	19033	11.04
Bahia	6467	3.75
Outros Estados	12566	7.29
Região Sul	90598	52.58
Paraná	88101	51.13
Outros Estados	2497	1.45
Reg. Centro-Oeste	13525	7.85
Mato Grosso	8095	4.70
Outros Estados	5430	3.15
Brasil s/ específico.	21	0.005
Exterior	3214	0.72
Sem declaração	1658	0.37

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980; Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1989..

(*)Exclui a migração intra-regional.

Embora o volume migratório recebido do Estado do Rio de Janeiro pela Região de Governo de Campinas não tenha sido muito expressivo, ilustra a heterogeneidade do processo de urbanização e de redistribuição da população brasileira. Sendo o Rio de Janeiro um estado essencialmente urbano, o movimento urbano-

urbano representou 88% do total da migração que se dirigiu à Região de Governo de Campinas.

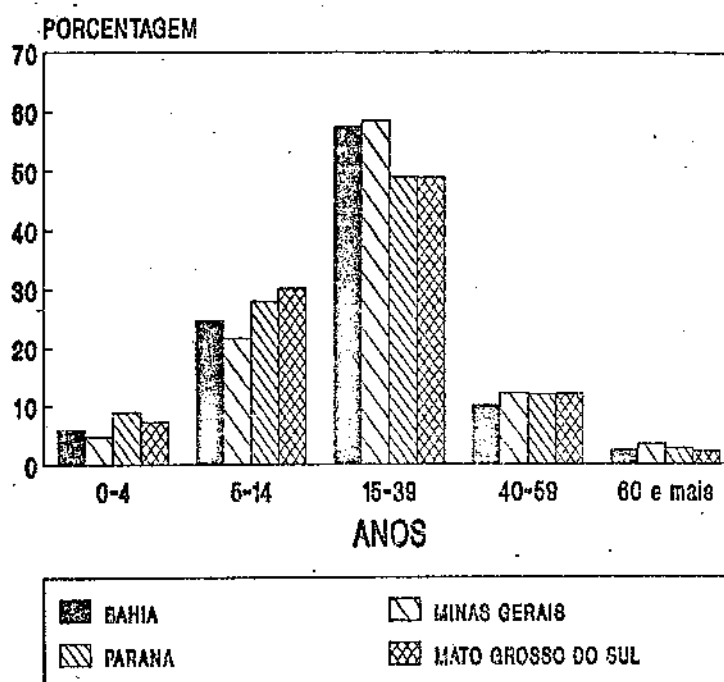
A distribuição etária dos principais fluxos interestaduais concentrou-se no grupo etário de 15 a 39 anos, em média 50% da migração procedente desses estados, destacando-se os Estados de Minas Gerais e Bahia (Gráfico 10). No grupo etário de 0 a 4 anos as proporções mais elevadas eram as do Paraná e Mato Grosso do Sul; como fossem áreas com enorme esvaziamento do campo na década de 70, possivelmente a emigração dessas regiões tenha sido do tipo familiar, já que as maiores proporções de migrantes no grupo de 5 a 14 anos de idade também foram registradas por esses estados.

Tabela 23
Movimento Migratório Interestadual segundo a Situação Domiciliar Anterior e Atual.
RG de Campinas.
1970/1980.

Principais UF de Residência anterior	Participação do Movimento Migratório (%)				
	Total	Urbano- Urbano	Urbano- Rural	Rural- Urbano	Rural- Rural
Paraná	89823	35.36	6.40	42.14	15.89
Minas Gerais	43514	55.03	5.07	29.89	9.55
Mato Grosso do Sul	8418	52.73	8.85	28.78	9.59
Bahia	6590	45.16	4.20	37.22	13.42
Rio de Janeiro	4745	88.32	4.18	4.44	2.94
Total Interestadual	175744	47.30	5.99	34.31	12.40

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980; Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1989.

Gráfico 10
Migrantes Interestaduais segundo Grupos de Idade e
principais UF de Residência Anterior
R.G. de Campinas
1970/1980



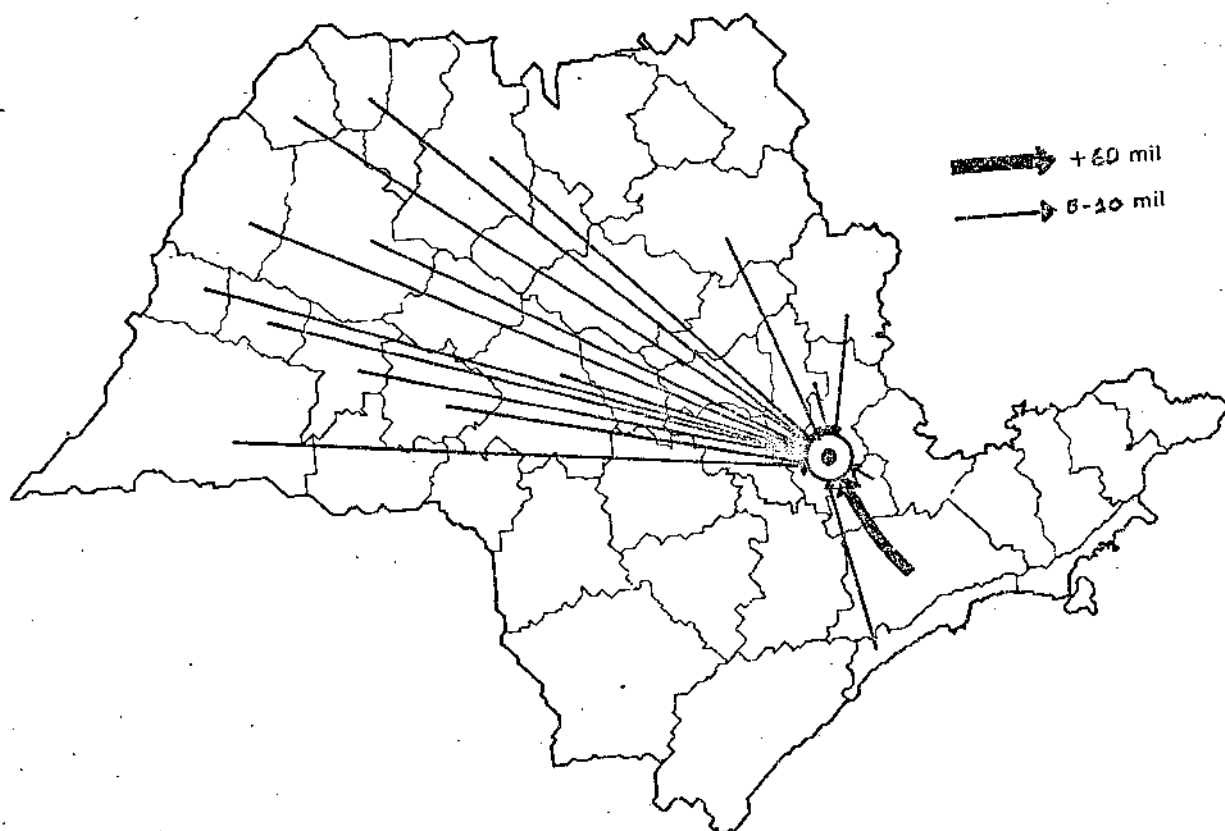
Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1980;
Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1991.

No contexto estadual, a Região de Governo de Campinas recebeu mais de 267 mil migrantes provenientes das demais Regiões de Governo do Estado (Tabela 22). O principal volume migratório em direção a essa área teve como procedência a Região Metropolitana de São Paulo, de onde saíram mais de 60 mil pessoas em direção à Região de Governo de Campinas, representando 25% do movimento migratório para a área (Mapa 8).

Dentre as regiões de governo, os fluxos mais expressivos foram provenientes das regiões situadas a oeste do Estado, respondendo por 27% do movimento inter-regional para a

Região. Cerca de 70 mil pessoas deixaram essas áreas em direção à Região de Governo de Campinas, principalmente das regiões de Jales, Andradina, Adamantina, Presidente Prudente, Marília e Araçatuba. Volumes menores foram registrados pelos fluxos migratórios que partiram de regiões próximas, como Jundiaí, Piracicaba, Limeira e São João da Boa Vista (Tabela 22).

Mapa 8
Principais Fluxos Migratórios Inter-regionais
Região de Governo de Campinas
1970/1980



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980; Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1989.

Destacando-se os principais volumes migratórios para a Região de Governo de Campinas, observa-se que tanto os migrantes interestaduais como os inter-regionais possuíam, em 1980, baixos níveis de instrução escolar. Vale ressaltar, no entanto, que os migrantes provenientes da cidade de São Paulo, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul registraram proporções mais elevadas de migrantes com curso superior em relação aos demais locais de procedência (Anexo 3).

Nas migrações inter-regionais, observam-se dois tipos de movimentos migratórios segundo o grau de instrução. O primeiro, composto pelos fluxos provenientes de todas as regiões de governo (com exceção das do oeste) e da Região Metropolitana de São Paulo, embora apresentasse alta concentração de migrantes com pouco ou nenhum grau de escolaridade, registrou maiores proporções de migrantes com instrução acima do 2º grau (incluindo o colegial médio), particularmente os da Região Metropolitana de São Paulo (15,5% de seus migrantes). O segundo tipo referia-se aos fluxos das regiões do oeste paulista, com acentuada proporção de migrantes com nenhuma instrução e até o 1º grau, 94% da população migrante.

Tais movimentos diferenciavam-se também pela situação domiciliar do migrante no local de residência anterior; a maior parte dos fluxos chegados das regiões situadas a oeste do Estado teve como origem o meio rural (48,2%) , onde o nível de escolaridade, é historicamente bem mais baixo. Aliás, 50% do volume migratório rural-urbano para a Região de Governo de

Campinas teve como procedência as regiões do oeste paulista (Tabela 24).

Do total do movimento migratório inter-regional, o movimento urbano-urbano foi responsável por 62,3%, destacando-se o fluxo recebido da Região Metropolitana de São Paulo. O movimento rural-urbano participou com 26,8%, onde, além das regiões do oeste, as regiões próximas a Região de Governo de Campinas (com volumes superiores a 5 mil pessoas) também registraram volumes significativos. A participação do movimento rural-rural ocupou a terceira posição no total da migração recebida na Região de Campinas - 6,46% do total - destacando-se os fluxos que vieram das regiões do Interior. Finalmente, o fluxo urbano-rural apresentou menor proporção no total do movimento migratório, 4,49%. À primeira vista, chama a atenção que o maior fluxo urbano-rural, considerando essas subdivisões regionais, fosse procedente da Região Metropolitana de São Paulo. No entanto, além do problema na definição de meio rural, a Região de Campinas já se destacava pelo grande número de chácaras em condomínios fechados para população de alta renda, particularmente em Valinhos e Vinhedo.

A distribuição etária dos migrantes, agrupados segundo os três grandes fluxos - Região Metropolitana de São Paulo, regiões do oeste e regiões próximas - indicava também maior participação da população migrante, na região, no grupo etário de 15-39 anos (Gráfico 11).

Tabela 24
Movimento Migratório Inter-regional segundo a Situação Domiciliar Anterior e Atual
RG de Campinas
1970/1980

Movimento Migratório	Principais Áreas de Residência Anterior				Total
	Regiões do Oeste (1)	Regiões Próximas (2)	Região Metropolitana São Paulo	Outras	
Rural-Urbano (%)	36225 50.24	16682 23.14	3883 5.38	15315 21.24	72105 100
Urbano-Urbano (%)	42584 25.41	29736 17.75	56975 34	38278 22.84	167573 100
Rural-Rural (%)	6020 34.65	5840 33.61	1132 6.51	4383 25.22	17375 100
Urbano-Rural (%)	2889 23.91	2097 17.36	5563 46.04	1533 12.69	12082 100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980; Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1990.

(1) Adamantina, Andradina, Araçatuba, Dracena, Fernandópolis, Jales, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Tupã, Votuporanga (Fluxos migratórios superiores a 5 mil pessoas).
(2) Barretos, Bragança Paulista, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, São João da Boa Vista, Sorocaba (Fluxos migratórios superiores a 5 mil pessoas).

É interessante observar que a distribuição etária dos migrantes intra-estaduais para a Região de Governo de Campinas apresentou maior participação do grupo de 40 a 59 anos e de 60 anos e mais que a dos migrantes interestaduais. Pode-se supor que a migração de curta distância envolvesse maior volume de migrantes nos grupos etários adulto e idoso.

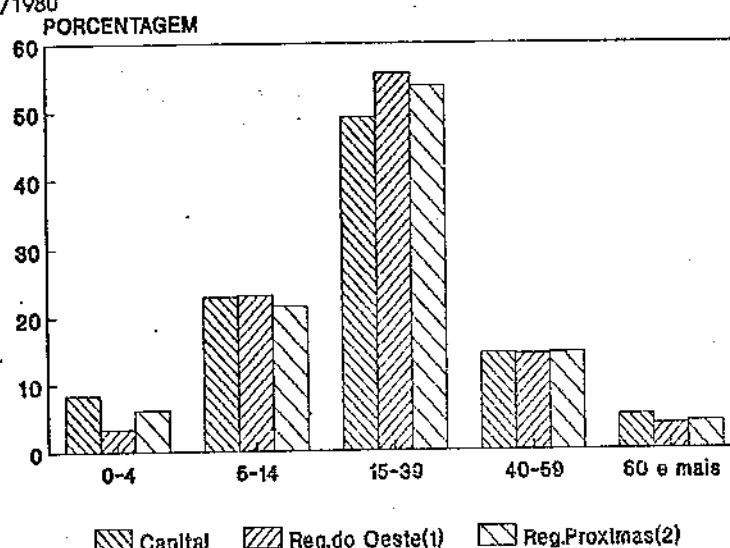
Há que se considerar também que nesse processo a migração de retorno ^{16/} vem assumindo certa importância. Considerando esses dois grupos etários (40 a 59 anos e 60 anos e

^{16/}

Considera-se migrante de retorno a pessoa natural de determinada área que migrou e voltou ao local de nascimento durante a década de 70.

mais), a migração de retorno inter-regional, embora pequena, foi responsável por 4,2% do total da migração nessas idades. Esse tipo de movimento migratório parece envolver também a migração familiar; 6,8% da migração do grupo de 0 a 14 anos deveu-se aos migrantes de retorno.

Gráfico 11
Migrantes Inter-regionais segundo Grupos de Idade e
Residência Anterior(RGs)
R.G. de Campinas
1970/1980



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1980;

Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1991.

(1) Adamantina, Andradina, Araçatuba, Dracena, Fernandópolis, Jales, Marília, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, Tupã, Votuporanga (Fluxos migratórios superiores a 5 mil pessoas).

(2) Barretos, Bragança Paulista, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, São João da Boa Vista, Sorocaba (Fluxos migratórios superiores a 5 mil pessoas).

No grupo etário de 15 a 39 anos se reforçava a tendência da participação de não-naturais, particularmente com menos de dez anos de residência, uma vez que a migração de retorno nesse grupo representava apenas 1,97% da migração total. A migração de retorno respondeu por 2,28% do total do movimento

migratório para a Região de Governo de Campinas, correspondendo a 10.050 pessoas.

Embora a Região de Governo de Campinas tenha recebido muitos migrantes na década de 70, registrou também fluxo emigratório de 92 mil pessoas em direção às demais áreas do Estado, principalmente para a Região Metropolitana de São Paulo, que recebeu 23% desse movimento, e para as regiões vizinhas como Jundiaí (que recebeu 9,8% dessa emigração), Limeira (7,0%), Piracicaba (6,7%) e Sorocaba (5,7%). Vale ressaltar, no entanto, que, nas trocas populacionais estabelecidas com todas as regiões, Campinas obteve saldo positivo.

A migração recebida pela Região de Governo de Campinas contribuiu significativamente para o seu crescimento econômico-populacional, tanto os movimentos migratórios de regiões menos dinâmicas como aqueles provenientes da Região Metropolitana de São Paulo. A confluência de uma migração da classe média composta por técnicos e cientistas de elevada qualificação - empregados nas indústrias de alta tecnologia, nos Centros de Pesquisa da UNICAMP, PUCC, TELEBRÁS, Instituto Agrônômico, entre outros - com uma migração da população de baixa renda, geralmente absorvida pelas atividades da indústria da construção civil e pelo setor terciário, impulsionou o dinamismo e a integração das atividades econômicas regionais.

Se, de um lado, esse processo consolidou uma região economicamente forte no Estado, de outro, os efeitos da acelerada

expansão urbana, da política habitacional adotada - que buscava áreas cada vez mais distantes dos centros urbanos e desprovidas de mínimas condições de infra-estrutura urbana para implantação de núcleos habitacionais - e da crise econômica configuraram um cenário em que as condições de vida da população de baixa renda, em particular a população migrante, vem sofrendo enorme deterioração.

Os problemas habitacionais, de saneamento, transporte, educação e nos serviços de saúde que se manifestaram na Região expressam características peculiares às grandes concentrações metropolitanas. A Região de Campinas, ao mesmo tempo que assiste a um intenso processo de expansão econômica e de ocupação territorial, reproduz fenômenos que têm caracterizado o processo de urbanização no Brasil, particularmente o de "metropolização" e o de "periferização" de sua população.

Migração e Metropolização

Constituindo-se na mais importante área na rota da interiorização do desenvolvimento no Estado, a Região de Campinas reforçou, nos anos 80, seu papel de centralidade em relação às demais regiões do Interior pela "localização na cidade e região de importante segmento fabril voltado para a agricultura; pela tendência a estabelecerem-se na cidade (sede) escritórios e divisões administrativas das grandes empresas interiorizadas;

pela implantação de grandes unidades de comércio, serviços e intermediação financeira ligadas à produção industrial e agrícola localizadas no Interior; pelo crescimento de diversificado segmento de comércio varejista e de serviços em expansão" (ZIMMERMANN & SEMEGHINI, 1988:65).

Em 1989, o governo estadual propôs a oficialização da Região Metropolitana de Campinas, ainda em discussão. A criação dessa área vem sendo amplamente discutida, particularmente em virtude do pouco conhecimento que se tem sobre os nexos dinâmicos entre os municípios que a compõem. Do ponto de vista demográfico, no entanto, o componente migratório é um dos elementos fundamentais para o conhecimento do processo de metropolização em Campinas. A estruturação da área, a distribuição espacial da população e o processo de crescimento, expansão e ocupação do novo território metropolitano não podem ser entendidos sem o fenômeno migratório.

Dentre os critérios e parâmetros para definição das áreas metropolitanas no Interior, elaborados pela Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. - EMPLASA (1990), o componente migratório é fundamental tanto para os critérios demográficos quanto estruturais e de integração (Anexo 4).

Segundo a proposta da EMPLASA, a Região Metropolitana de Campinas compreenderá 13 municípios: Americana, Campinas, Cosmópolis, Indaiatuba, Monte-Mor, Nova Odessa, Jaguariúna,

Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Valinhos e Vinhedo. Estudo recente da Prefeitura Municipal de Campinas ^{17/} propõe a inclusão de Artur Nogueira e Santo Antônio da Posse. De acordo com o Escritório Regional de Planejamento de Campinas (CAR-SEPLAN) os Municípios de Mogi-Mirim, Mogi-Guaçu e Itapira (que compõem a Região de Governo de Campinas) formariam uma microrregião específica ^{18/}. Tem-se utilizado como a Área Metropolitana de Campinas as 15 cidades propostas pela Prefeitura Municipal.

. Reorganização da População no Espaço Metropolitano

Os municípios da Região de Governo de Campinas revelaram, nos anos 70, expressivo crescimento urbano associado à elevada conurbação, principalmente no eixo da Via Anhangüera. O avanço do processo de metropolização da região nesse período se evidenciou com indícios de uma relativa desconcentração populacional do município-sede (Campinas) em relação aos municípios vizinhos.

Em 1970, o Município de Campinas concentrava 49% da população da Região de Governo, proporção que baixou para 47% em 1980. Quando se considera a futura Região Metropolitana de

^{17/} PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS (1991).

^{18/} ESCRITÓRIO REGIONAL DE PLANEJAMENTO CAMPINAS (1991).

Campinas esse decréscimo apresentou-se mais expressivo: de 58% em 1970, para 54%, em 1980. Essa diminuição ocorreu em função do aumento da participação de outros municípios no total da população regional. O Município de Sumaré, por exemplo, concentrava 3,0% da população da Região de Governo, em 1970, elevando esse percentual para 7,2%, em 1980, e 3,5% da população metropolitana em 1970, passando para 8,2% em 1980. Santa Bárbara D'Oeste, que participava com 4,0% da população regional, em 1970, aumentou essa proporção para 5,4%, em 1980. Os demais municípios também aumentaram sua participação, porém em menores proporções (Tabela 25). Embora quase a metade da população da região estivesse concentrada no município-sede (Mapa 9), as características que vinham assumindo os municípios vizinhos, como a formação de municípios-dormitório, reforçaram a tendência ao processo de metropolização.

As taxas de crescimento populacional dos municípios no entorno de Campinas também apresentaram-se superiores (Tabela 25). Este é um dos aspectos que começou a marcar a estruturação da Região Metropolitana de Campinas, e que também caracterizou a formação da Região Metropolitana de São Paulo e de outras metrópoles ^{19/}.

O Município de Campinas passou de uma taxa de crescimento populacional de 5,5% a.a., na década de 60, para 5,9% a.a., nos anos 70, enquanto Sumaré, que já apresentava taxa de

^{19/}

No caso da Região Metropolitana de São Paulo, esse processo já é indicado na década de 70 por Singer (1973b).

crescimento superior à de Campinas nos anos 60, de 8,0% a.a., passou para 16,0% no período 1970-80. O Município de Santa Bárbara D'Oeste, de uma taxa de crescimento de 3,2% a.a., passou a 9,5% a.a.; e Vinhedo, de taxa negativa de crescimento populacional (0,65% a.a.), ultrapassou a taxa positiva de 5% a.a.

Tabela 25
População Total, Participação Relativa e Taxa de Crescimento
RG de Campinas e RM de Campinas
1970 e 1980

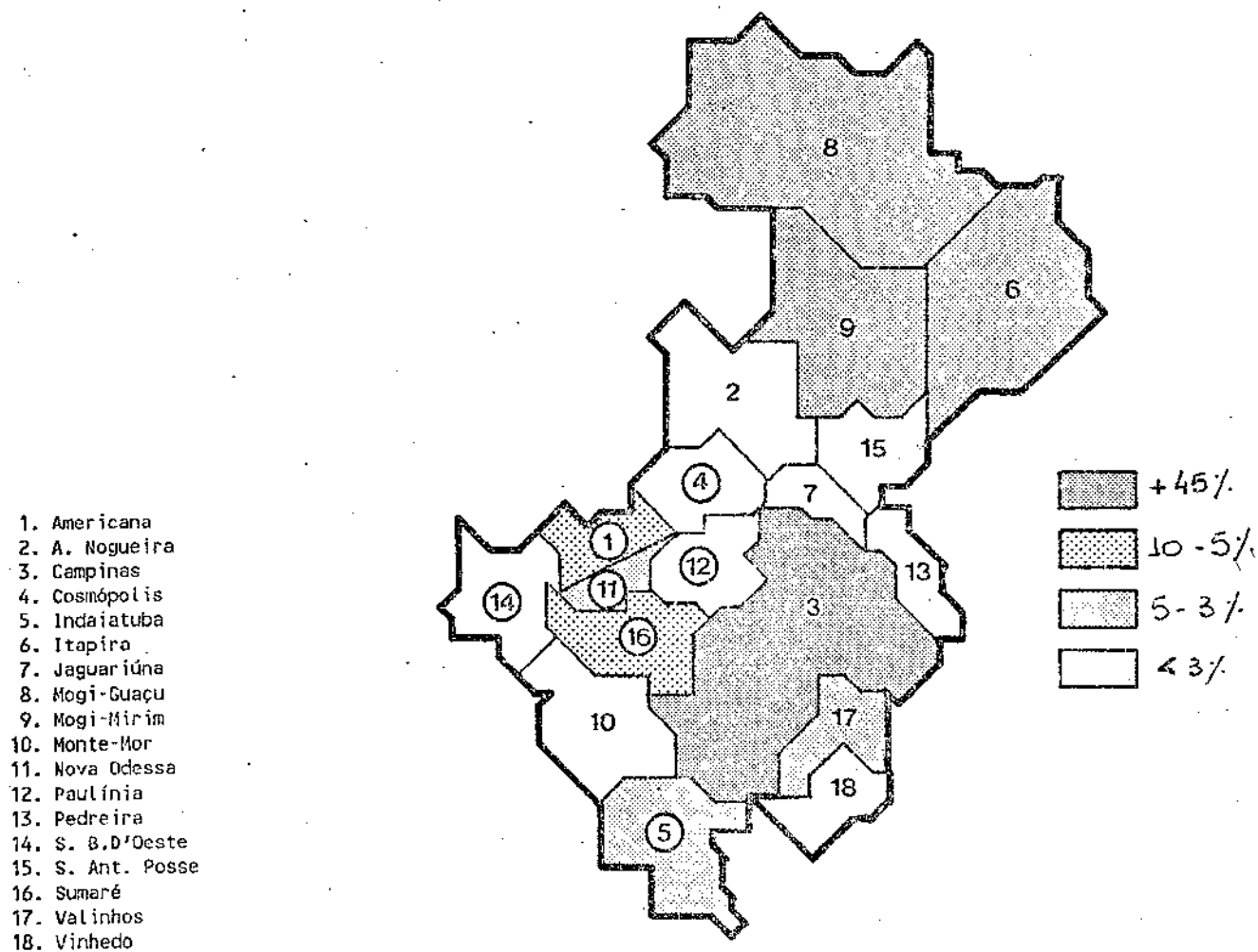
Municípios	População Total		Distribuição Relativa (%)				Taxas de Crescimento (%a.a.)	
	1970	1980	1970		1980		1960-1970	1980-1980
			RG	RM	RG	RM		
RG de Campinas	770497	1407236	100.00	-	100.00	-	4.74	6.21
RM de Campinas	652450	1235124	-	100.00	-	100.00	5.12	6.59
Americana	66316	122004	8.61	10.16	8.67	9.88	5.77	6.29
A.Nogueira	10171	15941	1.32	1.56	1.13	1.29	2.16	4.60
Campinas	375864	664559	48.78	57.61	47.22	53.80	5.54	5.86
Cosmópolis	12110	23232	1.57	1.86	1.65	1.88	3.25	6.73
Indaiatuba	30537	56234	3.96	4.68	4.00	4.55	4.48	6.30
Itapira	39036	47929	5.07	-	3.41	-	0.71	2.07
Jaguariúna	10391	15210	1.35	1.59	1.08	1.23	1.98	3.88
Mogi-Guaçu	42710	73549	5.54	-	5.23	-	5.65	5.95
Mogi-Mirim	36301	50634	4.71	-	3.60	-	2.71	3.38
Monte-Mor	7960	14020	1.03	1.22	1.00	1.14	2.33	5.82
Nova Odessa	8336	21893	1.08	1.28	1.56	1.77	3.86	10.14
Paulínia	10708	20755	1.39	1.64	1.47	1.68	-	6.84
Pedreira	15053	21383	1.95	2.31	1.52	1.73	3.21	3.57
S.B.D'Oeste	31018	76621	4.02	4.75	5.44	6.20	3.21	9.46
S.A.Posse	7799	10872	1.01	1.20	0.77	0.88	3.17	3.38
Sumaré	23074	101834	2.99	3.54	7.24	8.24	8.03	16.01
Valinhos	30775	48922	3.99	4.72	3.48	3.96	5.33	4.74
Vinhedo	12338	21641	1.60	1.89	1.57	1.75	-0.65	5.78

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1960, 1970 e 1980.

Essa forma de crescimento da Região de Governo de Campinas, particularmente dos municípios que formarão sua área metropolitana, teve como eixo dois processos: a expulsão da população de baixa renda para áreas cada vez mais distantes - com menor valor de solo urbano em relação às áreas mais centrais e precários sistemas de infra-estrutura e equipamentos sociais - e

a industrialização de grande parte dos municípios da Região, além de Campinas, com importante peso no emprego industrial do Estado (FUNDAÇÃO SEADE, 1990b).

Mapa 9
Distribuição Populacional (%)
Região de Governo de Campinas
1980



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980.

O crescimento populacional que ocorreu nesses municípios foi resultado da intensificação dos fluxos migratórios que para eles se dirigiram, provenientes de outros estados e de outras regiões paulistas, bem como da própria Região de Campinas (Tabela 26).

Tabela 26
Movimento Migratório Interestadual, Intra-estadual e Intra-regional
Municípios da RG de Campinas
1970/1980

municípios	Movimento Migratório				Participação Relativa (%)		
	Total (*) (A)	Inter- Estadual (B)	Intra- Estadual (**) (C)	Intra- Regional (D)	B/A	C/A	D/A
Americana	46408	9232	33629	3547	19.89	72.46	7.64
A.Nogueira	5081	1767	2330	984	34.78	45.86	19.37
Campinas	226724	91619	122810	12295	40.41	54.17	5.43
Cosmópolis	9063	2629	3934	2500	29.01	43.40	27.58
Indaiatuba	22419	6925	12812	2682	30.89	57.15	11.96
Itapira	5795	1971	2798	1026	34.01	48.28	17.70
Jaguariúna	4709	1161	1564	1984	24.65	33.21	42.13
Mogi-Guaçu	24649	10082	10798	3769	40.90	43.81	15.29
Mogi-Mirim	11122	3587	4298	3237	32.25	38.64	29.10
Monte-Mór	6335	1294	3086	1955	20.43	48.71	30.86
Nova Odessa	12628	2656	5329	4643	21.03	42.20	36.77
Paulínia	10416	3280	3749	3387	31.49	36.00	32.52
Pedreira	5249	1828	2764	657	34.83	52.66	12.52
S.B.D'Oeste	37370	6909	18938	11523	18.49	50.68	30.83
S.A.Posse	2922	674	1207	1041	23.07	41.31	35.63
Sumaré	71027	19746	26279	25002	27.80	37.00	35.20
Valinhos	16217	4839	7121	4257	29.84	43.91	26.25
Vinhedo	7928	2119	4222	1587	26.73	53.25	20.02
Total	526062	172318	267668	86076	32.76	50.88	16.36

Fonte: IBGE, Censo demográfico de 1980, Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1989.

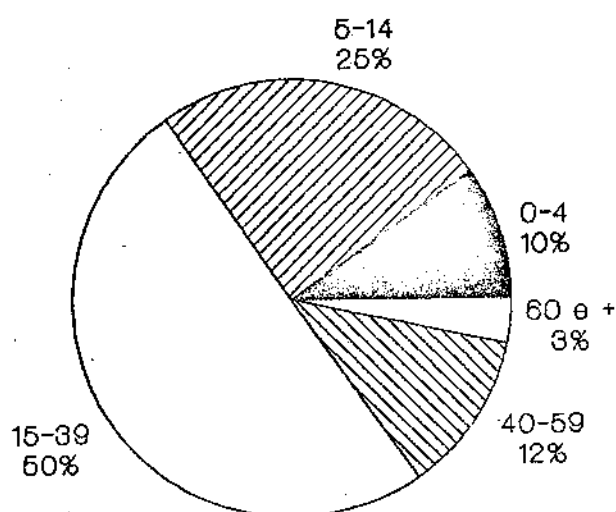
(*) Exclui a migração do exterior, sem especificação e sem declaração.

(**) Exclui a migração intra-regional.

De fato, a migração intra-estadual apresentou maior peso relativo no total do movimento migratório na maioria dos municípios da Região de Governo de Campinas, destacando-se Americana, Indaiatuba, Campinas, Pedreira, Santa Bárbara D'Oeste e Vinhedo, ultrapassando 50%.

A migração intra-regional mostrou-se acentuada, nos anos 70; cerca de 86 mil pessoas declararam ter mudado de município, pelo menos uma vez, na década. A distribuição etária dos migrantes intra-regionais se assemelhou à dos migrantes intra-estaduais, onde o grupo de 15 a 39 anos destacou-se registrando 50,4% do total desses migrantes (Gráfico 12).

Gráfico 12
Migrantes Intra-Regionais segundo Grupos de Idade
R.G. de Campinas
1970/1980



Fonte: IBGE. Censo Demográfico, 1980;
Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1990.

Os movimentos intra-regionais chegaram a representar mais de 30% no total da migração de alguns municípios, como Jaguariúna, Nova Odessa, Sumaré, Santa Bárbara D'Oeste, Paulínia, Santo Antônio da Posse e Monte-Mor. Esses municípios já vinham adquirindo características específicas no processo de expansão e ocupação regional. O dinamismo dessas áreas está relacionado à proximidade de um pólo industrial, passando a desempenhar funções importantes para a economia regional. O dinamismo gerado a partir

de grandes investimentos (instalação da refinaria de petróleo, indústrias de ponta, centros de desenvolvimento tecnológicos, agroindústrias de cítricos e de cana etc.) propiciou dentro da própria Região o surgimento de eixos de expansão econômico-populacionais. Os municípios vizinhos a Campinas passaram a compor a dinâmica regional, seja como áreas de expansão industrial e de insumos industriais ou como áreas para localização habitacional, propiciando intenso processo de conurbação.

Uma caracterização bastante simplificada dos municípios da Região de Governo de Campinas segundo seu Valor de Transformação Industrial (VTI), Valor da Produção Agropecuária (VPA), Valor da Receita no Comércio e nos Serviços e inserção da População Economicamente Ativa (PEA) por setor de atividade, em 1980, fornece algumas indicações da estrutura econômica da região. É importante enfatizar que todos os municípios abrigavam importantes indústrias; "a diferença do que se verifica em muitas regiões metropolitanas do país, ali não se estabeleceu a configuração de um pólo desenvolvido com um conjunto de 'satélites' (...) Ao contrário, mercê, por um lado, de seu dinamismo no crescimento industrial e na atração das empresas modernas e, por outro, das potencialidades de uma importante base agrícola, puderam os municípios da área manter feições econômicas e sociais próprias que interagem com o centro regional, integrando-se ao seu dinamismo" (GONÇALVES & SEMEGHINI, 1987:30).

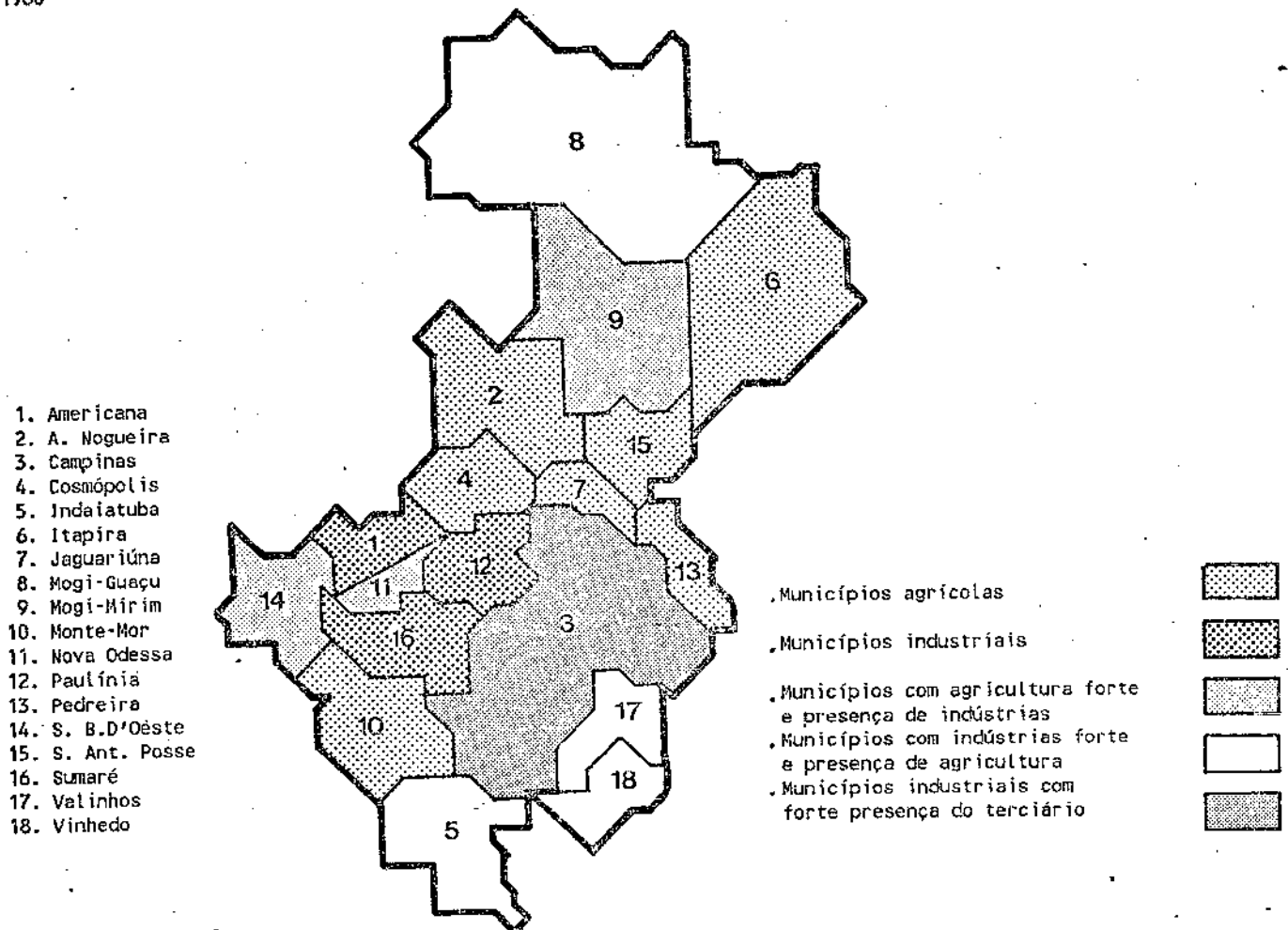
O Mapa 10 ilustra a concentração dos três setores de atividades num corredor que vai de Campinas a Santa Bárbara D'Oeste. A maioria dos municípios da Região de Governo de Campinas apresentaram, em 1980, a maior parte da PEA inserida no setor secundário da economia, com as exceções de Artur Nogueira, Monte-Mor e Santo Antônio da Posse, onde destacou-se a PEA primária. Nos anos 80 consolidou-se a tendência a maior crescimento industrial dos municípios de porte intermediário e pequeno e a maior especialização terciária em Campinas.

É bastante difícil indicar os "municípios-dormitório" da região pela simples caracterização econômica, uma vez que todas as cidades da área abrigavam importantes indústrias. A espacialização dos migrantes recentes na área, no entanto, pode indicar cidades-dormitório ou potencialmente dormitório. Através da Tabela 27 observa-se que os mais elevados percentuais da população com menos de dez anos de residência nos municípios da área encontravam-se, em 1980, em Sumaré (86% de migrantes com menos de dez anos de residência no total das pessoas não-naturais), caracterizada como cidade-dormitório; em Monte-Mor, que destacou-se pela presença de atividades agrícolas e já recebera, nos anos 70, fluxo migratório expressivo do Município de Campinas; além de municípios como Santa Bárbara D'Oeste e Nova Odessa, nos quais parte da população migrante compõe os "movimentos pendulares", como se verá a seguir.

O breve panorama econômico dos municípios da região permite compreender melhor os processos migratórios verificados

em Campinas, uma vez que os deslocamentos populacionais apresentaram características distintas em suas direções e sentidos.

Mapa 10
Caracterização dos Municípios segundo suas Atividades Econômicas
Região de Governo de Campinas]
1980



Fonte: IBGE, Censos Demográfico, Industrial, Agrícola, Comercial e de Serviços de 1980.

Tabela 27

Pessoas Não-Naturais do Município de Residência Atual segundo tempo de Residência 1980

Municípios	Total Não-Natural (A)	Total Não-Natural < 10 anos (B)	Total Não-Natural < 5 anos (C)	Participação relativa (%)		
				B/A	C/A	C/B
Americana	80454	46607	33148	57.93	41.20	71.12
A.Nogueira	7635	5091	4178	66.68	54.72	82.06
Campinas	403250	230464	167732	57.15	41.60	72.78
Cosmópolis	12656	9091	6747	71.83	53.31	74.22
Indaialuba	34827	22438	18424	64.43	52.90	82.11
Itapira	14734	5912	4352	40.12	29.54	73.61
Jaguariúna	8384	4758	3872	56.75	46.18	81.38
Mogi-Guaçu	43236	24661	19022	57.04	44.00	77.13
Mogi-Mirim	21967	11137	8807	50.70	40.09	79.08
Monte-Mór	8029	6335	5446	78.90	67.83	85.97
Nova Odessa	16769	12636	10278	75.36	61.29	81.34
Paulínia	14549	10445	7738	71.79	53.19	74.08
Pedreira	11757	5256	4425	44.71	37.64	84.19
S.B.D'Oeste	49402	37556	31178	76.02	63.11	83.02
S.A.Posse	5427	2922	2486	53.84	45.81	85.08
Sumaré	82905	71311	62864	86.02	75.83	88.15
Valinhos	29374	16392	12910	55.80	43.95	78.76
Vinhedo	12803	7943	6271	62.04	48.98	78.95

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980.

O intenso processo de urbanização na região contribuiu para que 68,4% da migração intra-regional apresentasse o meio urbano como residência anterior e atual (Tabela 28). A migração com origem nas áreas rurais também foi bastante expressiva, destacando-se o fluxo migratório rural-urbano, que respondeu por 16% do total da migração intra-regional. Embora a migração rural-rural tenha participado com apenas 9,6% do movimento intra-regional, nos municípios agrícolas da área apresentou-se bastante elevada, como em Santo Antônio da Posse, onde a migração rural-rural intra-regional foi responsável por 51,9% do total; Monte-Mor, com 41,4%; Artur Nogueira, com 34,1%; Jaguariúna, com 32,5%; e Itapira, que apresentou 27,8%. Nesses municípios encontravam-se também as maiores proporções da migração urbana-rural no contexto intra-regional. As principais correntes rural-rural

estabeleceram-se entre Campinas, Indaiatuba, Jaguariúna, Vinhedo, Sumaré e Monte-Mor.

Tabela 28

Movimento Imigratório Intra-Regional segundo a Situação Domiciliar Anterior e Atual no Município de Residência
R.G. de Campinas
1970/1980

Município de Residência atual	Total Intra-Regional	Movimentos Migratórios (%)			
		U-U	R-R	R-U	U-R
Americana	3547	73.11	1.04	25.12	0.40
A.Nogueira	984	24.60	34.13	24.25	16.68
Campinas	12295	58.06	13.05	20.89	7.73
Cosmópolis	2500	51.43	16.02	23.93	8.62
Indaiatuba	2682	59.35	16.46	16.43	7.48
Itapira	1026	32.37	27.77	18.40	21.45
Jaguariúna	1984	38.76	32.46	14.48	14.16
Mogi-Guaçu	3769	56.82	9.70	29.90	3.59
Mogi-Mirim	3237	56.88	8.63	30.95	3.18
Monte-Mor	1955	17.66	41.43	9.04	31.73
Nova Odessa	4643	77.14	7.09	6.68	8.92
Paulínia	3387	70.57	7.66	18.73	2.74
Pedreira	657	45.64	4.72	47.64	2.00
S.B.D'Oeste	11523	89.33	1.86	7.45	1.32
S.A.Posse	1041	14.94	51.87	17.37	15.50
Sumaré	25002	85.32	1.93	10.38	2.24
Valinhos	4257	50.74	21.04	11.40	16.64
Vinhedo	1587	47.89	5.18	44.96	1.97
Total	86076	68.36	9.63	16.02	5.99

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980; Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1990.

O movimento migratório urbano-urbano foi mais expressivo nos municípios com forte presença de indústrias e agroindústrias e naqueles com acentuada presença de migrantes, como Sumaré, Santa Bárbara D'Oeste e Paulínia.

Essa tendência crescente de movimentos migratórios urbano-urbano refletiu, indiscutivelmente, as alterações ocorridas na estrutura produtiva do Estado e, conseqüentemente,

da Região. É preciso ressaltar, no entanto, os processos embutidos nesses movimentos urbano-urbano, uma vez que refletiam:

- o próprio processo de industrialização e modernização agrícola, que gerou empregos no setor terciário, no "setor informal" e nas atividades da indústria da construção civil no meio urbano;
- a urbanização crescente da mão-de-obra rural, ou seja, os 'bóias-frias', que passaram a viver nas periferias das cidades. O complexo agroindustrial existente na Região de Campinas permitiu que essa população, residente no meio urbano, oscilasse entre o mercado de trabalho rural e o urbano pouco qualificado, porém sem se tornar assalariada, implicando, para parcela considerável da população, precárias condições de vida; e
- o problema do déficit habitacional e da especulação imobiliária, tornando inviável para a população de baixa renda a moradia em áreas de grande valorização. Essa população tendeu a se instalar nas cidades ao redor do município central e dos subcentros regionais, muitas das quais se tornaram, então, cidades-dormitório, caracterizando os movimentos pendulares.

Na Região de Governo de Campinas, a intensificação do movimento urbano-urbano transformou o espaço, gerando um dos

Na Região de Governo de Campinas, a intensificação do movimento urbano-urbano transformou o espaço, gerando um dos processos mais marcantes da Região Metropolitana de São Paulo: o de "periferização" da população de baixa renda.

A importância da migração intra-regional fica evidente, quando se observa a sua participação no total do movimento intra-estadual (Tabela 29). Na maioria dos municípios da Região de Governo de Campinas ultrapassou 30%, sendo que na capital regional (Campinas) esta proporção não chegou aos 10%. Na verdade, os movimentos intra-regionais contribuíram significativamente para o crescimento dos demais municípios da região.

Isso pode ser melhor entendido quando se considera os processos envolvidos na "periferização" da população na região. O processo de "expulsão" de população do Município de Campinas para os municípios limítrofes ou próximos já havia sido constatado na década de 70: Campinas foi responsável por mais de 50% dos migrantes intra-regionais domiciliados nos principais municípios considerados para constituírem a área metropolitana (Tabela 29).

O volume emigratório desencadeado a partir do Município de Campinas alcançou valores expressivos, chegando a representar 84% no total da migração intra-regional de Sumaré; 79% da de Indaiatuba; 75% da de Paulínia; 69% da de Valinhos; 59% da de Pedreira e de Monte-Mor; e 55% da de Jaguariúna. Estes

municípios, limítrofes ao Município de Campinas, receberam com maior intensidade esse "repasse" populacional do município-sede.

Tabela 29
Movimento Migratório Intra-Regional
Municípios da R.G. de Campinas e da RM de Campinas
1970/1980

Município de Residência atual	Movimento Imigratório			Participação Relativa (%)	
	Total intra-Estadual (*) (A)	Intra-Regional (B)	Do Município de Campinas (C)	B/A	C/B
Americana	37176	3547	1481	9.54	41.75
A.Nogueira	3314	984	216	29.69	21.95
Campinas	135105	12295	-	9.10	-
Cosmópolis	6434	2500	956	38.86	38.24
Indaiatuba	15494	2682	2127	17.31	79.31
Itapira	3824	1026	296	26.83	28.85
Jaguariúna	3548	1984	1084	55.92	54.64
Mogi-Guaçu	14567	3769	631	25.87	16.74
Mogi-Mirim	7535	3237	458	42.96	14.15
Monte-Mor	5041	1955	1149	38.78	58.77
Nova Odessa	9972	4643	349	46.56	7.52
Paulínia	7136	3387	2525	47.46	74.55
Pedreira	3421	657	388	19.20	59.06
S.B.D'Oeste	30461	11523	580	37.83	5.03
S.A.Posse	2248	1041	123	46.31	11.82
Sumaré	51281	25002	21044	48.75	84.17
Valinhos	11378	4257	2943	37.41	69.13
Vinhedo	5809	1587	475	27.32	29.93
Total RG	353744	86076	36825	24.33	42.78
Total RM	327818	78044	35440	23.81	45.41

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980; Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1989.

(*) Inclui a migração intra-regional.

Esse fenômeno parece indicar que o Município de Campinas serviu de etapa intermediária entre a procedência e a direção final dos migrantes que chegaram a Região de Campinas. A etapa seguinte, que assumiu diversas configurações, foi a "expulsão" da população de baixos rendimentos, incluindo tanto os migrantes mais pobres como os naturais do município, para as áreas de mais baixo valor do solo urbano. O empobrecimento da

população - consequência da deterioração do poder de compra dos salários que já se prenunciava no final da década de 70 - aliado ao importante fluxo migratório que a Região recebeu nessa década, intensificou o processo de "periferização".

A intensidade desse processo se manifestava através da "perda" populacional do Município de Campinas para os demais municípios da área (Mapa 11), marcando a formação do espaço urbano-metropolitano, no qual os limites municipais passam a ser considerados, cada vez mais, apenas como divisão político-administrativo.

Do total dos movimentos migratórios, nos anos 70, na Região de Governo de Campinas, 29% destinaram-se ao Município de Sumaré, 13,3% para Santa Bárbara D'Oeste e 13,5% para Campinas. O Município de Campinas recebeu migrantes de todos os demais municípios da área, porém seu volume emigratório foi bem maior, respondendo por 41,6% da emigração intra-regional, principalmente em direção a Sumaré (mais de 20 mil pessoas), Valinhos (2.800), Paulínia (2.500) e Indaiatuba (2.000) (Tabela 30). No balanço dessas trocas migratórias, o Município de Campinas chegou a apresentar um saldo negativo de quase 24 mil pessoas, ou seja, "perdeu" população para a maioria dos municípios da região, enquanto Sumaré apresentou nas trocas populacionais saldo positivo de 22 mil pessoas (Tabela 31).

Para se ter uma idéia da magnitude desse processo de "expulsão" da população para as demais áreas na região, basta

observar que do total da migração intra-regional, nos anos 70, 41,6% saíram do núcleo (Campinas) para a "periferia"; 45% das pessoas mudaram entre os municípios da "periferia"; e apenas 13,4% foram dos municípios da "periferia" para o núcleo.

Mapa 11
Balanço das Trocas Populacionais com o Município de Campinas
Região de Governo de Campinas
1970/1980

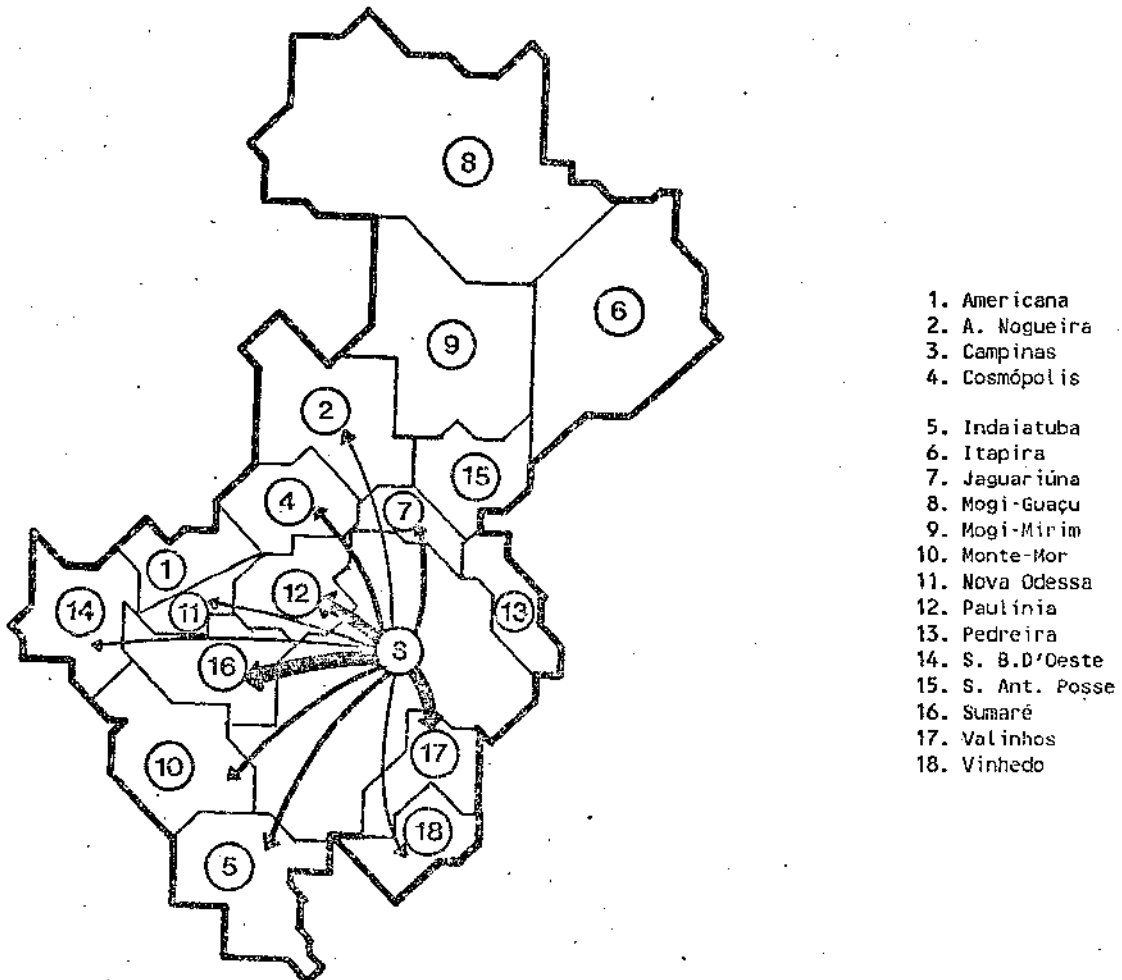


Tabela 30
Principais Fluxos Migratórios Intra-Regionais
R.G. de Campinas
1970/1980

Destino	Origem		
	Municípios	Absoluto	%
Americana	Total	3547	100.00
	Campinas	1481	41.75
	S.B.D'Oeste	749	21.12
	Nova Odessa	555	15.65
	Outros Municípios	762	21.48
A.Nogueira	Total	984	100.00
	Jaguariúna	235	23.88
	Campinas	216	21.95
	Cosmópolis	215	21.85
	Mogi-Mirim	207	21.04
	Outros Municípios	111	11.28
Campinas	Total	12295	100.00
	Valinhos	1791	14.57
	Americana	1715	13.95
	Sumaré	1160	9.43
	Indaiatuba	1125	9.15
	Mogi-Mirim	1062	8.64
	Outros Municípios	5442	44.26
Cosmópolis	Total	2500	100.00
	Campinas	956	38.24
	Paulínia	739	29.56
	A.Nogueira	451	18.04
	Outros Municípios	354	14.16
Indaiatuba	Total	2682	100.00
	Campinas	2127	79.31
	Monte-Mor	204	7.60
	Outros Municípios	351	13.09
Itapira	Total	1026	100.00
	Mogi-Mirim	428	41.71
	Campinas	296	28.85
	Mogi-Guaçu	248	24.17
	Outros Municípios	54	5.26
Jaguariúna	Total	1984	100.00
	Campinas	1084	54.64
	S.Ant.Posse	261	13.16
	Pedreira	190	9.58
	Itapira	137	6.90
	Outros Municípios	312	15.73
Mogi-Guaçu	Total	3769	100.00
	Mogi-Mirim	1909	50.65
	Itapira	764	20.27
	Campinas	631	16.74
	Outros Municípios	465	12.34
Mogi-Mirim	Total	3237	100.00
	Itapira	1272	39.30
	Mogi-Guaçu	805	24.87
	Campinas	458	14.15
	S.Ant.Posse	316	9.76
	Outros Municípios	386	11.92

(cont.)

(cont.)

Monte-Mor	Total	1955	100.00
	Campinas	1149	58.77
	Sumaré	266	13.61
	Indaiatuba	219	11.20
	S.B.D'Oeste	121	6.19
	Outros Municípios	200	10.23
Nova Odessa	Total	4643	100.00
	Americana	3394	73.10
	Sumaré	693	14.93
	Campinas	349	7.52
	Outros Municípios	207	4.45
Paulínia	Total	3387	100.00
	Campinas	2525	74.55
	Cosmópolis	297	8.77
	Americana	212	6.26
	Sumaré	154	4.55
	Outros Municípios	199	5.87
Pedreira	Total	657	100.00
	Campinas	388	59.06
	Jaguariúna	213	32.42
	Outros Municípios	56	8.52
S.B.D'Oeste	Total	11523	100.00
	Americana	10244	88.90
	Campinas	580	5.03
	Nova Odessa	252	2.19
	Outros Municípios	447	3.88
S.Ant.Posse	Total	1041	100.00
	Jaguariúna	420	40.34
	Mogi-Mirim	386	37.08
	Campinas	123	11.82
	Outros Municípios	112	10.76
Sumaré	Total	25002	100.00
	Campinas	21044	84.17
	Americana	1084	4.34
	Paulínia	692	2.77
	Nova Odessa	551	2.20
	Outros Municípios	1631	6.52
Valinhos	Total	4257	100.00
	Campinas	2943	69.13
	Vinhedo	743	17.45
	Outros Municípios	571	13.41
Vinhedo	Total	1587	100.00
	Valinhos	833	52.49
	Campinas	475	27.93
	Outros Municípios	279	17.58

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980; Tábulações Especiais, Fundação SEADE, 1989.

Essa movimentação interna da população na Região de Governo de Campinas indica que as principais correntes migratórias se estabeleceram entre os 15 municípios propostos pela Prefeitura Municipal para comporem a Região Metropolitana de

Campinas: Valinhos, Vinhedo, Indaiatuba, Campinas, Paulínia, Sumaré, Santa Bárbara D'Oeste, Nova Odessa, Americana, Cosmópolis, Jaguariúna, Artur Nogueira, Santo Antônio da Posse, Pedreira e Monte-Mor (Mapa 12).

Tabela 31
Movimento Migratório Intra-Regional
R.G. de Campinas
1970/1980

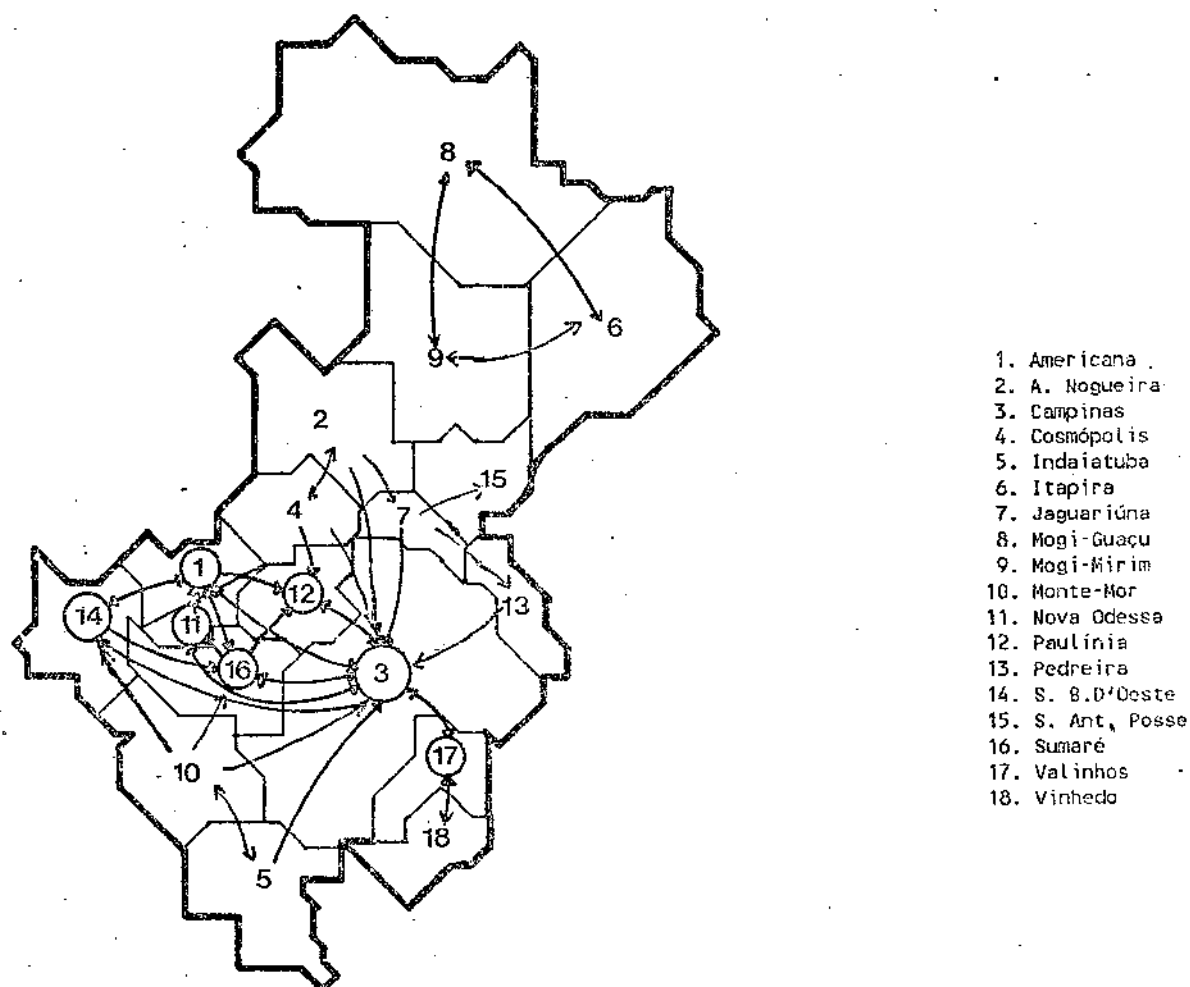
Municípios	Volumes		
	Imigração	Emigração	Trocas Líquidas
Americana	3547	16871	-13324
A.Nogueira	984	954	30
Campinas	12295	35836	-23541
Cosmópolis	2500	1090	1410
Indaiatuba	2682	2305	377
Itapira	1026	3103	-2077
Jaguariúna	1984	2469	-485
Mogi-Guaçu	3769	2131	1638
Mogi-Mirim	3237	4312	-1075
Monte-Mor	1955	1433	522
Nova Odessa	4643	1659	2984
Paulínia	3387	2363	1024
Pedreira	657	1036	-379
S.B.D'Oeste	11523	1604	9919
S.A.Posse	1041	1178	-137
Sumaré	25002	3053	21949
Valinhos	4257	3198	1059
Vinhedo	1587	1481	106
Total	86076	86076	-

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980.

Na configuração do espaço metropolitano emerge a importância de subcentros na área. Considerando-se a Região de Governo em seu conjunto, a sede regional redistribuiu população principalmente para os municípios limítrofes, onde Sumaré destaca-se como cidade-dormitório. Americana, constituindo o segundo pólo industrial da região, recriou sua própria "periferia", "expulsando" população para seus municípios

limitrofes. Nas trocas líquidas populacionais intra-regionais, Americana registrou elevado saldo negativo (mais de 13 mil pessoas); estes fluxos dirigiram-se, principalmente, para Santa Bárbara D'Oeste, Nova Odessa e Sumaré.

Mapa 12
Principais Correntes Migratórias
Região de Governo de Campinas
1970/1980



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980; Tabulações Especiais; Fundação SEADE, 1989.

Considerando a Região de Governo, Mogi-Guaçu constituiu importante centro local para os Municípios de Mogi-Mirim e Itapira, apresentando nas trocas líquidas populacionais um saldo positivo de 1.600 pessoas. Ressalte-se que, ao contrário de Americana, Mogi-Guaçu não constitui subcentro regional; sua importância reside na influência local que exerce sobre os municípios limítrofes. Já Americana, devido seu processo histórico de crescimento econômico e populacional, figurava em 1980 como a segunda maior cidade da Região, expandindo seu crescimento em direção a Santa Bárbara D'Oeste.

A configuração de subcentros regionais pode ser melhor caracterizada através do movimento pendular que para eles se dirige diariamente ^{20/}. Aliás, um dos impactos mais fortes da redistribuição da população na Região refletiu-se no surgimento e intensificação desses deslocamentos populacionais na área.

Esse tipo de movimento envolveu, particularmente, pessoas não-naturais dos municípios da área, em especial as pessoas com menos de dez anos de residência nessas localidades (Tabela 32). Tanto nos movimentos inter-regionais como nos intra-regionais a proporção da população natural, que registrou esse tipo de movimento, foi menor.

É importante considerar, nesse contexto, que mais da metade da população desses municípios era não-natural e

^{20/}

Considera-se como migrante pendular a pessoa que, em 1980, declarou trabalhar ou estudar em município diferente daquele de residência atual, independentemente de sua condição de naturalidade no município de residência.

encontrava-se em idade ativa. Mesmo assim, cabe destacar a elevada participação das pessoas não-naturais com menos de dez anos de residência nos movimentos pendulares: no caso de Santa Bárbara D'Oeste, 70% da sua população migrante, com procedência na própria região, registrou deslocamentos pendulares; em Sumaré a proporção chegou a 48%. Isso reforça o surgimento desse movimento no processo de urbanização como elemento importante no processo de expansão e ocupação territorial e como fator de integração do mercado regional.

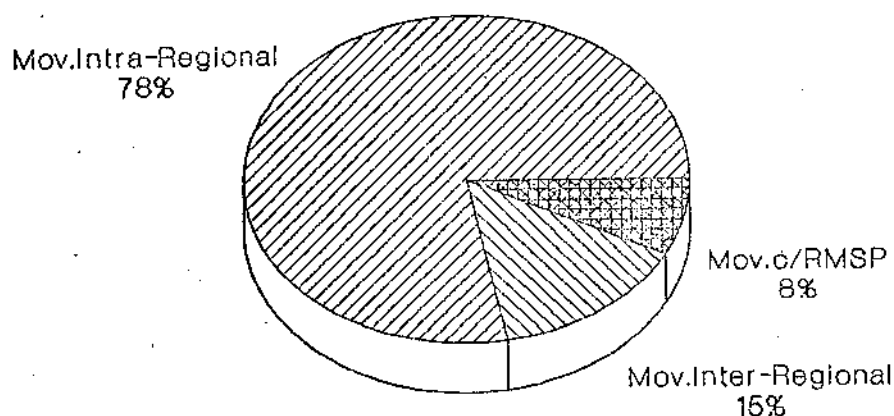
Considerando-se como locais de residência os municípios da Região de Governo de Campinas, o movimento pendular, tendo as demais áreas e os outros municípios da região como locais de trabalho ou estudo, registrou 73.584 pessoas, sendo bem mais expressivo no contexto intra-regional, que representou 78% do total do movimento pendular na Região de Campinas; seguem-se os movimentos com a Região Metropolitana de São Paulo e com as demais regiões de governo (Tabela 33 e Gráfico 13).

Dentre os municípios da Região, Campinas apresentou maior proporção do movimento pendular com a Região Metropolitana de São Paulo: 3.208 pessoas. De fato, estabeleceu-se um vaivém diário, principalmente constituído pela classe média, que encontrou em Campinas melhores condições de habitação e de vida.

O movimento pendular inter-regional foi bastante significativo com origem em Artur Nogueira e Americana, que mantinham fluxos pendulares principalmente com Limeira; e em

Pedreira e Santo Antônio da Posse, com Bragança Paulista. No conjunto das regiões de governo do Estado, dos municípios que compõem a Região de Governo de Campinas partem fluxos pendulares principalmente para a Região Metropolitana de São Paulo, destacando-se a Capital, além de Bragança Paulista, Jundiaí, Limeira, Piracicaba, São João da Boa Vista e Sorocaba (Anexo 5).

Gráfico 13
Movimento Pendular (local de trabalho ou estudo)
Local de Residência: Municípios da R.G. de Campinas
1980



Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980;
Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1990.

Tabela 32
Movimentos Pendulares (trabalho ou estudo) Inter-Regionais e Intra-Regionais segundo a Condicao de Naturalidade no Municipio de Residencia
Municipios da Região de Governo de Campinas
1980

Local de Residência	MOVIMENTO PENDULAR													
	Movimento Inter-Regional					Movimento Intra-Regional							TOTAL	
	Natural	N.Natural	N.Natural	Total		Natural	N.Natural	N.Natural	Total	Natural	N.Natural	N.Natural	Total	
		+10 anos	-10 anos				+10 anos	-10 anos			+10 anos	-10 anos		
Americana (%)	506	502	1047	2055	864	1308	1441	3613	1370	1810	2488	5668		
	24.62	24.43	50.95	100.00	23.91	36.20	39.88	100.00	24.17	31.93	43.90	100.00		
A.Nogueira (%)	125	35	116	276	231	71	162	464	356	106	278	740		
	45.29	12.68	42.03	100.00	49.78	15.30	34.91	100.00	48.11	14.32	37.57	100.00		
Campinas (%)	1497	1841	3063	6401	2854	4334	4580	11768	4351	6175	7643	18169		
	23.39	28.76	47.85	100.00	24.25	36.83	38.92	100.00	23.95	33.99	42.07	100.00		
Cosmopolis (%)	44	41	104	189	735	536	1635	2906	779	577	1739	3095		
	23.28	21.69	55.03	100.00	25.29	18.44	56.26	100.00	25.17	18.64	56.19	100.00		
Indaiatuba (%)	249	253	336	939	371	627	1047	2045	620	880	1383	2883		
	29.68	30.15	40.05	100.00	18.14	30.66	51.20	100.00	21.50	30.52	47.97	100.00		
Itapira (%)	242	113	50	405	341	222	108	671	583	335	158	1076		
	59.75	27.90	12.34	100.00	50.82	33.08	16.09	100.00	54.18	31.13	14.68	100.00		
Jaguaruna (%)	65	41	51	157	183	164	194	541	248	205	245	698		
	41.40	26.11	32.48	100.00	33.83	30.31	35.86	100.00	35.53	29.37	35.10	100.00		
M.Guacu (%)	65	296	318	680	493	782	932	2207	559	1078	1250	2887		
	9.56	43.53	46.76	100.00	22.34	35.43	42.23	100.00	19.36	37.34	43.30	100.00		
M.Mirim (%)	133	119	145	417	660	492	407	1559	813	611	552	1976		
	36.69	28.54	34.77	100.00	42.33	31.56	26.11	100.00	41.14	30.92	27.93	100.00		
M.Mor (%)	67	10	136	213	391	158	406	955	458	168	542	1168		
	31.45	4.69	63.85	100.00	40.94	16.54	42.51	100.00	39.21	14.38	46.10	100.00		
N.Odessa (%)	30	32	153	215	305	539	1741	2585	335	571	1894	2800		
	13.95	14.88	71.16	100.00	11.80	20.85	67.35	100.00	11.96	20.39	67.64	100.00		
Paulínia (%)	4	21	66	91	103	130	395	628	107	151	461	719		
	4.4	23.08	72.53	100.00	16.40	20.70	62.90	100.00	14.88	21.00	64.12	100.00		
Pedreira (%)	149	100	197	446	189	136	113	438	338	236	310	884		
	33.41	22.42	44.17	100.00	43.15	31.05	25.8	100.00	38.23	26.70	35.07	100.00		
S.B.D'Oeste (%)	417	283	884	1584	538	994	8011	9543	955	1277	8895	11127		
	26.32	17.87	55.81	100.00	5.64	10.42	83.95	100.00	8.58	11.48	79.94	100.00		
Sto A.Posse (%)	110	110	70	290	277	126	166	569	387	236	236	859		
	37.93	37.93	24.14	100.00	48.68	22.14	29.17	100.00	45.05	27.47	27.47	100.00		
Sumaré (%)	51	91	904	1046	283	1100	11930	13313	334	1191	12834	14359		
	4.87	8.70	86.42	100.00	2.12	8.26	89.61	100.00	2.33	8.29	89.38	100.00		
Valinhos (%)	148	160	238	546	917	756	1076	2749	1065	916	1314	3295		
	27.11	29.30	43.59	100.00	33.36	27.50	39.14	100.00	32.32	27.80	39.88	100.00		
Vinhedo (%)	129	105	124	358	225	256	262	723	354	341	386	1081		
	36.03	29.33	34.64	100.00	31.12	32.64	36.24	100.00	32.75	31.54	35.71	100.00		

Fonte: IBGE. Censo Demografico de 1980; Tabulacoes Especiais Fundacao SEADE, 1990.

Tabela 33
Movimento Pendular (Trabalho ou Estudo)
Local de Residência: Municípios da Região de Governo de Campinas
1980

Residência	Total Mig. Pendular	% Movimento Intra-regional	% Movimento com a RMSP	% Movimento Inter-Regional (*)
Total	73584	77.84	7.56	14.60
Americana	5668	63.74	5.45	30.81
A.Nogueira	740	62.70	3.78	33.52
Campinas	18169	64.77	17.66	17.57
Cosmópolis	3095	93.89	1.49	4.62
Indaiatuba	2883	70.93	7.56	21.51
Itapira	1076	62.36	11.15	26.49
Jaguariúna	698	77.51	4.01	18.48
M.Guacú	2887	76.45	5.89	17.66
M. Mirim	1976	78.90	10.78	10.32
M.Mor	1168	81.76	3.85	14.39
Nova Odessa	2800	92.32	2.00	5.68
Paulínia	719	87.34	6.12	6.54
Pedreira	884	49.55	4.07	46.38
S.B.D'Oeste	11127	85.76	1.57	12.67
S.Ant.Posse	859	66.94	4.70	28.35
Sumaré	14359	92.71	3.79	3.50
Valinhos	3295	83.43	6.62	9.95
Vinhedo	1081	66.88	5.92	27.20

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980; Tabulações Especiais,
Fundação SEADE, 1990.

(*) Exclui a RMSP

O movimento pendular na Região de Governo de Campinas, em 1980, foi de 57.277 pessoas, das quais 23% apresentaram como local de residência o Município de Sumaré, 20% o de Campinas e 17% o de Santa Bárbara D'Oeste (Tabela 34). Destacaram-se como principais locais de trabalho ou estudo os grandes centros da Região: Campinas e Americana, com volume superior a 10 mil pessoas.

Paulínia e Sumaré receberam volume pendular superior a 5 mil pessoas. Enquanto os movimentos pendulares para os centros industriais caracterizaram-se pela migração inserida, basicamente, nas atividades de baixa qualificação profissional, como as da construção civil e de serviços, os deslocamentos

pendulares para Paulínia e Sumaré pareceu envolver grupos sociais distintos, particularmente os de elevada qualificação profissional, dos quais essas cidades carecem. No caso de Paulínia, muitos dos engenheiros da Refinaria de Petróleo residem em Barão Geraldo e trabalham naquele município ^{21/}.

Através da Tabela 35 é possível verificar os principais fluxos pendulares da região, em 1980, identificando os centros para onde esse tipo de movimento se dirigiu.

O Município de Campinas recebeu diariamente cerca de 15 mil pessoas para aí trabalharem ou estudarem, procedentes de Sumaré, Paulínia, Valinhos e Vinhedo. Com volumes bem menos expressivos, os Municípios de Monte-Mor, Indaiatuba, Jaguariúna, Pedreira e Artur Nogueira contribuíram com movimentos pendulares, totalizando 3.400 mil pessoas.

Americana apresentou-se como local de trabalho/estudo para 90% do movimento pendular com origem em Santa Bárbara D'Oeste e 52% para o movimento proveniente de Nova Odessa, envolvendo volumes pendulares de mais de 10 mil pessoas.

Paulínia, Sumaré e Valinhos destacaram-se também pelo volume pendular que receberam: em média 5 mil pessoas. No caso de Paulínia, os principais fluxos foram provenientes de Campinas e Cosmópolis; para Sumaré, de Campinas, Americana, Nova Odessa e

^{21/}

Veja-se Relatório de Campo da Região de Governo de Campinas, Pesquisa "Migração no Interior do Estado de São Paulo", DAEP-Fundação SEADE/NEPO-UNICAMP, janeiro, 1991.

Monte-Mor; e Valinhos recebeu movimento pendular também de Campinas e Vinhedo.

Tabela 34
Movimentos Pendulares Intra-regionais
Região de Governo de Campinas
1980

Municípios da Região	Local de Residência		Local de Trabalho/Estudo	
	Valor absoluto	(%)	Valor absoluto	(%)
Total	57277	100.00	57277	100.00
Americana	3613	6.31	10886	19.01
A.Nogueira	464	0.81	570	1.00
Campinas	11768	20.55	21066	36.78
Cosmópolis	2906	5.07	268	0.47
Indaiatuba	2045	3.57	399	0.70
Itapira	671	1.17	367	0.64
Jaguariúna	541	0.94	1067	1.86
M.Guacú	2207	3.85	1172	2.05
M.Mirim	1559	2.72	2006	3.50
M.Mor	955	1.67	249	0.43
N.Odessa	2585	4.51	907	1.58
Paulínia	628	1.10	5577	9.74
Pedreira	438	0.76	278	0.49
S.B.D'Oeste	9543	16.66	1469	2.56
Santo A.Posse	569	0.99	236	0.41
Sumaré	13313	23.24	5539	9.67
Valinhos	2749	4.80	4024	7.03
Vinhedo	723	1.26	1197	2.09

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980; Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1990.

Desse modo, o movimento diário de pessoas que residiam em município diferente daquele de trabalho estabeleceu-se com os principais pólos industriais da Região. Cabe ressaltar que enquanto para Campinas e Americana os fluxos pendulares eram caracterizados pela inserção dessa população nas atividades do setor secundário e terciário de baixa qualificação, para Paulínia, Sumaré e Valinhos, os fluxos procedentes, principalmente de Campinas, eram compostos por mão-de-obra especializada ^{22/}.

^{22/}

Veja-se Relatório de Campo da Região de Governo de Campinas, Pesquisa "Migração no Interior do Estado de São Paulo", DAEP-Fundação SEADE/NEPO-UNICAMP, janeiro, 1991.

Tabela 35

Principais Movimentos Pendulares Intra-Regionais (local de residência-local de trabalho/estudo)
Região de Governo de Campinas
1980

Local de Residência	Principais Municípios de Trabalho/Estudo	Local de Residência	Principais Municípios de Trabalho/Estudo
Americana	Total	M.Mor	Total
	3613		955
	100.00		100.00
	Sta B.D'Oeste		Campinas
	30.92		79.37
	Campinas	N.Odessa	Sumaré
A.Nogueira	30.56		16.54
	Sumaré		outros municípios
	16.99		4.09
	N.Odessa		Total
	16.80		2585
	outros municípios		100.00
Campinas	4.73		Americana
	Total	Paulínia	52.30
	464		Sumaré
	100.00		23.21
	Jaguariúna		Campinas
	56.46		14.27
Cosmópolis	Campinas	Pedreira	Sta B.D'Oeste
	19.18		7.23
	Cosmópolis		outros municípios
	12.93		2.99
	Paulínia	Sta B.D'Oeste	Total
	6.68		628
Indaiatuba	outros municípios		100.00
	4.75		Campinas
	Total	Sto A.Posse	82.64
	11768		Cosmópolis
	100.00		5.57
	Sumaré		outros municípios
Itapira	31.30	Sumaré	11.79
	Valinhos		Total
	28.70		438
	Paulínia		100.00
	24.64	Valinhos	Campinas
	Vinhedo		55.48
M.Guaçu	3.52		Jaguariúna
	outros municípios		40.87
	11.84		outros municípios
	Total	Vinhedo	3.65
	2906		Total
	100.00		9543
Jaguariúna	Paulínia		100.00
	71.78		Americana
	A.Nogueira		90.76
	16.96		Campinas
	Campinas		3.90
	7.57	Sto A.Posse	Sumaré
M.Mirim	outros municípios		3.45
	3.69		outros municípios
	Total		1.89
	2045	Sumaré	Total
	100.00		569
	Campinas		100.00
	94.62		Jaguariúna
M.Odessa	outros municípios		60.10
	5.38		Campinas
	Total		17.75
	671		Pedreira
	100.00	Sumaré	11.95
	M.Mirim		5.45
M.Odessa	47.69		outros municípios
	Campinas		4.75
	34.13		Total
	M.Guaçu		13313
	13.56		100.00
	outros municípios		Campinas
M.Odessa	4.62		89.57
	Total		Americana
	541		3.60
	100.00		outros municípios
	Campinas		6.83
	70.98		Total
M.Odessa	Pedreira		2749
	19.41		100.00
	outros municípios		Campinas
	9.61		70.28
	Total		Vinhedo
	2207		26.70
M.Odessa	100.00		outros municípios
	M.Mirim		3.02
	67.06		Total
	Campinas		723
	14.18		100.00
	Itapira		Valinhos
M.Odessa	9.88		55.60
	outros municípios		Campinas
	8.88		42.05
	Total		outros municípios
	1559		2.35
	100.00		
M.Odessa	M.Guaçu		
	64.34		
	Campinas		
	17.25		
	Sto A.Posse		
	7.57		
M.Odessa	Itapira		
	7.18		
	outros municípios		
	3.66		

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980; Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1990.

O movimento pendular constitui, hoje, um dos mais importantes fenômenos da Região; esse tipo de movimento também diferencia-se quando consideradas as características dos municípios na divisão social do trabalho metropolitano e a inserção da população ocupada neles residente. A integração do mercado de trabalho metropolitano propicia esse fenômeno que, associado à necessidade de buscar locais de moradia mais baratos, marca o cotidiano de grande número de trabalhadores. A disponibilidade de ramificado sistema viário, na Região, permite eficiente integração do mercado de trabalho e facilita os deslocamentos residência/local de trabalho/centros de compra.

A integração do mercado regional, a expansão da mancha urbana de todos os municípios da região, a localização das indústrias ao longo das principais rodovias (Anhangüera, Bandeirantes, Dom Pedro I, Santos Dumont, Campinas Mogi-Mirim) e nas proximidades do Aeroporto de Viracopos foram fatores que impulsionaram a formação desse meio urbano-metropolitano e contribuíram para relativa desconcentração populacional do município-sede em relação aos municípios vizinhos. O crescimento de Campinas pode ser analisado como uma manifestação regional, possivelmente a mais importante em âmbito nacional, resultando no processo de metropolização, que caracteriza a urbanização no Brasil nas últimas décadas (MARTINE, 1987; TASCHNER & BÓGUS, 1986).

Considerando-se as modalidades de deslocamentos populacionais na Região de Governo de Campinas, ainda destaca-se

a migração sazonal. A mão-de-obra das culturas temporais vem do meio urbano de outros estados, particularmente de Minas Gerais, e aloja-se no meio urbano o tempo necessário para a colheita, sendo que depois regressa para seus estados de origem ^{23/}. Há também um movimento pendular sazonal com origem no meio urbano de Limeira e Piracicaba destinando-se às lavouras de cana de Santa Bárbara D'Oeste. Os movimentos migratórios sazonais emergem enquanto uma das especificidades do complexo processo de urbanização do País, contribuindo também para baixar os custos de reprodução do capital.

A década de 80 acentuou o processo de expansão regional em Campinas. Os resultados preliminares do Censo Demográfico de 1991 apontaram a continuidade desse processo. O Município de Campinas registrou em 1980-91 uma taxa de crescimento populacional de 2,04% a.a., apresentando 830 mil habitantes no momento censitário, enquanto Sumaré continuou exibindo taxa mais elevada: 7,37% a.a. Os pequenos municípios da área tiveram grande crescimento populacional nesse período, em função da implantação de importantes equipamentos urbanos nessas localidades (grandes áreas industriais, instalações comerciais e de serviços), caso de Artur Nogueira, que de 15.941 habitantes em 1980 passou a mais de 28 mil, em 1991.

^{23/}

O movimento sazonal é bastante intenso na região, especialmente no Município de Santa Bárbara D'Oeste, em função da produção de álcool e açúcar. Veja-se o Relatório de Campo da Região do Governo de Campinas da pesquisa "Migração no Interior do Estado de São Paulo" - DAEP-FSEADE/NEPO-UNICAMP, 1991.

A configuração histórico-espacial da Região de Campinas está associada ao processo de diferenciação das áreas e ao processo de ocupação do solo urbano. A gravidade do processo de crescimento das áreas vizinhas - crescimento que não vem sendo acompanhado de instalação de infra-estrutura necessária - se manifesta nas dificuldades em atender a população com equipamentos urbanos suficientes e na configuração das desigualdades sociais no espaço da futura área metropolitana ^{24/}.

Assim, uma das questões relativas à migração na Região passa a ser a espacialização das desigualdades sociais e a espacialização da presença de migrantes. Embora não se possa estabelecer uma relação direta e linear entre estas, os processos de "metropolização" e "periferização" explicam, em parte, os principais movimentos migratórios para a Região de Campinas, bem como no interior da mesma.

No anos 80 acentuou-se a tendência de conurbação em algumas direções na Região, configurando os seguintes eixos de expansão: 1) Sumaré-Monte Mor-Nova Odessa-Americana-Santa Bárbara; 2) Valinhos-Vinhedo; 3) Indaiatuba-Monte Mor; e 4) Paulínia-Cosmópolis ^{25/}. Na formação desses eixos, a localização dos conjuntos habitacionais, a estrutura viária e a localização

^{24/} No caso da Região Metropolitana de São Paulo esse processo é ricamente analisado no estudo O Jovem na Grande São Paulo, Fundação SEADE (1988).

^{25/} Veja-se Relatório de Campo da Região do Governo de Campinas, Pesquisa "Migração no Interior do Estado de São Paulo", DAEP-FSEADE/NEPO-UNICAMP, 1991 e o Relatório 5.5 da Pesquisa: São Paulo no Limiar do Século XXI - Campinas, IE-UNICAMP, nov. 1990.

de grandes equipamentos urbanos foram os fatores decisivos da expansão regional.

Esses eixos vêm se caracterizando de maneira distinta quanto à absorção da população segundo níveis de renda. O Município de Campinas caracteriza-se pela absorção de segmentos médios/altos, expandindo-se até o eixo Paulínia-Cosmópolis; no eixo de expansão de Sumaré a Santa Bárbara predomina a população de baixa renda, principalmente entre Sumaré-Monte Mor; este segmento populacional parece também caracterizar o eixo de Indaiatuba.

A continuidade do fluxo de baixa renda no contexto de menor dinamismo econômico, que marcou os anos 80, vem agravando as carências sociais, com a constituição de uma enorme zona periférica na área de contato de Campinas com Sumaré, Indaiatuba, Valinhos e Monte-Mor, bem como em Americana, Santa Bárbara D'Oeste e Nova Odessa. Nesse contexto, são crescentes e extremamente preocupantes as pressões induzidas por esse crescimento sobre os recursos naturais e o meio ambiente.

. Anos 90: sem tempo e sem espaço

A Região de Governo de Campinas vem liderando o crescimento econômico do Interior paulista nos últimos vinte anos. Com um crescimento industrial superior ao da Região

Metropolitana de São Paulo nos anos 70 (Fundação SEADE, 1990b) e com um intenso processo de modernização agrícola, a Região consolidou-se como importante pólo regional. Nos anos 80, apesar da crise econômica, o comportamento da Região ainda conseguiu ser diferenciado em relação à Capital e a outras regiões brasileiras. "Isto devido, primeiro, a capacidade da região de se engajar no 'esforço exportador' e, em segundo, a existência na região de indústrias acopladas à produção agropecuária que conseguiram ocupar espaços importantes nesse período" (SEMEGHINI, 1991:24).

O final dos anos 80 e início da década de 90 já indicam alterações nesse cenário que foi marcado por crescente dinamismo econômico. Os sintomas da crise refletem-se no desemprego, no fechamento de importantes estabelecimentos industriais, no decréscimo do ritmo de produção agrícola, principalmente em decorrência da política de exportação e de problemas na produção de cítricos e no Programa do Alcool, além do agravamento das questões sociais.

Dentre as diretrizes da política econômica nacional, o fim das políticas de incentivos regionais atingirá de forte maneira as regiões mais carentes, contribuindo para deslocamentos populacionais expressivos para a Região de Governo de Campinas. Ao mesmo tempo, a diminuição do peso do Estado na economia trará o efeito de limitar a capacidade de intervenção do poder público estadual e federal nas áreas da saúde, educação, habitação etc., ficando para o poder público municipal uma sobrecarga de demandas

sociais (SEMEGHINI, 1991; ESCRITÓRIO REGIONAL DE PLANEJAMENTO, 1991).

Na verdade, já nos anos 80, iniciaram-se progressiva desagregação do Estado planejador e perda da capacidade de o poder público gerar e implementar políticas sociais. "Do ponto de vista da questão migratória, cabe assinalar o quase desaparecimento das agências voltadas para o planejamento territorial. Na última reforma, a questão migratória foi colocada no âmbito do Ministério da Ação Social" (VAINER, 1991:8).

Nos anos 70, o planejamento territorial integrado, com a forte presença da intervenção estatal, incidiu sobre o processo de redistribuição de população no País, através de política de desenvolvimento regional, política urbana, política de colonização e da própria política de migração interna ^{26/}. Até esse período, pode-se dizer que, para o Estado, a migração era tida como importante elemento integrador dos espaços vazios à sociedade nacional, fator de expansão e crescimento industrial e, ainda, fator de consolidação de fortes economias regionais. A chegada de migrantes representava a prosperidade econômica de determinada área.

"Na época que eu cheguei aqui em 70, faltava gente para trabalhar" (E.E., migrante vindo de Londrina-PR para Campinas).

26/

Veja-se a respeito das políticas que afetaram a distribuição da população no país de 1930 até os nossos dias, Martine (1989) e veja-se, também, Vainer (1991).

Recentemente, a questão migratória, alocada no Ministério da Ação Social, "expressa o sentido que o Estado confere hoje a populações que circulam no território (...) o migrante e as migrações configuram-se do ponto de vista de políticas globais, enquanto pura questão social" (VAINER, 1991:9).

É nesse contexto que se reforça o preconceito do migrante contra o qual ações municipais isoladas configuram uma política de autodefesa. Na Região de Campinas, essa realidade já é bastante marcante, particularmente em Paulínia e no próprio município-sede.

"A recomendação da prefeitura é a de que, quando possível, devolver essas famílias ao local de origem, cedendo passes ou mesmo dinheiro para a viagem" (R. Assitente Social - Centro de Atendimento Comunitário de Paulínia).

"(...) mas, fatalmente, a situação foge do controle, muitos, vindos de Minas, Paraná e Nordeste, vêm passear na casa dos parentes e acabam ficando" (J.J. - Vereador PSB - Paulínia).

"(...) nem nós sabia que existia a cidade, né? É por causa de um conhecido que veio pra cá e foi passear lá no Paraná e falou pra gente. E o meu cunhado veio para cá na casa dele, arrumou pra nós e viemos de mudança direto" (S.T., migrante vindo do Paraná para Paulínia).

A rica Prefeitura de Paulínia, com uma das mais altas taxas de arrecadação de ICM do País, e o passado do Município (por mais de dez anos considerado Área de Segurança Nacional) resultaram numa cidade altamente institucionalizada, com vantagens marcantes em relação à maior parte das cidades brasileiras quanto à educação, à saúde e às condições de moradia.

Percebeu-se, nas entrevistas com agentes institucionais no Município, que o clima é de franca rejeição à chegada de novos migrantes.

"Até já se falou em impedir, de uma vez por todas, a permanência na cidade, pagando a viagem de volta. Mas, uma medida radical como essa implica arriscar o próprio prestígio político, ao que ninguém se atreve" (J.J., Vereador - PSB de Paulínia).

A realidade expressa pelo Município de Paulínia, além da tradição da adoção de políticas de cunho paternalista, criou a imagem de um município organizado e bem-sucedido que se vê constantemente ameaçado perante a possibilidade da entrada de novos migrantes, tanto que a proposta recente é a de construção de guaritas para cercar a cidade.

No Município de Campinas, a prática de ceder passes para viagens já é bastante comum.

"Eles me davam passes. Aí eu fiquei de Bauru a Campinas, Campinas-Bauru, Bauru-Campinas, direto. Ficava um pouco lá, um pouco aqui... eu estou definitivamente aqui, agora..." (E. - Jardim Alinça-Campinas).

O serviço de atendimento ao migrante de Campinas antigamente era denominado Sociedade Amiga dos Pobres (criada em 1979), sendo conveniada com uma sociedade filantrópica particular, com a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC), com o Governo do Estado e com a Prefeitura. Em 1989, foi inaugurado o Centro de Atendimento ao Migrante, Itinerante e Mendicante de Campinas - CAMIM, entidade responsável

pelo atendimento dessa população. Com a administração petista, o serviço foi municipalizado e recebe apoio da FEAC e do Governo do Estado. Nos demais municípios da Região de Campinas, o órgão de cadastramento de migrantes também é ligado à Prefeitura e alocado na Secretaria de Promoção Social ^{27/}.

Como destaca Vainer (1991), "as municipalidades mais prósperas e organizadas encontram-se em melhores condições de se defender dos migrantes, impedindo sua entrada. As grandes metrópoles - pela dimensão e pelas várias portas de entrada - e as municipalidades mais pobres - pela incapacidade financeira e técnica de organizarem serviços do gênero - tenderiam a ser, cada vez mais, território depósito, única e última alternativa de localização para populações cada vez mais errantes" (p.10).

Mesmo em cidades como Sumaré, onde a situação é bastante caótica e a precariedade das condições de vida é enorme, observou-se, no entanto, rejeição ao migrante.

"Algumas cidades do Paraná, como Umuarama, devem ter fechado, porque veio todo mundo pra cá" (M. - Escriurário do Cartório do Distrito de Hortolândia- Sumaré).

A identidade do Município de Sumaré se estabelece através de sua relação com Campinas, ou seja, configura-se como "cidade-dormitório", mesmo alocando importantes indústrias.

^{27/} Veja-se Relatório de Campo da Região de Governo de Campinas, Pesquisa "Migração no Interior do Estado de São Paulo", DAEP-Fundação SEADE/NEPO-UNICAMP, janeiro, 1991.

"As pessoas chegam a Sumaré iludidas com o número de indústrias, acreditam, a princípio, que não é difícil encontrar emprego numa delas, mas, aos poucos, vão percebendo que não é exatamente isso que acontece. Essas indústrias exigem mão-de-obra qualificada, o que não corresponde de fato. O que acaba acontecendo é que 50% desses indivíduos vão a construção civil e a outra metade vai para o setor terciário de Campinas." (L.D. -Administrador Regional de Hortolândia - Sumaré).

Apesar de possuir a décima segunda arrecadação do Estado de São Paulo, a pobreza e as más condições de vida da maioria da população são assustadoras. Apenas 25% das moradias têm ligação com a rede de esgoto, 65% são ligadas à rede de água, 75% têm ligações elétricas e a pavimentação cobre 60% da sede municipal e somente 20% do restante do Município. Sumaré é conhecida como uma das cidades com maior índice de criminalidade do Estado.

"A violência em Sumaré é apavorante. Sumaré tem uma média de dois assassinatos por dia. Os jornais só falam desses crimes. Nos bairros mais distantes, onde não há luz elétrica nas ruas, acontecem casos violentos todos os dias." (B.B. - Membro da Comissão Pró-Emancipação do Distrito de Hortolândia- Sumaré).

"As condições de Sumaré tendem a piorar ainda mais porque a migração não parou, todo dia chega gente, e nada tem sido feito para resolver os inúmeros problemas." (J.F.S. -Vereador do PT- Sumaré).

Nesse contexto, costuma-se associar a violência à chegada de migrantes na área. Sumaré é o exemplo perfeito para ilustrar que esses movimentos migratórios ocorrem numa situação de deterioração da qualidade de vida urbana calcada na precariedade ou na ausência de políticas sociais que, traduzidas na forma de especulação imobiliária, problemas de saneamento

básico, falta de transporte coletivo, violência etc., configura um cenário onde migração e pobreza se sobrepõem com muita frequência.

O principal dilema a ser enfrentado, pelas administrações municipais na Região, refere-se ao problema habitacional. No entanto, foi muito enfatizado, nas entrevistas institucionais, que qualquer tipo de política habitacional adotada implicaria a chegada de migrantes. Assim, um dos mecanismos de defesa das administrações municipais tem sido controlar novos loteamentos.

"A administração pública municipal não pretende abrir mais loteamentos. Novos loteamentos, com certeza, trariam problemas, porque isso atrairia ainda mais gente." (R. -Assistente Social- Centro de Atendimento Comunitário de Paulínia).

"O atual prefeito tomou a decisão de não abrir novos loteamentos, (...) por eu ser migrante, ter contato diário com essas pessoas e saber que a situação é grave não denuncio à Prefeitura por dó, mas já tem cerca de duzentas famílias escondidas." (J.J. -Vereador PSB- Paulínia).

"A Prefeitura não pretende abrir nenhum loteamento. Na verdade, proibiu qualquer tipo de loteamento, para não atrair mais pessoas. Apesar disso, os migrantes continuam chegando, fugindo, principalmente, dos altos aluguéis de Campinas." (L.D. -Administrador Regional do Distrito de Hortolândia- Sumaré).

"A Prefeitura está preocupada com a situação porque os migrantes continuam chegando e a política habitacional do Município é guiada por esse problema (...) Não existem planos da Prefeitura para abertura de novos loteamentos, tentando evitar que a situação fuja ao controle (...) Mas, há cerca de nove anos, o prefeito criou mais de cem loteamentos, incentivando o fluxo."

(R. -Assistente Social da Prefeitura de Santa Bárbara D'Oeste).

Torna-se importante ressaltar, aqui, o impacto de determinada política, seja ela concebida implícita ou explicitamente para atuar sobre a migração. Idealizados para amenizar o problema habitacional, sem a preocupação com a distribuição espacial da população, os programas habitacionais acabaram incentivando muitíssimo o processo migratório, com a canalização de seus fluxos, para determinadas áreas. Além disso - e também por esta razão - agravou-se consideravelmente o problema habitacional nas áreas receptoras de migrantes.

"Quando a Prefeitura deu início ao Mutirão II (64 casas), e ao Mutirão III (60 casas) fiquei assustadíssima com o novo cadastramento. O número de pessoas recém-chegadas, que tinham sido avisadas por parte do novo programa, era absurdo. Os migrantes, chamados pelos habitantes da cidade, vinham e se instalavam na casa dos parentes à espera da seleção para o novo programa. Diante desse problema, a Prefeitura decidiu fechar o cadastramento e para o Mutirão II e III foram classificados apenas os excedentes do Mutirão I." (R. -Assistente Social- Centro de Atendimento Comunitário de Paulínia).

É nesse contexto que emergem novos movimentos sociais tendo como agente essa população migrante ^{28/}. O movimento de invasões de terras na Região acentuou-se nos últimos anos.

"Houve uma invasão de terra no Jardim Planalto, bairro vizinho do Mutirão, e barracos foram construídos. Como a administração não quer dar chance à formação de nenhuma favela, o que não existe na cidade, essas pessoas foram removidas e,

^{28/}

Veja-se o rico estudo de Taube (1986) e também de Lopes (1988).

como medida de emergência, foram integradas ao programa." (J.J. -Vereador do PSB- Paulínia).

"Nós arrumamos um barraco no Jardim Pérola (...) naquele tempo podia construir (...) sem saber de quem era o terreno. Nós era clandestino (...) aí cercaram tudo e foram tomando o nome e levaram nós na Delegacia (...) as pessoas que não tinha passagem pela Delegacia conseguiram terreno" (J.S.G. - migrante vindo de Fernadópolis para Santa Bárbara D'Oeste).

"Emprego ainda se encontra. A maioria dessas pessoas trabalham em Americana ou Santa Bárbara, em confecções ou casas de família, as mulheres; e os homens nas tecelagens. Mas onde instalar toda essa gente? Aí começam as invasões" (R. - Assistente Social da Prefeitura de Santa Bárbara D'Oeste).

"Quando eu cheguei tinha vários terrenos vazios e foi amigos meus que foram trazendo a família, ocupando o terreno e fazendo a casa deles" (J. - migrante da Capital para Santa Bárbara D'Oeste).

"Hoje existem 85 núcleos de favelas em Campinas, o que corresponde a cerca de 150 mil pessoas. Além disso, 8.500 famílias estão cadastradas no Conselho das Sociedades Amigas de Bairro esperando uma vaga" (A.G. -Vereador do PMDB- Campinas).

Durante a administração de Magalhães Teixeira (PMDB), houve forte repressão à invasão de terras em Campinas. Com a administração petista (1988), explodiram de 15 a 20 invasões.

"Quando a administração petista acordar, talvez seja tarde demais. As invasões de terra são quase incontroláveis e as reservas da Prefeitura estão no fim. O próximo passo será a invasão de terrenos particulares e do governo estadual. Já existem algumas favelas formadas em terras particulares que já estão causando problemas. Por exemplo, o Parque Paranapanema, perto do estádio do Guarani, tem 258 barracos numa área da família Montenegro. Os proprietários já entraram na justiça e, provavelmente, vão conseguir reaver as terras. E para onde vai mandar toda essa gente?" (A.G. - Vereador do PMDB de Campinas).

"Na administração do Magalhães Teixeira houve, uma repressão muito grande à formação de favelas e ao crescimento das já existentes. Alguns moradores passaram a ter a tarefa de controlar o núcleo, impedindo que o número de famílias aumentasse exageradamente. Com a entrada do PT na Prefeitura, tal controle deixou de existir e cerca de 20 novos núcleos se formaram apenas em 1989. Pelas próprias características do PT e por ter existido uma repressão ao processo durante a administração passada, era normal que isso ocorresse. Esses 20 núcleos são resultado de invasões de terras da Prefeitura e novos movimentos estão sendo organizados. São feitos encontros semanais por 3 ou 4 meses para que as pessoas se organizem. Os participantes devem se inscrever e, quando muito, ficam numa lista de espera para uma nova invasão" (A.M. -Vereador do PT, Líder na Organização da Assembléia do Povo- Campinas).

Apesar das diferentes vertentes políticas, a posição quanto aos invasores é de que a questão faz parte de um processo mais complexo.

"(...) esses invasores não são vagabundos, são vítimas de uma situação e é natural que procurem um canto para morar. Mas, as consequências estão aí. Os maiores problemas de Campinas estão na área de habitação, em primeiro lugar, e depois transporte. A migração não vai cessar, por isso um grande investimento deveria ser feito aí" (A.G. - Vereador do PMDB- Campinas).

"As invasões constituem um processo natural dentro de um contexto onde nada é oferecido às populações que chegam nem nada se faz para que a migração não seja necessária. A situação de Campinas tende ainda a se agravar. As pessoas continuam chegando em grande número e o Município tem um déficit 40 a 60 mil habitações" (A.M. -Vereador do PT - Campinas).

Em Sumaré, os movimentos de invasão também têm sido crescentes. O primeiro iniciou-se em 1986 e a invasão ocorreu em 1987.

"A terra invadida era do Seminário de Capuchinhos. As pessoas interessadas deviam ser moradoras há mais de 4 anos e não poderiam ter nenhum tipo de propriedade. Por um ano se desenrolaram negociações, exigindo algum tipo de iniciativa da Prefeitura. Como não houve resposta, 156 famílias ocuparam o local. Os padres, donos do terreno, logo reconheceram os invasores e a Prefeitura não teve uma atitude muito hostil. Estamos, atualmente conseguindo com os padres o contrato de comodato, ou seja, o direito de usar a terra por tempo indeterminado; os filhos e netos dos invasores poderão ocupá-los, mas não são permitidas a venda ou locação" (L. Líder do Movimento de Invasão do Jardim Vitória - Sumaré).

Em 1989, já existia um quarto grupo de invasores no Município, como relata a líder do movimento de invasão do Jardim Vitória:

"Foi muito importante o movimento do Jardim Vitória - que tem esse nome porque foi uma vitória. Depois da invasão do Vitória, houve outra no Jardim Bandeirantes, onde a Prefeitura foi mais agressiva e exigiu o abandono do local. Ninguém tocou na população, mas foram apreendidos todos os seus móveis e utensílios domésticos numa escola do bairro. Depois de um período de tensão, a invasão acabou sendo reconhecida. O terceiro grupo foi organizado para ocupar outra parte do Vitória, formado por 65 famílias. E o quarto grupo é o do Jardim Adelaide, que ainda não está com a situação resolvida, e mais de 50 famílias já vieram procurar os líderes do movimento para saber se outros grupos estão sendo organizados. Na verdade, estes grupos tendem a aumentar porque a situação do Município é caótica. Fizemos um levantamento há pouco tempo e soubemos que Sumaré tem cerca de 100 lotes disponíveis. Se a Prefeitura não tomar nenhuma atitude, a gente tem que tomar. Por que não ocupar se tem tanta gente sem casa?"

"Aqui nós fizemos assentamentos, que chama assentamento dos sem-casa, mas antes tinha sido ocupado mesmo pelos sem-terra, da área rural, né? Conseguimos um engenheiro que fez a divisão dos terrenos, fez a planta (...) Foi o engenheiro da UNICAMP (...) Foi o Sindicato que conseguiu ele para nós. A Prefeitura inclusive, na época, ficou muito contra, ela queria esse terreno pra obras

deles. A gente teve que lutar muito para conseguir abrir rua, instalar luz..." (P. - Migrante vindo de Minas Gerais para Sumaré).

Ségundo o vereador do PT, o partido apóia esses grupos, mas não tem muita influência.

"Aqui, por causa do caos que é essa cidade, as coisas acontecem muito rapidamente. Os movimentos sociais explodem quando ninguém espera. Há algum tempo, oito famílias decidiram ocupar um pedaço de terra próximo à Anhangüera. Foi algo tão espontâneo e sem planejamento que nem se preocuparam em saber de quem era a terra. Alguns dias depois, tiveram que sair. Os próprios vereadores do PT foram explicar a situação, porque o terreno era de uma grande indústria." (J.F.S. - Vereador do PT em Sumaré).

Porém, várias são as críticas ao PT nesse movimento de invasão:

"Os invasores são insuflados e organizados pelo PT e por um padre petista de Hortolândia, que eu não frequento mais a missa dele. Muitos são invasores profissionais e não moram na cidade. Será que é justo? E os vizinhos da invasão que trabalham a vida inteira para ocupar o terreno e construir a casinha? É certo que esse pessoal parte para esse tipo de iniciativa porque a Cidade não oferece nenhum benefício. Tenho sérias dúvidas a respeito da questão, seria necessário uma discussão mais ampla" (B.B. - Membro da Comissão para Emancipação do Distrito de Hortolândia - Sumaré).

A visão da Prefeitura de Sumaré é de que:

"essas pessoas são profissionais de invasão, é um grupo organizado que invade um local e, depois de assegurados, vai para outra cidade. O prefeito não vai reconhecer a invasão do Jardim Adelaide" (R.D. - Administrador Regional do Distrito de Hortolândia - Sumaré).

Os migrantes que chegam a Sumaré instalam-se, em sua maioria, no Distrito de Hortolândia, local vizinho ao Município de Campinas. Estima-se que 70% dos migrantes do Município estejam aí residindo. Este Distrito tem se ressentido com a falta de infra-estrutura básica e exige a devolução dos 54% da arrecadação que é proveniente de Hortolândia, dado que as maiores indústrias de Sumaré lá se localizam (IBM, 3M, Tema Terra, entre outras).

A identificação dos migrantes com a Região, encontrando nela, bem ou mal, condições de emprego e moradia, fez surgir outro tipo de movimento no Município: o movimento pró-emancipação de Hortolândia.

"O movimento teve início em 1988, mas os líderes acharam melhor deixar de lado a questão, por algum tempo, para não serem acusados de estarem se aproveitando da emancipação para fins eleitoreiros. O recomeço do movimento se deu em 26 de abril de 1989, quando foi protocolado o processo emancipatório de Hortolândia na Câmara dos Deputados, com o apoio de Wanderley Macris. No início o movimento foi desacreditado. Com o apoio popular, o movimento ganhou crédito e os jornais passaram a respeitá-lo e até mesmo, em algumas vezes, apoiá-lo" (B.B. - Membro da Comissão Pró-Emancipação do Distrito de Hortolândia - Sumaré).

"(...) Foi bom esse fluxo migratório pra cá, porque a cidade já está fazendo um movimento para emancipação. Porque Sumaré já não comporta mais administrar a região, porque é muito grande. Porque sempre foi muito desamparado. As verbas sempre foram mais investidas em Sumaré. Hortolândia tem 100 mil habitantes e não tem rede de esgoto" (J.R. - Migrante vindo do Paraná, morador de Hortolândia - Sumaré).

Para contornar essa situação, o prefeito Paulino Carrara do PDT lançou, em 1989, um projeto de construção de um novo centro para o Município, que se localizaria em seu centro

real, para assim diminuir a distância entre os bairros e investir na criação de uma identidade para Sumaré, acabando com a função de município-dormitório de Campinas, e para esvaziar o movimento de emancipação.

"Esse movimento de Hortolândia é mais reivindicatório que emancipatório, é uma forma de pressão (...) O projeto de Paulino Carrara vai promover a integração do Município a partir da construção de um novo centro. O atual centro de Sumaré é colado a Nova Odessa, enquanto que o Município cresceu em direção contrária. A idéia do prefeito é deslocar o comércio e as decisões administrativas para o centro real da cidade. Haveria um ônibus circular que ligaria os diversos bairros à área central" (L.D. - Administrador Regional do Distrito de Hortolândia - Sumaré).

O projeto de emancipação de Hortolândia acabou sendo aprovado em 30/12/1991.

Além dos movimentos de invasões de terra, o processo de emancipação desse Distrito ilustra como a migração transforma a realidade social e como essa população desprovida de meios para sobrevivência procura buscar sua identidade nos diversos lugares por que passa ^{29/}.

Os fragmentos da vida cotidiana, precária e ameaçadora, registrados nas verbalizações apresentadas, apontam os conflitos emergentes e a luta pela sobrevivência de grupos migrantes num espaço desigual. De fato, esta última cena evidencia, em suma, que para o migrante pobre já não há nem tempo, nem espaço.

^{29/}

Nas várias entrevistas domiciliares, realizadas com os migrantes da Região, encontra-se que eles não pretendem mais mudar, e tampouco voltar para o local de origem, pois "já estão cansados dessa vida".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acompanhamento da evolução do Município de Campinas, por quase dois séculos, possibilitou compreender sua configuração demográfica atual e a relevância da dinâmica regional no processo de urbanização em curso. A migração constituiu a chave da dinâmica demográfica do Município nas distintas etapas de sua trajetória, reforçando seu papel nas duas últimas décadas. As características e significados desses movimentos migratórios apontaram a necessidade da incorporação de novas dimensões ao objeto de estudo.

A análise de tipos de migração e etapas da economia permite qualificar o fenômeno migratório e as especificidades dos processos nele envolvidos nas situações históricas concretas. O estudo dessas duas dimensões - econômica e populacional - ilustrou a importância dos diferentes tipos de movimentos migratórios na composição da população de Campinas.

A temporalidade do café no território paulista e a conjuntura internacional trouxeram a população "necessária" para formação econômica, social, política e demográfica de São Paulo. Em Campinas, o volume de imigrantes europeus foi um dos maiores do Estado, contribuindo para garantir o desenvolvimento do Município na etapa posterior.

A dinâmica industrial, que caracterizou o período seguinte, reforçou o papel da migração enquanto população

"necessária", uma vez que a migração, nesta etapa, era sinônimo de dinamismo econômico e fator de destaque para o Município. No final dos anos 60, no entanto, a migração para Campinas já havia começado a se configurar como população "excedente"; essa problemática arrefeceu-se com o início do processo de metropolização na Região nos anos 70, dado que para os municípios vizinhos a chegada de migrantes ainda representava sinais de prosperidade econômica.

Nesse sentido, a questão do espaço constituiu outra dimensão importante a ser incorporada na análise dos processos migratórios. O acelerado processo de urbanização verificado nas duas últimas décadas marcou a explosão do crescimento das cidades, transformando o espaço urbano. A emergência de uma nova área metropolitana no Estado é um indicativo bastante forte das mudanças ocorridas. A gravidade desse processo já se manifesta com a reprodução de fenômenos como o da "periferização" da população de baixa renda, da formação de eixos de crescimento econômico-populacionais que se diferenciam quanto ao tipo de população neles residentes, e um acentuado processo de rejeição ao migrante.

Os anos 80, marcados pela crise econômica, intensificou os movimentos migratórios, configurando a questão da população "excedente" para toda Região. As municipalidades, sejam ricas ou não, vêm adotando seus mecanismos de autodefesa para impedir a entrada e permanência de migrantes nas cidades.

Essas evidências suscitam novas questões: Campinas, necessariamente, reproduzirá todos os fenômenos observados na Região Metropolitana de São Paulo? Assim como Campinas, outras regiões do Interior se transformarão em Regiões Metropolitanas, uma vez que a dinâmica regional é que vem determinando o fortalecimento das diferentes economias paulistas? O "lugar" do migrante pobre será, cada vez mais, a periferia das grandes cidades e as metrópoles?

O longo período estudado nega o título do trabalho: os migrantes de hoje, em Campinas, estão sem tempo e sem espaço; o pólo industrial não precisa mais do migrante pobre para se expandir.

O estudo aqui realizado não esgota as dimensões necessárias para o entendimento da questão migratória no dinâmico e complexo processo de redistribuição da população no Estado. Procurou-se resgatar, neste estudo, aspectos importantes que possam fornecer subsídios para reflexões teóricas posteriores no âmbito da comunidade de especialistas.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, V.U. & MENDES SOBRINHO, O. T. (1951). Migração rural-urbana: aspectos da convergência da população do interior e outras localidades para a capital do Estado de São Paulo (com um estudo sobre zonas de colonização do Estado de São Paulo). São Paulo, IEA.
- ALVES, J. F. (1933). O café no Estado de São Paulo. Boletim da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.
- ALVIM, M.R.B. (1984). Família e proletarização industrial: a constituição de um mercado de trabalho específico a uma grande fábrica têxtil. Anais do IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Aguas de São Pedro.
- ALVIM, Z.M.F. (1986). Brava gente ! Os italianos em São Paulo. Editora Brasiliense.
- AMARAL, L. (org.) (1900). A cidade de Campinas em 1900. Campinas, Typ. Casa do Livro Azul.
- _____(org.) (1901). A cidade de Campinas em 1901. Campinas, Typ. Casa do Livro Azul.
- AMARAL, P. (1955). Campinas: monografia. Prefeitura Municipal de Campinas (mimeo).
- AMENDOLA, J. (1952). O comércio de Campinas. Monografia Histórica do Município de Campinas, IBGE. Rio de Janeiro.
- ARAÚJO FILHO, J.R. de (1956). O café, riqueza paulista. Boletim Paulista de Geografia, n.23, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo.
- AURELIANO, L.M. (1981). No limiar da Industrialização. São Paulo-Brasília, Ed. Brasiliense.
- AZEVEDO, S.A. (1941). Imigração e Colonização no Estado de São Paulo, separada da Revista do Arquivo Municipal n.LXXXV. São Paulo, Departamento de Cultura.

BADARÓ, R.S.C.(1986). O Plano de Melhoramento Urbano de Campinas (1934-1962). Dissertação de Mestrado, USP (mimeo).

BAENINGER, R. (1988). Transição Demográfica em São Paulo: aspectos da diversidade intra-estadual. Anais do VI Encontro Nacional da ABEP, Olinda.

_____(1989). Dinâmica Econômica, Populacional e Expansão Urbana em Campinas. IX Seminário do Programa de Bolsas da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Friburgo.

_____(1990). A Imigração Estrangeira na Cidade de São Paulo: os registros da Hospedaria dos Imigrantes. XVII International Congress of Historical Sciences, Madrid.

BALÁN, J. (1973). Un siglo de corrientes migratórias en el Brasil, Estudos CEBRAP 5.

_____(1974) Migraciones en desarrollo capitalista brasileño: ensao de interpretación histórico-comparativa. Migración y Desarrollo (3), CLACSO.

BANDEIRA JR., A. F. (1901). A indústria no Estado de São Paulo em 1901. São Paulo, Typ Diário Oficial.

BARROS, C. M. (1947). Migrações internas, urbanismo e política ruralista. Revista de Imigração e Colonização, RJ, 8(3).

BARROS, M.S.L. (1983). As mulheres trabalhadoras e o anarquismo no Brasil. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP (mimeo).

BASSANEZI, M.S.B.(1986). Família e Força de Trabalho no Colonato: subsídios para a compreensão da dinâmica demográfica no período cafeeiro. Campinas, Textos NEPO/UNICAMP.

BERGÓ, M.E.A. (1952). Estudo geográfico da cidade de Campinas. Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. III, São Paulo.

BÓGUS, L.M.M. & BAENINGER, R. (1988). Migração Interna no Estado de São Paulo: regionalização econômica e redistribuição populacional. Conjuntura Demográfica 4, São Paulo, Fundação SEADE.

- (1989). Reorganização Espacial da População no Interior Paulista. Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, jan/jul(3).
- BÓGUS, L.M.M. & CUNHA, J.M.P. (1989). Redistribuição da População no Interior Paulista: Características e Tendências. Reunião Anual da ANPOC'S, Caxambú.
- BOLAFFI, G. (1982). Planejamento Urbano: reflexão sobre a experiência recente. Novos Estudos - CEBRAP, 1(4).
- BOSCO, S. H. & JORDÃO, A. (1967). Migrações. São Paulo, Boletim do Departamento de Imigração e Colonização.
- BOSI, E. (1983). Memória e Sociedade: lembrança de velhos. Rio de Janeiro, Zahar.
- BRESCIANI, M.S.M. (1976). Suprimento de mão de obra para a agricultura: um dos aspectos do fenômeno histórico da abolição. São Paulo, Revista de História, vol. LIII, ano XXVII, n. 106.
- BRITO, J. (1969). História da Cidade de Campinas. Campinas, vol 1 a 23.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. (1989). Raízes do Brasil, José Olympio Editora, 21.ed.
- BUSCH, R.K. (1967). História de Limeira. Prefeitura Municipal de Limeira, vol. 1.
- BUSSAB, W.O. et alii (1987). Perfil da Indústria no Interior do Estado de São Paulo. São Paulo, Fundação SEADE.
- CAMARANO, A.A. & PERILLO, S.R. (1986). Padrões da distribuição espacial da população brasileira. Anais do V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro, São Paulo.
- CAMARGO, C. (1976). Crescimento e Pobreza. São Paulo, Edições Loyola.
- CAMARGO, J.F. (1981). Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos, Estudos Econômicos 14, IPE-USP.

CAMARGO, A.B.M. & MONTALI, L (1988). Região Metropolitana de São Paulo: Expansão Regional e Evolução da População. O Jovem na Grande São Paulo. São Paulo, Fundação SEADE (Coleção Realidade Paulista).

CAMPINAS, PREFEITURA MUNICIPAL (1900). Almanache de Campinas.

_____(1991) Subsídios para a discussão do Plano Diretor. Campinas.

CAMPOS, C. (1985). Poder Local nas Grandes Aglomerações Urbanas: participação, regionalização e metropolização. São Paulo, (mimeo).

CANABRAVA, A.P. (1951). O desenvolvimento da cultura de algodão na província de São Paulo, 1861-1875. São Paulo. Gráfica Siqueira.

CANO, W. (1977) Raízes da Concentração Industrial em São Paulo, 2^o ed., São Paulo, T.A. Queiroz.

_____(1988a). Subsídios para Reformulação das Políticas de Descentralização e de Urbanização no Estado de São Paulo. A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo, Fundação SEADE (Coleção Economia Paulista), vol.1, no. 1.

_____(1988b). Questão Regional e Urbanização no Desenvolvimento Econômico Brasileiro pós 1930. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Olinda.

_____(coord.) (1988c). Explosão Urbana Regional e Demandas sociais no Estado de São Paulo 1970-1985. UNICAMP/FECAMP/IE/SEPLAN (mimeo).

CANO, W. DAVANZO, A.M.. PACHECO, C.A. & SEMEGHINI, U. (1991). Cenários Econômicos. Subsídios para a discussão do Plano Diretor de Campinas. Prefeitura Municipal de Campinas.

CANO, W. & PACHECO, C.A. (1989). O Processo de Urbanização do Estado de São Paulo e suas implicações sobre a dinâmica Demográfica Regional. Anais do III Encontro Nacional da ANPUR, Águas de São Pedro, São Paulo.

CARDOSO, F.H. (1969). Condições Sociais da Industrialização: o caso de São Paulo. Mudanças Sociais na América Latina. São Paulo, Difel.

CARDOSO DE MELLO, J.M. (1982). O Capitalismo tardio. São Paulo. Ed. Brasiliense.

CARNEIRO, H. (1985). A CAIC (Cia de Agricultura, Imigração e Colonização): 1928-1961. Dissertação de Mestrado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo (mimeo).

CARVALHO, C.E.F. (1981). Métodos para estimar a migração: aplicação para o Estado de São Paulo, 1940/50, 1950/60, 1960/70. Informe Demográfico 6. São Paulo. Fundação SEADE.

CARVALHO, E. (1988). Conjuntos habitacionais ou Espaços Operários. Uma trajetória da espoliação urbana, Campinas, 1940/1960. Dissertação de Mestrado. Campinas, IFCH/UNICAMP (mimeo).

CARVALHO, J.A.M.de (1984). Estimativas indiretas e dados sobre imigração interna no Brasil: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. Anais do IV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Águas de São Pedro.

CINTRA, A. (1935). Dicionário das cidades paulistas. São Paulo, Ed. Cupolo.

CLARO, L.F.T. (1989). Cidades médias, Industrialização e Agricultura no Interior do Estado de São Paulo. Dissertação de mestrado. Araraquara, /FCL-UNESP (mimeo).

CUNHA, J.M. (1987a). As Correntes Migratórias na Grande São Paulo, Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE.vol.1,no. 2.

_____(1987b). A migração nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo segundo o Censo de 1980, Revista Brasileira de Estudos de População, vl. 4, no. 2.

CUNHA, J.M.P. & RODRIGUES, I. (1989). Processos Migratórios: uma perspectiva regional. Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, vol.3 nº.3.

DEAN, W. (1971). A Industrialização de São Paulo - 1880-1945. São Paulo, Difel.

_____. (1977). Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura (1820-1920). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

DEBES, C. (1968). A caminho do Oeste; história da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. São Paulo, Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

DECCA, M.A.G. (1987). Cotidiano Operário fora da fábrica: São Paulo, 1920-1934. São Paulo, Zahar.

DEFFONTAINES, P. (1945). Regiões e paisagens do Estado de São Paulo (primeiro esboço da divisão regional). Boletim Geográfico (24 e 25). São Paulo.

DEL FIORENTINO, T.A. (1983). O operariado campineiro de 1930 a 1945. Revista da SBPH, n. 1, São Paulo.

DIÁRIO DO POVO, (1962). Paraíso dos Marginais. Campinas. 27/11/62.

DIÉGUES Jr, M (1964). Imigrantes, urbanização e industrialização. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro.

DRAIBE, S.M. (1985). Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do estado e as alternativas da industrialização no Brasil - 1930/1960. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.

DUARTE, J.C. et alii (1981). Migrações Intrametropolitanas, reprodução da força de trabalho e formação da periferia de São Paulo. PRODEUR/FAU-USP, São Paulo (mimeo).

DURHAM, E.R. (1973). A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo. São Paulo, Ed. Perspectiva.

EGAS, E. (1925). Os Municípios Paulistas, Secretaria da Agricultura, São Paulo.

EISENBERG, P.L. (1986). Sugar and Social Change in Brazil: Campinas, São Paulo, 1767-1830. Anais da V Reunião Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica. São Paulo.

ELLIS JR, A. (1937). A Evolução da Economia Paulista e suas Causas. São Paulo, Ed. Nacional.

EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO S.A. - EMPLASA (1990). Organização Regional: Grande São Paulo, Campinas e Santos - Proposições/Fundamentos, São Paulo, mai/jun (mimeo).

ESTADO DE SÃO PAULO (1919). Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio. 10ª série, n. 9, setembro.

ESTADO DE SÃO PAULO - Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. (1920). Estatística Industrial de Campinas. Boletim da Diretoria de Indústria e Comércio. São Paulo. Tip. Levy.

ESTADO DE SÃO PAULO - Secretaria dos Negócios da agricultura, Indústria e Comércio. (1936). Recenseamento Agrícola e Zootécnico de 1934. São Paulo.

ESTADO DE SÃO PAULO - Secretaria da Economia e Planejamento (1975). Padrões Funcionais e Espaciais da Rede Urbana do Estado de São Paulo (mimeo).

ESTADO DE SÃO PAULO - Secretaria de Economia e Planejamento (1977). Cidades Médias e desenvolvimento industrial. (mimeo).

ESTADO DE SÃO PAULO - Secretaria de Economia e Planejamento (1978). Política de desenvolvimento urbano e regional. (mimeo).

ESTADO DE SÃO PAULO - Secretaria de Economia e Planejamento (1979). Condição de moradia na periferia de São Paulo: aspectos sócio-econômicos e institucionais. Série Estudos e Pesquisas, n. 30. São Paulo.

ESTADO DE SÃO PAULO - Secretaria do Interior (1982). Organização regional do Estado de São Paulo. (mimeo).

ESTADO DE SÃO PAULO - SINERG, SEP-CAR (1987). Hierarquia das regiões e dos municípios do Estado de São Paulo. (mimeo).

ESTADO DE SÃO PAULO - Secretaria de Economia e Planejamento BDP/90 (1990). Distribuição Espacial da População e das Atividades, São Paulo (mimeo).

FARIA, V. (1978). O Processo de Urbanização no Brasil. Algumas Notas para seu Estudo e Interpretação. Anais do I Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Campos do Jordão.

_____. (1980). Divisão Social do Trabalho, Espacialização e Crescimento Urbano: o caso da Macro-Metrópole Paulista. Anais do II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Águas de São Pedro, São Paulo.

_____. (1983). Desenvolvimento, Urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos. Sociedade e Política no Brasil pós 64. São Paulo, Ed. Brasiliense.

FARIA, V. & BARROS SILVA, P.L. (1983). Transformaciones Estructurales, Políticas Sociales y Dinámica Demográfica: discusión de un caso: Brasil 1950/80. Memórias del Congreso Latino Americano de Poblacion y Desarrollo. UNAM/PISPAL, México.

FAUSTO, B. (1975). Expansão do Café e Política Cafeeira. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo. Difel.

FERNANDES, L.L. (1971). O Bairro Rural dos Pires - Limeira. Série Teses e Monografias 5., São Paulo, IG/USP.

FIGUEIRA DE MELLO, F. (1991). Formação Histórica de Campinas: Breve panorama. Subsídios para a Discussão do Plano Diretor. Prefeitura Municipal de Campinas.

FLORENCE, A. (1962). Municípios Paulistas e seus Centenários. Revista Municipal de São Paulo, São Paulo.

FOLHA DE SÃO PAULO (1990). Campinas e Santos querem ser as primeiras metrópoles do Interior. 23/05/90.

_____. (1992). 7 Distritos são emancipados na Região e terão eleição para prefeito este ano. Folha Sudeste SP, 01/jan.

FORJAZ, D. (1922). O Senador Vergueiro - Sua vida e sua época. Vol. I, Companhia Melhoramentos de São Paulo, São Paulo.

FRAGA, C.C. (1963). Resenha histórica do café no Brasil. Boletim da Divisão Econômica Rural. Secretaria da Agricultura do Estado de S. Paulo

FUNDAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ADMINISTRATIVO - FUNDAP (s/d).
Sugestões de Medidas Fiscais e Financeiras para uma Política
de Descentralização Industrial no Estado de São Paulo. São
Paulo. (mimeo).

FUNDAÇÃO SEADE (1981). Informe Demográfico. São Paulo (1).

_____(1982). Anuário Estatístico do Estado de São Paulo.
São Paulo.

_____(1983). Região Administrativa de Campinas. Série
Análise Demográfica Regional, São Paulo.

_____(1986). Informe Demográfico. São Paulo (6).

_____(1988a). A Interiorização do Desenvolvimento Econômico
no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo, Fundação
SEADE (Coleção Economia Paulista v.1 n.1).

_____(1988b). Projeção da População dos Municípios e
Distritos pertencentes à Região II de Planejamento da SABESP,
segundo a situação de domicílio Urbano e Rural, até o ano
2010, São Paulo.

_____(1988c). O Jovem na Grande São Paulo. São Paulo,
(Coleção Realidade Paulista).

_____(1990a). Migração no Interior do Estado de São Paulo -
- Informe Demográfico. São Paulo, Fundação SEADE, 23.

_____(1990b). Espacialização da Indústria Paulista. São
Paulo (Coleção Economia Paulista vol. 4).

FUNDAÇÃO SEADE/DAEP.(1990). Características da Migração:
Capital e Municípios da RMSP. Relatório de Pesquisa, São
Paulo (mimeo).

FURTADO, C. (1961). Formação Econômica do Brasil, 14. ed. São
Paulo, Ed. Nacional.

FURTADO, A. (1986). Desconcentração Industrial. Série São Paulo
80, Fundação SEADE, V. 3.

- GEBARA, A. et alii. (1987). *História Regional: uma discussão*. Campinas, Ed. UNICAMP.
- GIRALDELLI, B.W (1989). *A Urbanização no Estado de São Paulo no final do Século XX. Conjuntura Demográfica*. Fundação SEADE. São Paulo (6).
- GIRALDELLI, B.W & NAKAMURA, S. (1990). *Os municípios paulistas cada vez mais urbanos. Conjuntura Demográfica*. São Paulo, Fundação SEADE (6).
- GOLDANI ALTMANN, A.M. et al. (1980). *Projeção de população para as 11 regiões administrativas do Estado de São Paulo - 1970-1990 (um estudo demográfico)*. Informe Demográfico n.2. São Paulo, Fundação SEADE.
- GONÇALVES, M.F. (1982). *O processo de urbanização em São Paulo: dois momentos, duas faces*. Dissertação de Mestrado, PUC-SP (mimeo).
- GONÇALVES, M.A. & SEMEGHINI, U. (1987). *Campinas: segunda metrópole paulista ?* Instituto de Economia, UNICAMP. (mimeo).
- _____. (1988). *Maturação do Urbano Paulista: Generalização de um perfil cruel de urbanização capitalista*. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Olinda.
- GRAZIANO DA SILVA, J.F. (1981). *Progresso técnico e relações de Trabalho na agricultura*. HUCITEC, São Paulo.
- GRAZIEIRA, R. (1979). *A Guerra do Paraguai e o Capitalismo no Brasil*. São Paulo, Ed. HUCITEC.
- GUIMARÃES, A.M. (1962). *Monografia Histórico-Estatística do Município de Campinas*, Prefeitura Municipal de Campinas.
- HALL, M.M. (1989). *Trabalhadores Imigrantes. Trabalhadores Imigrantes*, Prefeitura Municipal de Campinas, Fundo de Assistência a Cultura.
- HOGAN, D.; OLIVEIRA, M.C.F. & SYDENSTRICKER, J. (1988). *Café, Ferrovia e população: o processo de urbanização de Rio Claro*. Texto NEPO 6. Campinas, NEPO/UNICAMP.

HOLLOWAY, T.H. (1972). Condições do mercado de trabalho e organização do trabalho nas plantações na economia cafeeira de São Paulo, 1885-1915. Estudos Econômicos, vol 2, n.6.

_____. (1984). Imigrantes para o café. São Paulo, Ed. Paz e Terra.

HUTINCHINSON, B. (1963). The migrant population of urban Brazil. América Latina, Rio de Janeiro, Ano 6 (2).

IANNI, O. (1981). A Ditadura do Grande Capital. Ed. Civilização Brasileira.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (1952). Monografia Histórica do Município de Campinas. Rio de Janeiro.

_____. Censos Demográficos de 1940 a 1980. Rio de Janeiro.

_____. (1958). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro.

_____. (1977). Indicadores sociais para áreas urbanas. Rio de Janeiro.

JORDÃO, A. (1963). São Paulo e o problema das migrações internas, Sociologia, São Paulo, 25(3).

_____. (1970). Migrações internas no Brasil num resumo de seus cinco séculos. Revista Promoção Humana. São Paulo, n.7.

KAGEYAMA, A.A. (1975). Crise e estrutura agrária: a agricultura paulista na década de 30. Dissertação de Mestrado. Piracicaba, ESALQ/USP. (mimeo).

_____. (1985). Modernização, produtividade e emprego na agricultura: uma análise regional. Tese de Doutorado. Campinas, IE/UNICAMP (mimeo).

KELLER, E.C.S. (1969). As funções regionais e a zona de influência de Campinas. Revista Brasileira de Geografia, 31(2).

KUGELMAS, E. (1985). Políticas Públicas na Administração Paulista - 1946/1977. Cadernos FUNDAP, n.9.

LAPA, J.R.A. (1966). Primeiras notas para uma bibliografia da História de Campinas. Marília. (mimeo).

_____. (1976). História de Campinas: tarefa para os próximos dez anos. Revista de História. São Paulo, jun/set.

_____. (1983). A economia cafeeira. Ed. Brasiliense. Coleção Tudo é História, São Paulo.

_____. (1991). O Mercado Urbano de Escravos (Campinas - Segunda metade do Século XIX). Primeira Versão. IFCH/UNICAMP, n.37.

LESSA, C. (1983). 15 Anos de Política Econômica, Ed. Brasiliense, São Paulo.

LEVY, M.S. (1974). O Papel da Migração Internacional na Evolução da População Brasileira (1872 a 1972). Revista de Saúde Pública. Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, suplemento, junho.

LOPES, J.R.B. (1973). Desenvolvimento e migração: Uma abordagem histórico-estrutural. Estudos CEBRAP, São Paulo (6).

LOPES, D. (1988). O Movimento da Assembléia do Povo e a Crítica da "Marginalidade". Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP (mimeo).

MAIA, P.B. (1990). Os Imigrantes na cidade de Campinas - 1882/1886. Relatório Final de Bolsa de Iniciação Científica do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, março.

MARANGONE CAMARGO, A.B. (1981). Migrações internas no Estado de São Paulo (avaliação dos saldos regionais 1960-1970). Informe Demográfico n.6. São Paulo, Fundação SEADE.

MARQUES, M.E.A. (1950). Apontamentos históricos, geográficos, biográficos, estatísticos e noticioso da Província de São Paulo. São Paulo, Martins.

MARTINE, G. (1984a). Os dados censitários sobre migrações internas: evolução e utilização. Anais do IV Encontro

Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais.
Águas de São Pedro.

_____. (1984b). O significado demográfico da fronteira agrícola. Espaço e Debates, n.13.

_____. (1987). Migração e Metropolização. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, FUNDAÇÃO SEADE 1(2)7.

_____. (1989a). Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira. Brasília (mimeo).

_____. (1989b). A natureza e os impactos das políticas públicas sobre a distribuição espacial da população no Brasil. São Paulo em Perspectiva. São Paulo. Fundação SEADE, V.3, n.3, jul./set.

MARTINE, G. & CAMARGO, L. (1984). Crescimento e distribuição da população brasileira: tendências recentes. Revista Brasileira de Estudos de População, vol. 1, no. 2.

MARTINE, G. & CAMPOLINA, C.D. (1989). Economic and demographic concentration in Brazil: recente inversión of historical patterns. Trabalho apresentado no Seminar on Urbanization in Large Developing Countries, Índia, IUSSP.

MARTINE, G.; CAMARANO, A.A.; NEUPERT, R. & BELTRÃO, K. (1988). A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Olinda.

MARTINE, G. & CARVALHO, J.A. (1989). Cenários demográficos para o século 21 e algumas implicações sociais. Trabalho apresentado no Seminário Brasil Século XXI. Campinas, UNICAMP.

MARTINS, A.R. (1939). Um idealista realizador: Barão Geraldo de Resende. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do Almanak Laemmert.

MARTINS, J.S. (1976). Conde Matarazzo: o empresário e a empresa. São Paulo, Ed. HUCITEC.

MERRICK, T. & GRAHAM, D. (1981). População e desenvolvimento econômico no Brasil, Rio de Janeiro, Zahar.

- MEDICI, A.C. (1988). Urbanização e transformações estruturais na força de trabalho no Brasil: notas para uma discussão. Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Olinda.
- MILLIET, S. (1941). Roteiro do Café e Outros Estudos, Coleção Departamento de Cultura, vol XXV, São Paulo.
- MÜLLER, G. (1985). A Dinâmica da Agricultura Paulista. Série São Paulo 80, Fundação SEADE, v.2.
- MONBEIG, P. (1941). O Estudo Geográfico das Cidades, Revista Arquivo Municipal de São Paulo, VI (72).
- _____. (1984). Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo. Hucitec/Rocis.
- MONTAGNER, P. (1989). Agroindústria: evolução de um instrumento analítico. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.
- MONTALI, L. (1983). Periferia: o crescimento da pobreza. PRODEUR/FAU-USP, São Paulo (mimeo).
- MONTALI, L. & PATARRA, N. (1986). Emprego e Condições de Vida. Série São Paulo 80. São Paulo, Fundação SEADE. v.3.
- MONTALI, L. (Coord.) (1991). Região Metropolitana: Expansão e Heterogeneidade. Documento de trabalho elaborado para o Projeto Cenários da Demografia Paulista. DAEP/Fundação SEADE.
- MORSE, R. (1970). Formação Histórica de São Paulo. Difusão Européia do Livro.
- MUÑOZ, H. & OLIVEIRA, O. (1972). Migraciones internas en América Latina: exposición y crítica de algunas análisis. Migración y Desarrollo. CLACSO, n.1
- NEGRI, B. (1988). A Interiorização da Indústria Paulista (1920-1980). A Interiorização do Desenvolvimento Econômico de São Paulo (1920-1980), vol. 1, no. 2, Fundação SEADE,
- NEGRI, B.; GONÇALVES, M.F. & CANO, W. (1988). O Processo de Interiorização do Desenvolvimento e da Urbanização no Estado de São Paulo (1920-1980). A Interiorização do Desenvolvimento

Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980). São Paulo, Fundação SEADE (Coleção Economia Paulista vol. 1, no. 1).

NOGUEIRA DE MATOS, O. (1964). Desenvolvimento de São Paulo: imigração estrangeira e nacional. São Paulo, Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai.

_____. (1974). Café e ferrovias. São Paulo, Alfa-Omega.

_____. (1985). Um pouco da história de Campinas. Revista Notícia Bibliográfica e Histórica, ano XVII, n.117. Campinas, PUC.

NOVAIS, M. (1963). Migrações internas. Estudos Sociais. Rio de Janeiro.

O ESTADO DE SÃO PAULO (1982). Estudos Especiais: São Paulo-Interior. São Paulo, agosto.

OLIVEIRA, M.C.F.A. (1985). Questões Demográficas no período cafeeiro em São Paulo. Textos NEPO 1. NEPO/UNICAMP, Campinas.

_____. (1988). Mercantilização e Urbanização em São Paulo, Anais do VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Olinda.

OLIVEIRA, O. & STERN, C. (1980). Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. Migração Interna, Textos Seleccionados. Estudos Econômicos e Sociais 4, Fortaleza, BNB-ETENE.

OLIVEIRA CAMPOS, R. (1974). A experiência brasileira de planejamento. A Nova Economia Política, Ed. José Olympio.

PACHECO, C.A. & SEMEGHINI, U. (1987). A interiorização do desenvolvimento no Estado de São Paulo: os casos de Campinas e Araraquara. Relatório Parcial de pesquisa. Convênio FECAMP/UNICAMP.

PATARRA, N.L. (1985). Migração na Transição Demográfica: o caso de São Paulo - 1900-1980. Trabalho apresentado no Congresso Euro-Brasileiro sobre migração. Faculdade de Direito, USP.

_____. (1987). Migração na transição Demográfica. III Relatório de Pesquisa, NEPO-UNICAMP, Campinas.

- _____. (1989a). Structural and Spatial Economic Changes and Their Implications for Urbanization: the case of São Paulo. Trabalho apresentado no Seminar on Urbanization in Large Developing Countries. Índia, IUSSP.
- _____. (1989b). Rumo a um Novo Perfil Demográfico. Revista São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, vol.2, n.4.
- PATARRA, N.L. & BRANDÃO LOPES, J.R. (1977). Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira. Estudos sobre a população brasileira. Cadernos CEBRAP, 20, São Paulo.
- PATARRA, N.L. & RENNER, C.H. (1980). Migração. Dinâmica da População. São Paulo, T.A. QUEIROZ Ed. Ltda.
- PATARRA, N.L. (coord.) (1988). Migração no Interior do Estado de São Paulo. I Relatório de Pesquisa, Fundação SEADE/NEPO - UNICAMP.
- _____. (coord.) (1989). Migração no Interior do Estado de São Paulo. II Relatório de Pesquisa, Fundação SEADE/NEPO - UNICAMP.
- PATARRA, N.L. & BAENINGER, R. (1988). São Paulo: Povigente, Povo Vigente, Povo e Gente. Texto NEPO 15, NEPO/UNICAMP.
- _____. (1989). Movimento Migratório: Novas Características, Novas Indagações. III Encontro da ANPUR, Águas de São Pedro, São Paulo, maio .
- PATARRA, N.L. ; BAENINGER, R. & ORTIZ, L.P. (1990). Tendências Recentes e Perspectivas Futuras da Migração no Estado de São Paulo. Condições Básicas para a Saúde em São Paulo, São Paulo, FUNDAP (Relatório I).
- PAOLI, M.C. (1984). A Família Operária: notas sobre a formação histórica no Brasil. Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de São Pedro.
- PEREIRA, J.C. (1967). Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo. Cia Editora Nacional.
- PERILLO, S.R. (1986). Evolução dos saldos migratórios regionais: uma breve comparação entre as décadas 1960/70 e 1970/80. Informe Demográfico, São Paulo, Fundação SEADE, 16.

PESTANA, P.R. (1923). A Expansão Econômica do Estado de São Paulo num Século (1822-1922). Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, São Paulo.

_____. (1927). O café em São Paulo. (notas históricas). Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. São Paulo.

PETRONE, M.T.S. (1968). A lavoura canavieira em São Paulo. São Paulo, Difusão Européia do Livro.

PINA, S.M.G. (1991). As áreas habitacionais populares nas cidades médias paulistas: o caso de Limeira. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Escola Politécnica da USP. (mimeo)

PIZA, M. (1924). Os municípios do Estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo.

PRADO JR, C. (1970). História Econômica do Brasil. São Paulo, Ed. Brasiliense, 13.edição.

PROVÍNCIA DE SÃO PAULO (1873). Almanache para a Província de São Paulo.

PUPPO, C. (1969). Campinas, Seu Berço e Juventude. Campinas, Publicações da Academia Campinense de Letras no. 20.

PUPPO, C.M.M. (1973). Campinas um Município do Império: fundação e constituição, usos familiares, a morada, sesmarias, engenhos e fazendas. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado.

QUEIROZ, V. & ARANTES JR, L. (1933). Os municípios do estado de São Paulo. Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio. São Paulo.

RODRIGUES, R.N. do & PERILLO, S.R. (1986). Perspectivas da Migração no Estado de São Paulo e nas 11 regiões administrativas para o período 1980-200. Informe Demográfico. São Paulo, Fundação SEADE: 19.

SAES, F.A.M. (1981). As ferrovias de São Paulo: Paulista, Mogiana e Sorocabana: 1870-1940. São Paulo, Ed. HUCITEC/INL.

- _____. (1986). A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira. São Paulo, Ed. HUCITEC.
- SALLUM Jr, B. (1982). Capitalismo e Cafeicultura: Oeste Paulista, 1888-1930. São Paulo, Duas Cidades.
- SANTOS FILHO, L. (1976). A apavorante febre amarela e o esvaziamento de Campinas. (mimeo).
- SANTOS, M. (1988). A metrópole: modernização, involução e segmentação. Comunicações do Simpósio Trends and Challenges of Urban Restructuring. Rio de Janeiro, ISA-IUPERJ.
- SEMEGHINI, U.C. (1988). Campinas (1860 a 1980): Agricultura, Indústria e Urbanização. Dissertação de Mestrado. Campinas, IE-UNICAMP.
- _____. (1991). Desenvolvimento Econômico da Região. Plano Diretor Municipal - I Ciclo de Debates. Escritório Regional de Planejamento de Campinas - ERP/CAR/SEPCAN, março.
- SEMEGHINI, U.C. & ARAÚJO, M.F. (1989). Municípios paulistas: crescimento recente e trajetórias alternativas. Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE vol.3, n.3..
- SILVA, S. (1976). Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo, Ed. Alfa-Omega.
- SINGER, P. (1968). Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana. São Paulo. Ed. Nacional/USP.
- _____. (1973a). Economia Política da Urbanização. São Paulo, Brasiliense.
- _____. (1973b). Urbanización y Recursos Humanos: el caso de San Pablo. Buenos Aires, SIAP.
- _____. (1977). Economia Política do trabalho. São Paulo, Ed. HUCITEC.
- SLENES, R.W. (1989). Slave Family formation in the context of civilization and crop change: Campinas, São Paulo, 1776-1872. Trabalho apresentado na Conference on Cultivation and Culture: Labor and the Shaping of slave life in the Americas. University of Maryland at College Park.

SPINDEL, C.R. (1980). Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira. Rio de Janeiro. Paz e Terra.

TARTAGLIA, J.C. & OLIVEIRA, O.L. (1988). A Agricultura Paulista e sua Dinâmica Regional (1920-1980). A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980), São Paulo, Fundação SEADE (Coleção Economia Paulista vol.1, n.2.).

TASCHNER, S.P. (1975). Espaço e população. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Faculdade de Saúde pública, USP (mimeo).

TASCHNER, S.P. & BÓGUS, L.M.M (1986). Mobilidade Espacial da População Brasileira: aspectos e tendências. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, jul./dez.

TAUBE, M.J. (1986). De Migrantes a Favelados: estudo de um processo migratório. Campinas, Ed. UNICAMP.

TAVARES, M.C. (1973). Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro, Zahar.

_____. (1986). Acumulação de capital e Industrialização no Brasil. Tese de Livre-Docência, UFRJ/ED. UNICAMP.

TORRES, V. (1957). Movimentos migratórios das populações rurais brasileiras. São Paulo, Livraria Freitas Bastos.

TSCHUDI, J. (1976). Viagens às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. São Paulo, Biblioteca Histórica Paulista.

VAINER, C.B. (1991). Políticas Migratórias no Brasil - Origens, Trajetórias e Destinos (um roteiro para discussão no GT de Migrações). Trabalho apresentado na Reunião dos Grupos de Trabalho da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, NEPO/UNICAMP, dez.

VEJA (1983). Cidades - Mistura Saudável. São Paulo. 2 de fev.

VIOTTI DA COSTA, E. (1982). Da senzala a colônia. Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo.

WAGNER, R. (1989). Os parceiros de Ibicaba. Revista Trabalhadores Imigrantes. Prefeitura Municipal de Campinas.

WILLIAMS, R. (1989). O Campo e a Cidade: na história e na literatura. São Paulo, Companhia das Letras.

YONAMINE, E.K. & SOUZA, M.L. (1983) Região Administrativa de Campinas: algumas características sócio-econômica para um planejamento educacional. Série IPE/USP, Ensaios Econômicos (28).

ZALUAR, E.A. (1976). Peregrinação pela Província de São Paulo. São Paulo, Biblioteca Histórica Paulista.

ZIMMERMANN, G. (1989). O Município no Sistema Tributário: Os Municípios Paulistas e o Caso de Campinas. A Interiorização do Desenvolvimento Econômico no Estado de São Paulo (1920-1980), São Paulo, Fundação SEADE (Coleção Economia Paulista vol. 1, no. 3).

ZIMMERMANN, G. & SEMEGHINI, U.C. (1988). Estudo de Casos: Campinas. Relatório Final da Pesquisa Explosão Urbana no Estado de São Paulo - 1970-1985. IE/UNICAMP.vol. II.

ANEXO 1

Municípios que compõem a Região Administrativa de Campinas:

AGUAÍ	CORDEIROPOLIS	LOUVEIRA	STA. BARBARA D'OESTE
ÁGUAS DA PRATA	CORUMBATAÍ	MOCOCA	STA. CRUZ DA CONCEIÇÃO
ÁGUAS DE LINDÓIA	COSMÓPOLIS	MOGI-GUAÇU	STA. CRUZ DAS PALMEIRAS
AMERICANA	DIVINOLÂNDIA	MOGI-MIRIM	STA. GERTRUDES
AMPARO	ELIAS FAUSTO	MONBUCA	STA. MARIA DA SERRA
ANALÂNDIA	FRANCISCO MORATO	MONTE MOR	STO. ANTONIO DO JARDIM
ARARÁS	INDAIAL	MORUNGABA	STO. ANTONIO DA POSSE
ARTUR NOGUEIRA	IRACEMÁPOLIS	NAZARÉ PAULISTA	SÃO JOÃO DA BOA VISTA
ATIBAIA	IPÊUNA	PAULÍNIA	SÃO JOSÉ DO RIO PARDO
AVARÉ	ITAPIRA	PEDRA BELA	SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA
BOM JESUS DOS PERDÕES	ITATIBA	PEDREIRA	SERRA NEGRA
BRACANÇA PAULISTA	ITIRAPINA	ESP. SANTO DO PINHAL	SOCORRO
BROTAS	ITOTI	PINHALZINHO	SUMARÉ
CACONDE	ITUPEVA	PIRACAIA	TANBAÚ
CAMPINAS	JAGUARUNA	PIRACICABA	TAPIRATIBA
CAMPO LIMPO	JARINU	PIRASSUNUNGA	TORRINHA
CAPIVARI	JOANÓPOLIS	PORTO FERREIRA	VALINHOS
CASA BRANCA	JUNDIAÍ	RAFARD	VARGEM GRANDE DO SUL
CHARQUEADA	LEME	RIO CLARO	VÁRZEA PAULISTA
COCHAL	LTMEIRA	RIO DAS PEDRAS	VINHEDO

ANEXO 2

Municípios que compõem a Região de Governo de Campinas:

AMERICANA
ARTUR NOGUEIRA
CAMPINAS
COSMÓPLOIS
INDAIATUBA
ITAPIRA
JAGUARIÚNA
MOGI-Guaçu
MOGI-MIRIM
MONTE MOR
NOVA ODESSA
PAULÍNIA
PEDREIRA
STA. BÁRBARA D'OESTE
STO. ANTONIO DA POSSE
SUMARÉ
VALINHOS
VINHEDO

ANEXO 3
População Migrante de 5 e mais anos de idade segundo principais regiões de residência anterior e grau de instrução.
Região de Governo de Campinas.
1970/1980.

Local de Residência anterior	Nenhum	Primário Elementar	Ginásial Médio	1 Grau	2 Grau	Colegial Médio	Superior	Mestrado ou Doutorado	Alfabet. Adultos	Total
Estado de São Paulo	100175 (39.86%)	87534 (34.83%)	15933 (6.34%)	21890 (8.71%)	4348 (1.73%)	9500 (6.78%)	9952 (3.96%)	528 (0.21%)	1407 (0.56%)	251318 (100.00%)
Capital	39.47	28.02	8.99	6.47	1.96	6.58	7.75	0.42	0.33	48732
Outros Municípios	42.87	31.66	7.91	6.67	1.83	3.89	4.58	0.22	0.36	12064
Reg. Metropolitana	40.14	28.74	8.78	6.51	1.93	6.05	7.12	0.38	0.33	60796
Regiões do Oeste (1)	41.31	36.95	5.09	10.98	1.61	1.99	1.32	0.02	0.73	36996
Regiões Próximas (2)	39.06	37.74	5.44	8.23	1.46	3.53	3.75	0.19	0.62	52822
Outras R.G.'s	38.22	35.39	6.67	8.10	1.93	4.29	4.78	0.35	0.48	50704
Outros Estados	43.84	35.17	5.16	8.78	1.20	2.42	2.45	0.28	0.70	163107
Reg. Sudeste (-SP)	34.97	39.38	5.87	9.91	1.82	3.48	3.63	0.17	0.76	46652
Minas Gerais	35.58	41.53	5.23	10.37	1.58	2.62	2.22	0.07	0.79	41456
Espírito Santo	44.87	23.01	6.79	7.45	2.15	7.12	7.45	-	1.16	641
Rio de Janeiro	28.00	22.27	11.49	6.15	3.99	10.73	15.85	1.10	0.42	4555
Região Norte	41.53	21.47	6.85	12.20	5.34	5.64	6.15	-	0.81	992
Região Nordeste	41.36	39.12	5.97	9.65	0.73	2.32	1.90	0.20	1.12	18235
Bahia	44.01	36.74	4.55	8.90	0.48	2.21	1.75	0.15	1.20	6212
Outros Estados	39.96	40.38	6.72	10.04	0.87	2.38	1.97	0.25	1.07	12023
Região Sul	38.91	41.33	4.62	11.23	0.84	1.33	0.73	0.05	0.95	84249
Paraná	39.32	41.77	4.36	11.32	0.71	1.06	0.47	0.02	0.96	81847
Outros Estados	25.30	27.02	13.17	8.26	5.06	10.12	9.21	1.29	0.57	2375
Reg. Centro-Oeste	38.80	37.58	6.56	10.07	0.79	2.63	2.47	0.34	0.75	12979
Mato Grosso	38.40	40.24	5.71	10.61	0.42	2.13	1.45	0.12	0.89	7814
Outros Estados	39.37	33.75	7.78	9.29	1.33	3.35	3.93	0.65	0.54	5165

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980; Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1990.

ANEXO 4

Critérios e Parâmetros para Definição/Delimitação das
Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo

A EMPLASA - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. - órgão ligado à Secretaria de Estado da Habitação e Desenvolvimento Urbano - foi responsável pela elaboração do estudo referente à delimitação e criação das Regiões Metropolitanas do Interior paulista através do estudo técnico "Organização Regional: Grande São Paulo, Campinas e Santos - Proposições/Fundamentos" ^{1/} apresenta os principais critérios para a formação de tais áreas:

- Critérios Demográficos

. Cidade Central terá que ter um volume populacional de, pelo menos, 400.000 habitantes;

. A densidade demográfica do distrito-sede da cidade central deverá ser de 500 habitantes/km² ou mais;

. A densidade demográfica dos municípios vizinhos deverá ser de, no mínimo, 60 hab/km². O município não possuindo tal densidade deve apresentá-la, pelo menos, em distrito que seja contíguo a outro município da área;

^{1/} EMPRESA METROPOLITANA DE PLANEJAMENTO DA GRANDE SÃO PAULO S.A., Organização Regional: Grande São Paulo, Campinas e Santos - Propostas/Fundamentos, São Paulo, maio/junho de 1990.

. A variação populacional no período de uma década deverá ser de, no mínimo, 45% no município, ou em distrito contíguo, conforme item anterior.

- Critérios estruturais

. Que 10% da População Economicamente ativa (PEA) esteja inserida em atividades industriais;

. No caso dos "núcleos dormitórios" substitui-se esta porcentagem por índice de movimento pendular ^{2/} igual ou superior a 20% da população deslocando-se diariamente para qualquer ponto da área;

. O Valor da Produção Industrial deverá ser três vezes maior do que o da produção agrícola.

- Critérios de Integração

. Apresentar, pelo menos, 10% de sua população total deslocando-se diariamente ^{3/}, em viagens intermunicipais, para o município que contém a cidade central ou outros municípios da área (critério aplicável apenas à população urbana do distrito-sede ou de distrito contíguo a outro Município da área);

. O índice de ligações telefônicas para a cidade central ser superior a 80 por aparelho, durante um ano.

^{2/} Grifo do pesquisador.

^{3/} Grifo do pesquisador.

Principais Movimentos Pendulares Inter-Regionais.
Local de Residência: Municípios da Região de Governo de Campinas.

Local de residência	LOCAL DE TRABALHO/ESTUDO										Total
	RMSP (Total)	Capital	Bragança	Jundiaí	Lineira	Piracicaba	Santos	São Carlos	São João da Boa Vista	Sorocaba	
		Paulista							Preto	Regiões	Total (%)
Americana	309	237			938	441				102	265
	15.03	11.5			45.64	21.46				4.96	12.9
A. Raguera	28	25			195						53
	10.14	9.06			70.63						19.2
Campinas	3208	2843	218	984	272	313	127	90	85	78	613
	50.12	44.41	3.4	15.37	4.25	4.97	1.98	1.41	1.33	1.22	9.58
Cosmópolis	46	38		21	40						82
	24.34	20.1		11.11	21.16						43.39
Indaiatuba	218	179		46	28	34				489	51
	26.01	21.36		5.49	6.91	4.06				58.35	6.8
Itapira	120	89	200		165						51
	29.63	21.97	49.38		24.26						14.07
Jaguruna	28	23	93		33						36
	17.83	14.65	59.23		7.91						22.93
M. Guape	170	142							330		15
	25	20.88							48.31		2.2
M. Mirim	213	179			58				68		103
	51.08	42.92			26.98				16.31		24.7
M. Mor	45	34		22		133					13
	21.13	15.96		10.33		62.44					6.1
Nova Odessa	56	56				44					57
	26.05	26.05				20.46					26.51
Paulínia	44	23									47
	48.35	25.27									51.65
Pedreira	36	18	378								32
	8.07	4.03	84.53								7.17
S.B. D'Este	175	144			617	580			9		212
	11.05	9.09			38.95	36.62			3.2		13.38
S. Ant. Posse	40	28	235	6							290
	14.23	9.96	83.63	2.13							100
Sumaré	544	474		49	108	89				34	222
	52.01	45.31		4.68	10.32	8.51				3.25	21.22
Valinhos	218	203		216	2454	30					82
	39.92	37.18		39.56	15.05	5.49					15.02
Vinhedo	64	56		265	2466						29
	17.88	15.64		74.02	15.12						8.1
Total	5560	4799	1124	1609	1669	127		90	492	78	1033
	34.09	29.43	6.39	9.87	10.23	0.78		0.55	3.02	0.48	6.33
Total Geral	5560	4799	1213	1744	1763	241		137	548	172	1091
	34.09	29.43	7.34	10.69	10.84	1.48		0.84	3.36	1.05	6.69

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 1980: Tabulações Especiais, Fundação SEADE, 1990.